ENSAIO SOBRE O PRINCÍPIO DA POPULAÇÃO

THOMAS MALTHUS

TEXTO INTEGRAL

lb 301
livros de bolso europa-américa

ENSAIO SOBRE O PRINCÍPIO DA POPULAÇÃO

THOMAS MALTHUS

TEXTO INTEGRAL

lb 301 livros de bolso europa-américa

dLivros

{ Baixe Livros de forma Rápida e Gratuita }

Converted by convertEPub

Prefácio

Este ensaio se originou de uma conversa com um amigo acerca do tema do ensaio do Sr. Godwin sobre a avareza e a prodigalidade, no seu *Enquirer*. A discussão começou com a questão geral sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, e o autor tinha inicialmente a intenção de simplesmente expressar ao amigo seus pensamentos por escrito de uma forma mais clara do que pensava que poderia fazê-lo numa conversa. Como o assunto se lhe apresentou, ocorreram algumas ideias que ele não se lembrava de ter percebido antes, e como pensou que qualquer mínimo esclarecimento sobre um tema, no geral tão interessante, poderia ser recebido com boa vontade, resolveu organizar seus pensamentos de forma adequada para publicação.

O ensaio poderia ter sido, sem dúvida alguma, muito mais completo, mediante uma compilação de maior número de fatos na elucidação da argumentação geral. Mas uma longa e quase completa interrupção por causa de muitos negócios particulares, aliada a uma vontade (talvez imprudente) de não atrasar muito além do prazo que originariamente se propunha, impediram o autor de dar ao assunto uma completa atenção. Ele supõe, contudo, que os fatos que expôs não servirão de base para criar nenhuma evidência sem valor, por causa da validade de sua opinião com relação ao aperfeiçoamento futuro da humanidade. Atualmente, da forma que o autor concebe esta opinião, pouco mais lhe ocorre ser necessário para fundamentá-la do que uma simples afirmação, além da mais superficial visão da sociedade.

É uma verdade óbvia, observada por muitos escritores, que a população deve sempre ser mantida abaixo do

nível dos meios de subsistência; mas nenhum escritor que o autor cita investigou particularmente os meios pelos quais esse nível é atingido; é uma concepção desses meios que constitui, no seu modo de pensar, o mais forte obstáculo no caminho de um grande aperfeiçoamento futuro da sociedade. O autor espera que essa concepção surja da discussão deste interessante assunto porque ele é movido unicamente por amor à verdade e não por preconceito contra qualquer grupo de homens ou de opiniões. O autor afirma ter lido alguns estudos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade com uma disposição de ânimo muito diferente do desejo de achá-los visionários, mas ele não adquiriu aquele domínio sobre o seu conhecimento que lhe possibilitaria crer no que queria, sem a evidência, ou recusar sua aprovação ao que poderia ser desagradável quando seguido da evidência.

Esse ponto de vista que o autor formulou sobre a vida humana tem um aspecto sombrio mas ele percebe conscientemente que extraiu essas negras tintas de uma convicção de que elas estão realmente no quadro e não de uma visão parcial ou de uma depressão inerente ao temperamento. O pensamento teórico que ele esboçou nos dois últimos capítulos explica sua própria interpretação, de maneira satisfatória no que diz respeito à existência da maioria dos males da vida, mas se ele terá os mesmos efeitos sobre os outros, deve ser deixado ao julgamento de seus leitores.

Se o autor lograsse atrair a atenção dos homens mais capazes para o que ele admite ser a principal dificuldade no caminho para o aperfeiçoamento da sociedade e consequentemente tivesse essa dificuldade removida, mesmo na teoria, de bom grado, ele mudaria suas atuais opiniões e se alegraria com a certeza de seu erro.

7 de junho de 1798

Capitulo I

As grandes e inesperadas descobertas que ocorreram nos últimos anos na filosofia natural, a crescente difusão do conhecimento geral a partir do desenvolvimento da arte da impressão, o espírito de pesquisa ativo e firme que predomina por todo o mundo letrado e mesmo no iletrado, as novas e extraordinárias luzes que foram lançadas sobre os assuntos políticos e que fascinam e chocam o intelecto, e especialmente o tremendo fenômeno de horizonte político — a Revolução Francesa, que, como um cometa resplandecente, parece destinado a infundir nova vida e vigor ou a arrasar e destruir os tímidos habitantes da terra —, tudo isso concorreu para converter muitos homens talentosos à ideia de que nós estamos chegando a uma grande época, com as mais importantes mudanças que, em certa medida, seriam decisivas para a sorte futura da humanidade.

Tem sido dito que a grande questão está hoje em debate: se doravante o homem se lançará para a frente, com velocidade acelerada, em direção a um aperfeiçoamento ilimitado e até agora inimaginável, ou se será condenado a uma permanente oscilação entre a prosperidade e a miséria e, depois de todo esforço, ainda permanecerá a uma incomensurável distância do objetivo desejado.

Entretanto, com a apreensão de todo amigo da humanidade que deve esperar o fim desta aflitiva incerteza, e com o zelo da mente indagadora que acolheria todo esclarecimento que pudesse ajudar na sua visão do futuro, há muito a se lamentar que os escritores, em cada aspecto desta momentosa questão, ainda se mantenham a grande distância um do outro. Seus

argumentos comuns não chegam a um estudo imparcial. A questão não é levada a se sustentar nos detalhes menores e, mesmo na teoria, parece estar longe de se aproximar de um equacionamento.

O defensor dessa ordem de coisas é capaz de considerar a escola dos filósofos especulativos como um bando de vilões astutos e engenhosos que elogiam a caridade fervorosa e retratam quadros cativantes de um estágio mais feliz da sociedade, somente o mais próprio para torná-los capazes de destruir as atuais instituições e promover seus planos grandiosos de ambição, ou como um bando de entusiastas selvagens e loucos cujas especulações estúpidas e absurdos contra-sensos não são dignos da atenção de nenhum homem sensato.

O defensor da perfectibilidade do homem e da sociedade devota ao protetor das instituições igual desprezo. Ele o estigmatiza como escravo dos preconceitos mais ridículos e tacanhos ou como defensor dos abusos da sociedade civil, apenas porque se beneficia deles. Ele o retrata como uma personalidade que prostitui sua inteligência de acordo com seu interesse, ou como alguém cujos poderes do raciocínio não têm dimensão para se empenhar em qualquer coisa grande e nobre, que não consegue ver além de cinco jardas à sua frente e que deve ser, por esse motivo, completamente incapaz de examinar os pontos de vista do esclarecido benfeitor da humanidade.

Neste debate inamistoso, a causa da verdade não consegue senão ter prejuízos. Os argumentos realmente bons, sobre cada aspecto da questão, não são reconhecidos como tendo seu valor próprio. Cada um adota sua própria teoria, pouco interessado em corrigi-la ou aperfeiçoá-la por uma preocupação com o que é desenvolvido pelos seus adversários.

O defensor da ordem atual das coisas condena todas as especulações políticas em conjunto. Ele próprio não se permite examinar os argumentos a partir dos quais é deduzida a perfectibilidade da sociedade. Muito menos se dará ele ao trabalho de modo franco e honesto para empreender uma explicação de sua própria falácia.

Da mesma forma, o filósofo especulativo afronta a causa da verdade. Com os olhos voltados para um estágio mais feliz da sociedade, nos benefícios que ele pinta com as cores mais fascinantes, ele próprio se permite deliciar-se com as mais cruéis diatribes contra toda presente instituição, sem usar os seus talentos para estudar os meios mais seguros e melhores de eliminar os abusos e sem parecer conhecer os terríveis obstáculos que ameaçam opor-se, mesmo na teoria, ao avanço do homem em direção à perfeição.

É uma verdade reconhecida pela filosofia que uma teoria verdadeira sempre será confirmada pela experiência. Entretanto, tanto atrito e tantas pequenas circunstâncias ocorrem na prática que é quase impossível à inteligência mais aberta e perspicaz prever que, em poucos assuntos, uma teoria possa ser declarada correta e que não tenha resistido ao teste da experiência. Mas uma teoria não verificada na prática não pode ser razoavelmente assegurada como provável, muito menos como correta, até que todos os argumentos contra ela tenham sido sabiamente confrontados e refutados clara e firmemente.

Li com grande prazer algumas especulações sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade. Fiquei entusiasmado e feliz com o quadro encantador que descreveram. Anseio fervorosamente por esses venturosos aperfeiçoamentos. Mas vejo, no meu entender, grandes e insuperáveis dificuldades no seu

caminho. É meu propósito expressar essas dificuldades, demonstrando, ao mesmo tempo, que longe de me regozijar com elas, como um motivo de vitória sobre os amigos da novidade, nada me daria mais prazer do que vê-las completamente eliminadas.

A argumentação mais importante que apresentarei certamente não é nova. Os princípios sobre os quais está subordinada foram explicados parcialmente por Hume e, de modo mais geral, pelo Dr. Adam Smith. A argumentação foi desenvolvida e aplicada ao atual tema, embora sem o devido peso ou de acordo com um ponto de vista mais convincente, pelo Sr. Wallace, e pode ter sido firmada, provavelmente, por muitos escritores que nunca conheci. Eu, certamente, por esse motivo, nunca pensaria em desenvolver novamente essa argumentação, embora pretenda colocá-la sob um ponto de vista de alguma forma diferente de tudo que tenho visto até aqui, ainda que ela tenha sido respondida de forma completa e satisfatória.

A causa desse descuido, por parte dos defensores da perfectibilidade da humanidade, não é bem explicada. Não posso duvidar de talentos de homens tais como Godwin e Condorcet. Estou relutante em duvidar de sua imparcialidade. No meu entendimento, e provavelmente no de muitos outros, a dificuldade se revela insuperável. Entretanto, estes homens, de reconhecido discernimento e capacidade, mal se dignam mencioná-la e mantêm o curso de suas especulações com irrefreável entusiasmo e inquebrantável fé. Não tenho certamente nenhum direito de dizer que eles fecham propositadamente seus olhos a tais argumentos. Devo duvidar *a priori* da validade deles quando negligenciados por tais pessoas, embora, forçosamente, sua verdade possa chocar-se com o meu próprio pensamento. Entretanto, com relação a isto, deve ser reconhecido que estamos todos por demais sujeitos a

errar. Se vi um copo de vinho reiteradamente oferecido a uma pessoa e ela não tomou conhecimento disso, eu estaria inclinado a pensar que ela era cega ou mal-educada. Uma filosofia mais justa poderia me ensinar antes a pensar que meus olhos me enganavam e que o oferecimento não era o que eu pensava que fosse.

Para introduzir o argumento devo pressupor que excluo da questão, no presente, todas as simples conjecturas, isto é, todas as suposições, cujo provável conceito não pode ser inferido com base em quaisquer premissas filosóficas legítimas. Um escritor pode dizer-me que ele pensa que o homem se transformará finalmente num avestruz. Propriamente não posso negá-lo. Mas antes que ele possa converter qualquer pessoa sensata ao seu modo de ver, ele deveria mostrar que o pescoço na espécie humana foi gradualmente se alongando, que os lábios se tornaram mais grossos e mais salientes, que as pernas e os pés estão permanentemente mudando sua forma e que o pelo está começando a transformar-se em tocos de penas. E, até que a probabilidade de tão maravilhosa mutação possa ser demonstrada, certamente é perder tempo e retórica divagar sobre a felicidade do homem em tal estágio: descrever seus poderes tanto de correr como voar, retratá-lo numa situação em que todos os pequenos luxos sejam desprezados, em que os homens se dedicariam somente a acumular as coisas necessárias à vida e em que, consequentemente, cada parcela de trabalho do homem seria pequena, e grande sua parcela de lazer.

Penso que posso elaborar adequadamente dois postulados.

Primeiro: Que o alimento é necessário para a existência do homem.

Segundo: Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio.

Essas duas leis, desde que nós tivemos qualquer conhecimento da humanidade, evidenciam ter sido leis fixas de nossa natureza e, como nós não vimos até aqui nenhuma alteração nela, não temos o direito de concluir que elas nunca deixarão de existir como existem agora, sem um pronto ato de poder daquele Ser que primeiro ordenou o sistema do universo e que para proveito de suas criaturas ainda faz, de acordo com leis fixas, todas estas variadas operações.

Não conheço nenhum escritor que tenha admitido que nesta terra o homem, fundamentalmente, seja capaz de viver sem alimento. Mas o Sr. Godwin prognosticou que a paixão entre os sexos pode ser extinta com o tempo. Contudo, como ele considera esta parte de seu trabalho um desvio para o campo da conjectura, não insistirei mais sobre isso agora, a não ser em afirmar que os melhores argumentos para provar a perfectibilidade do homem provêm de um estudo do grande progresso que ele já realizou desde o estado bárbaro e da dificuldade de dizer onde ele se detém. Mas, com relação à extinção da paixão entre os sexos, nenhum progresso, qualquer que ele seja, foi feito até aqui. Ela parece existir com tanto ímpeto agora como existia há dois ou há quatro mil anos. Existem exceções hoje como sempre existiram. Mas, como essas exceções não parecem crescer numericamente, decerto seria uma demonstração antifilosófica inferir, simplesmente a partir da existência de uma exceção, que a exceção com o tempo se tornaria a regra e a regra a exceção.

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é

indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem.

A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo.

Por aquela lei da nossa natureza que torna o alimento necessário para a vida humana, os efeitos desses dois poderes desiguais devem ser mantidos iguais.

Isso implica um obstáculo que atua de modo firme e constante sobre a população, a partir da dificuldade da subsistência. Esta dificuldade deve diminuir em algum lugar e deve, necessariamente, ser duramente sentida por uma grande parcela da humanidade.

Por todo o reino animal e vegetal a natureza espalhou largamente as sementes da vida, com a mão a mais generosa e pródiga. Ela foi relativamente parcimoniosa quanto ao espaço e à alimentação necessários para criá-los. As células vitais contidas nesta parte da terra, com bastante alimento e espaço para se expandir, preencherão milhões de mundos no decurso de uns poucos milhares de anos. A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. Os reinos vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas consequências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma consequência absolutamente necessária da lei. O vício é uma consequência altamente provável e, por essa razão, o

vemos predominar largamente, mas não pode, talvez, ser chamado de consequência absolutamente necessária. A provação da virtude é resistir a toda tentação do mal.

Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas consequências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade da sociedade. Todos os outros argumentos são de importância pequena e secundária em comparação com este. Não vejo nenhuma forma pela qual o homem possa escapar da influência desta lei que impregna toda a natureza viva. Nenhuma igualdade fantasista, nenhuma norma agrária, no seu maior alcance, podem remover a sua pressão mesmo por apenas um século. E, por essa razão, a lei se mostra decisiva contra a possível existência de uma sociedade em que todos os membros viveriam em tranquilidade, prosperidade e num relativo ócio, e não sentiriam nenhuma angústia para providenciar os meios de subsistência para si e para os filhos.

Consequentemente, se as premissas estão corretas, o argumento é conclusivo contra a perfectibilidade do conjunto da humanidade.

Assim, esbocei as linhas gerais do argumento, e o examinarei mais particularmente, mas penso que será fundamentado na experiência, a verdadeira fonte e base de todo o conhecimento que invariavelmente comprova sua verdade.

Capitulo II

Afirmei que a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética.

Vamos verificar se essa posição é correta.

Penso que ela será levada em conta, visto que não existiu até hoje nenhum estágio (pelo menos de que tenhamos algum conhecimento) em que os costumes foram tão puros e simples e os meios de subsistência tão abundantes que nenhum obstáculo, seja qual for, tenha se colocado aos casamentos precoces nas classes mais baixas por causa de um medo de não prover bem a subsistência de seus filhos, ou, nas classes mais altas, devido a um medo de baixar sua condição de vida. Consequentemente em nenhum estágio que conhecemos até hoje o poder da população pôde se exercer com perfeita liberdade.

Se a lei do casamento fosse instituída ou não, o preceito da natureza e da virtude parece ser uma ligação a uma única mulher. Admitindo-se a liberdade de troca, no caso de uma escolha infeliz, esta liberdade não interferiria na população até que ela chegasse a um ponto muito viciado; e, agora, estamos admitindo a existência de uma sociedade em que o vício é pouco conhecido.

Por essa razão, num estágio de grande igualdade e virtude em que os costumes simples e puros predominassem e os meios de subsistência fossem tão abundantes que nenhuma parcela da sociedade tivesse algum temor quanto aos recursos para prover fartamente a família e fosse permitido ao poder da população

manifestar-se de forma livre, haveria evidentemente um crescimento da espécie humana muito maior do que qualquer outro até então conhecido.

Nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido muito maiores, os costumes do povo mais puros e consequentemente os obstáculos aos casamentos precoces têm sido menores do que em qualquer um dos modernos países da Europa, a população se viu duplicada em 25 anos.

Nós tomamos como nosso modelo essa proporção de crescimento, embora pequena em relação ao poder máximo da população, ainda que como resultado da experiência atual, e afirmamos que a população, quando não controlada, se duplica cada 25 anos ou cresce numa progressão geométrica.

Se admito que pela melhor política possível, arroteando mais a terra e fornecendo grandes fomentos à agricultura, a produção desta Ilha possa ser duplicada nos próximos 25 anos, penso que esta produção estará fornecendo tanto quanto toda pessoa possa razoavelmente exigir.

Nos 25 anos seguintes, é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra. O máximo que podemos conceber é que o aumento da produção nos 25 anos seguintes se iguale à atual produção. Vamos, então, tomar isso como nosso critério, embora, certamente, muito distante da verdade, e admitir que, mediante um grande esforço, o produto total da Ilha possa ser aumentado cada 25 anos numa quantidade de meios de subsistência equivalente à que o país produz atualmente. O calculista mais entusiasmado não pode admitir um aumento maior do que este. Dentro

de poucos séculos este aumento tornaria cada acre de terra da Ilha semelhante a um jardim.

Entretanto, a progressão deste crescimento é, evidentemente, aritmética.

Poder-se-ia afirmar claramente, por esse motivo, que os meios de subsistência crescem numa progressão aritmética. Vamos agora apresentar as consequências dessas duas progressões juntas.

Calcula-se que a população da Ilha esteja por volta de 7 milhões e admitiremos que a atual produção corresponda ao sustento de tal número. Nos primeiros 25 anos a população seria de 14 milhões e, sendo também o alimento duplicado, os meios de subsistência se igualariam a esse crescimento. Nos próximos 25 anos a população seria de 28 milhões e os meios de subsistência apenas se equipariariam ao sustento de 21 milhões. No período seguinte a população seria de 56 milhões e os meios de subsistência apenas suficientes para a metade desse número. E no término do primeiro século a população seria de 120 milhões e os meios de subsistência somente seriam equivalentes ao sustento de 35 milhões, o que deixaria uma população de 77 milhões totalmente sem recursos.

Uma grande emigração envolve necessariamente um ou outro tipo de inconveniência para o país que foi abandonado. Poucas pessoas deixarão suas famílias, suas relações, seus amigos e a terra natal para se estabelecer em regiões estrangeiras, desconhecidas, sem que persistam fortes causas de constrangimentos no país em que se encontram ou sem a esperança de que haja grandes vantagens no lugar para onde estão indo.

Mas para apresentar o argumento mais geral, e menos prejudicado pelas visões parciais da emigração, vamos

abranger toda a Terra em vez de um só lugar, e vamos supor que os limites ao crescimento da população foram universalmente removidos. Se os meios de subsistência que a terra fornece ao homem fossem acrescidos cada 25 anos de uma quantidade igual à que atualmente o mundo todo produz, isto permitiria que a capacidade de produção da Terra fosse totalmente ilimitada e sua proporção de crescimento muito maior do que possamos admitir que qualquer esforço possível da humanidade pudesse atingi-lo.

Tomando a população do mundo como qualquer número, 1 bilhão, por exemplo, a espécie humana cresceria na progressão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 etc. e os meios de subsistência na progressão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 etc. Em dois séculos e um quarto a população estaria, para os meios de subsistência, na proporção de 512 para 10; em três séculos, de 4096 para 13; em 2 mil anos a diferença seria quase incalculável, embora a produção nesse período tivesse crescido em larga medida.

Nenhum limite se coloca para a produção da terra; ela pode crescer incessantemente e ser maior do que qualquer quantidade determinável; entretanto, ainda que o poder da população seja um poder de uma ordem superior, o crescimento da espécie humana só pode ser mantido proporcional ao crescimento dos meios de subsistência por meio de uma permanente atuação da rigorosa lei da necessidade, que funciona como um obstáculo a um poder maior.

Os efeitos deste obstáculo passam a ser considerados em seguida.

Entre as plantas e os animais, a observação do problema é simples. Todos eles são impelidos, por um poderoso instinto, a multiplicar suas espécies, e este

instinto não se perturba por nenhum argumento ou dúvida quanto a garantir a subsistência de sua prole. Por essa razão, em qualquer parte, existe a liberdade, o poder de crescimento se exerce e os efeitos do excesso são reprimidos pela falta de espaço e alimento, comum a animais e plantas, e, entre os animais, pelo fato de se tornar presa de outros.

As consequências deste obstáculo no homem são mais complexas. Impelido ao crescimento de sua espécie por um instinto igualmente poderoso, a razão interrompe seu curso vital e questiona se ele não deve trazer seres ao mundo, porque não pode prover os meios de subsistência. Num estágio de igualdade isso seria uma simples questão. No atual estágio da sociedade ocorrem outras questões. O homem não baixará seu padrão de vida social? Não se sujeitará a maiores dificuldades do que as que ele atualmente passa? Não será obrigado a trabalhar mais penosamente? E se o homem possui uma família numerosa, seus maiores esforços o capacitarão a sustentá-la? Não pode o homem ver sua prole em andrajos e na miséria, chamando pelo pão que ele não lhe pode dar? Não pode o homem ser forçado à desagradável condição de ser privado de sua independência e ser favorecido pela avarenta mão da caridade para poder se sustentar?

Essas considerações são destinadas a impedir — e certamente o farão — um vasto número de pessoas de todas as nações civilizadas de seguir o ditame da natureza de uma ligação precoce a uma única mulher. E essa restrição, quase necessariamente, embora não absolutamente, gera o vício. Entretanto, em todas as sociedades, mesmo naquelas que são mais corruptas, a tendência a uma ligação virtuosa é tão forte que há um constante esforço para o crescimento da população. Este constante esforço tende a subjugar as classes mais

baixas da sociedade à miséria e a impedir qualquer grande e permanente melhora de sua condição.

O modo pelo qual estas consequências se produzem parece ser este.

Admitamos que os meios de subsistência em algum país correspondam exatamente a um tranquilo sustento de seus habitantes. O constante esforço para o crescimento da população, que se constata existir mesmo nas sociedades mais corruptas, aumenta o número de pessoas antes que cresçam os meios de subsistência. Por esse motivo, o alimento que antes sustentava 7 milhões deve agora ser dividido entre 7,5 ou 8 milhões. Consequentemente, os pobres têm que viver em muito piores condições, muitos deles submetidos a cruéis sofrimentos.

O valor do trabalho tende a decrescer, enquanto o preço dos mantimentos, por outro lado, tende a subir, estando o número de trabalhadores também acima da capacidade de trabalho do mercado. Por essa razão o trabalhador deve trabalhar mais arduamente para ganhar o mesmo que ganhava antes. Durante este período de miséria, os desestímulos ao casamento e a dificuldade de sustento da família são tão grandes que a população fica perplexa. Neste ínterim, o aviltamento do trabalho, a grande quantidade de trabalhadores e a necessidade de uma crescente atividade entre eles, anima os agricultores a aplicar mais trabalho em suas terras, a preparar novas glebas, a adubar e cultivar melhor o que já existe na lavoura, até que finalmente os meios de subsistência fiquem na mesma proporção que a população, como no período de que nós tratamos. Estando novamente a situação dos trabalhadores regularmente satisfatória, as restrições ao povoamento são, em certa medida, afrouxadas e se repetem os

mesmos movimentos, retrógrados ou progressistas, com relação à prosperidade.

Esse tipo de oscilação não será percebido por observadores superficiais e pode ser difícil, mesmo para as mentes mais perspicazes, precisar seus períodos. Entretanto, porque em todos os países antigos existiram algumas dessas oscilações, embora a partir de causas indiretas de uma forma muito menos acentuada e muito mais irregular do que descrevi, nenhum homem ponderado que reflita profundamente no assunto pode certamente duvidar.

Há muitas razões pelas quais essa oscilação tenha sido menos óbvia e menos resolutamente confirmada pela experiência do que naturalmente se poderia esperar.

A principal razão é que os estudos sobre a história da humanidade que nós possuímos são referentes às classes mais altas. Entretanto, nós temos bem poucas explicações que podem ser certas quanto aos hábitos e costumes desta parcela da humanidade em que, de modo especial, se deram esses movimentos retrógrados e progressistas. Uma história razoável desta classe, de um povo e de uma época exigiria uma atenção constante e detalhada de um espírito observador, durante uma longa vida. Alguns objetivos da pesquisa seriam: em que proporção estava o número de casamentos em relação ao número de adultos; em que medida os costumes corruptos predominavam em consequência das restrições ao casamento; qual era a mortalidade comparativa, entre as crianças da parcela mais pobre da comunidade e aquelas que viviam em maior bem-estar; quais eram as flutuações do preço real do trabalho e quais eram as diferenças observáveis na situação das classes mais baixas da sociedade com relação ao bem-estar e à

prosperidade, nos diferentes momentos de uma determinada época.

Semelhante história contribui enormemente para elucidar a maneira pela qual o constante obstáculo atua sobre a população e provavelmente demonstraria a existência dos movimentos retrógrados e progressistas que foram mencionados, embora o tempo de sua oscilação deva necessariamente ter se tornado irregular conforme a atuação de muitas causas perturbadoras, tais como a criação ou o declínio de certas manufaturas, uma maior ou menor tendência predominante de empreendimento agrícola, anos de abundância ou de escassez, guerras e pestes, leis dos pobres, invenção de processos para reduzir o trabalho sem a correspondente ampliação do mercado para os produtos e, particularmente, a diferença entre o preço nominal e real do trabalho, circunstância que tem contribuído talvez muito mais do que qualquer outra, para ocultar, da observação comum, essa oscilação.

Acontece muito raramente que cai o preço nominal do trabalho geral, mas bem sabemos que ele frequentemente permanece o mesmo, enquanto o preço nominal das provisões vai gradativamente aumentando. Essa é, com efeito, uma queda real do preço do trabalho, e durante esse período a situação das classes mais baixas da comunidade deve gradualmente piorar cada vez mais. Mas os agricultores e os capitalistas se tornam mais ricos por causa do aviltamento real do trabalho. Seus capitais aumentados os tornam capazes de empregar um maior número de pessoas. Por esse motivo o trabalho poderia ser abundante e o seu preço, consequentemente, se elevaria. Mas a falta de liberdade no mercado de trabalho, o que ocorre mais ou menos em todas as comunidades, seja por causa das leis dos pobres, seja pela causa mais geral — a facilidade de

associação entre os ricos e a sua dificuldade entre os pobres — atua de modo a impedir a elevação do preço do trabalho no período normal e o mantém baixo por um tempo mais longo — talvez até por um ano de escassez, quando os protestos são bastante fortes e a necessidade por demais acentuada para ser suportada.

A verdadeira causa da elevação do preço do trabalho é então ocultada e o rico finge outorgar o preço do trabalho como um ato de compaixão e favor para com o pobre, em vista de um ano de escassez; e, quando volta a abundância, os ricos se entregam ao mais insensato de todos os lamentos para que o preço não caia de novo, quando uma pequena reflexão lhes mostraria que o preço deve ter aumentado muito tempo antes, mas por causa de uma injusta conspiração deles próprios.

Mas, embora os ricos através de desonestos conluios contribuam frequentemente para prolongar o período de miséria entre os pobres, até agora nenhuma forma aceitável de sociedade pôde impedir a quase permanente atuação da miséria sobre uma grande parcela da população, embora num estágio de desigualdade e, sobretudo, ainda que todos fossem iguais.

A teoria sobre a qual a verdade dessa posição se apoia me parece tão manifestamente clara que me sinto embaraçado para julgar que parte dela pode ser negada.

Que a população não possa crescer sem os meios de subsistência é uma proposição tão evidente que não necessita de nenhuma explanação.

Que a população cresce invariavelmente onde existem os meios de subsistência, é provado fartamente pela história de cada povo que tenha existido em qualquer época.

E que o poder superior de crescimento da população não pode ser reprimido sem gerar a miséria ou o vício, é persuasivamente comprovado pela maior parte dos elementos tão amargos que compõem a sorte da vida humana e a continuação das causas físicas que parecem tê-los produzido.

Mas, a fim de verificar mais completamente a validade dessas três proposições, vamos examinar os diferentes estágios em que se tem conhecimento de que a humanidade existe. Penso que mesmo um apressado retrospecto será suficiente para nos convencer de que essas proposições são verdades incontestáveis.

Capitulo III

No estágio mais primitivo da humanidade, em que a caça era a principal ocupação e a única maneira de se obter alimentos, estando os meios de subsistência espalhados numa larga extensão do território, a população deveria, necessariamente, ser escassa. Afirma-se que a paixão entre os sexos é menos ardente entre os índios norte-americanos do que em qualquer outra raça humana. Entretanto, não obstante essa apatia, o aumento da população, mesmo nesse povo, parece ser sempre maior do que os meios de subsistência para sustentá-la. Isto se manifesta pelo povoamento comparativamente rápido que ocorreu todas as vezes que uma tribo se estabeleceu em algum lugar fértil e tirou o seu alimento de fontes mais produtivas do que da caça. E observou-se frequentemente que, quando uma família indígena erguia sua moradia perto de qualquer núcleo colonial europeu e adotava um modo de vida mais cômodo e civilizado, uma mulher chegava a criar cinco, seis ou mais filhos, embora, no estado selvagem, raramente acontecia que numa família um ou dois atingissem a maturidade. A mesma observação foi feita com relação aos Hotentotes, da região do Cabo. Esses fatos mostram o poder superior da população em relação aos meios de subsistência das nações de caçadores, e que esse poder sempre se manifestou no momento em que lhe foi permitido agir com liberdade.

Resta investigar se esse poder pode ser contido e os seus efeitos mantidos iguais aos meios de subsistência, sem que haja vício ou miséria.

Os índios norte-americanos, considerados como um povo, não podem propriamente ser chamados de livres e

iguais. Em todos os relatos que nós temos deles e, na verdade, da maioria das nações indígenas, as mulheres se apresentam num estado de escravidão em relação ao homem muito mais completo do que os pobres em relação aos ricos nos países civilizados. Uma metade da nação, como os hilotas, parece produzir para a outra metade, e a miséria que controla a população incide principalmente, como sempre deve ocorrer, nessa parcela cuja condição é a mais baixa na escala social. A infância do homem, no seu estado mais natural, requer considerável atenção, mas essa atenção necessária as mulheres não podem dar, condenadas que estão aos transtornos e padecimentos com a frequente mudança de lugar e a labuta constante e interminável para preparar cada coisa para o agrado de seus tirânicos senhores. Esses esforços, algumas vezes durante a gravidez ou carregando crianças em suas costas, deveriam ocasionar frequentes abortos e impedir de chegar à maturidade todas as crianças que não fossem mais fortes. Acrescente-se a esses padecimentos das mulheres a guerra permanente que predomina entre os selvagens e a exigência a que eles frequentemente se submetem de abandonar seus ascendentes mais velhos e desamparados e assim violar os sentimentos essenciais da natureza; e o quadro não se mostrará mais livre da mancha da miséria. Avaliando a prosperidade de uma nação de selvagens, nós não devemos fixar nossa atenção somente no guerreiro em pleno vigor da vida; ele é o único em uma centena: ele é o fidalgo, o homem de sorte, o acaso sempre esteve do seu lado; e muitos esforços fracassaram antes que fosse gerado esse afortunado ser cujo gênio protetor defenderia dos inúmeros perigos com que ele se defrontaria da infância à maturidade. Os verdadeiros pontos de comparação entre duas nações parecem ser as camadas sociais que em cada uma delas se mostram mais próximas de

corresponder uma à outra. E dentro desse ponto de vista eu compararia os guerreiros em pleno vigor dos anos com o fidalgo, e as mulheres, as crianças e os velhos com as classes mais baixas da comunidade dos Estados civilizados.

Podemos então inferir claramente deste breve retrospecto, ou antes, dos relatos que podem se referir a uma nação de caçadores, que sua população é pobre por causa da escassez de alimento; que ela cresceria rapidamente se o alimento existisse em maior abundância e que, excluindo da questão o vício entre os selvagens, a miséria é o obstáculo que reprime o poder superior da população e mantém os seus efeitos iguais aos meios de subsistência. A observação e a experiência atuais nos revelam que este obstáculo, com poucas exceções locais e temporárias, está constantemente atuando hoje sobre todas as nações de selvagens, e a teoria mostra que, provavelmente, ele atua com força aproximadamente igual há mil anos e não poderá ser muito maior daqui a mil anos.

Dos costumes e hábitos que predominaram entre as nações de pastores, o estágio seguinte da humanidade, somos ainda mais ignorantes do que a respeito do estágio dos selvagens. Mas a Europa e todos os países mais prósperos do mundo dão amplo testemunho de que esses povos não puderam escapar de uma situação geral de miséria proveniente da falta de meios de subsistência. A necessidade era o estímulo que tirava os pastores citas de seu aprisco, semelhantes a muitos lobos famintos em busca de presa. Postas em movimento por essa causa todo-poderosa, hordas de bárbaros pareciam se reunir, provenientes de todos os pontos do hemisfério norte. Acumulando trevas e terror até então desconhecidos, enquanto avançavam, os bandos reunidos obscureceram, por fim, o sol da Itália e mergulharam todo o mundo em

longa noite. Essas terríveis consequências, sentidas por tanto tempo e tão profundamente em todos os lugares mais prósperos da terra, podem ser explicadas pela simples razão do poder superior de crescimento da população em comparação com os meios de subsistência.

É bem sabido que um país de pastoreio não pode comportar tantos habitantes como um país agrícola, mas o que torna as nações de pastores tão temíveis é o poder que eles possuem de se movimentar todos juntos e a necessidade que têm de usar frequentemente esse poder na busca de novas pastagens para seus rebanhos. Uma tribo que era rica em gado tinha uma imediata abundância de alimento. Mesmo as matrizes do rebanho podiam ser consumidas em caso de absoluta necessidade. As mulheres tinham um padrão de vida melhor do que nas nações de caçadores. Os homens, encorajados pela sua força coletiva e confiantes em sua capacidade de proporcionar pastagens para seu gado pela mudança de lugar, provavelmente sentiam apenas algum receio acerca de como prover a família. Essas causas conjugadas logo produziriam seus efeitos naturais e invariáveis sobre uma população aumentada. Uma troca de lugar mais frequente e rápida se tornaria, então, necessária. Um território mais largo e extenso seria ocupado sucessivamente. Uma devastação maior se estenderia ao redor deles. A privação oprimiria os membros menos afortunados da sociedade e, finalmente, a impossibilidade de sustentar ao mesmo tempo tal número de pessoas tornar-se-ia por demais evidente para ser negada. Os descendentes jovens seriam então afastados da guarda do rebanho e preparados para explorar novas regiões e conquistar para si mesmos, com suas espadas, locais mais prósperos. “O mundo todo estava diante dele, bastava só escolher.” Inquietos por

causa da miséria iminente, estimulados com a esperança de melhores perspectivas e incentivados pela ousada aventura, aqueles destemidos aventureiros tornavam-se terríveis adversários de todos aqueles que se lhes opunham. Os pacíficos habitantes dos países sobre os quais eles investiam não podiam resistir por muito tempo à força de homens movidos por tão poderosas razões para agir. E quando eles se defrontavam com algumas tribos iguais às suas, a disputa era uma luta pela sobrevivência e eles combatiam com extrema coragem, inspirados pela ideia de que a morte era o castigo pela derrota, e a vida o prêmio pela vitória.

Nessas disputas selvagens muitas tribos devem ter sido completamente exterminadas. Algumas provavelmente pereceram por causa da privação e pela fome. Outras, cuja estrela-guia lhes deu um rumo mais afortunado, tornaram-se tribos grandes e poderosas que, por sua vez, enviavam novos aventureiros em busca de lugares ainda mais férteis. E a prodigiosa perda de vida humana provocada por esta permanente fuga por espaço e alimento foi largamente suprida pelo forte poder de crescimento da população, agindo, em certa medida, desligada da constante prática da emigração. As tribos que migraram para o sul, embora tenham conquistado aquelas regiões mais férteis por meio de permanentes lutas, cresceram rapidamente em número e poder, a partir do aumento dos meios de subsistência. Até que, por fim, todo o território, dos confins da China às costas do Báltico, foi povoado por várias raças de bárbaros valentes, rudes e aventureiros, afeitos às agruras e amantes da guerra. Algumas tribos mantiveram sua independência. Outras se colocaram sob a bandeira de algum chefe bárbaro que os levava de vitória a vitória e, o que era mais importante, a regiões ricas em trigo, vinho e óleo — grande desejo realizado e grande

recompensa de seus trabalhos. Um Alarico, um Átila, ou um Gêngis Khan e outros chefes além deles podiam lutar pela glória, pela fama de grandes conquistas, mas a verdadeira causa que colocou em movimento o grande fluxo da emigração do norte e que continuou a impulsioná-lo até atingir diferentes épocas, em direção à China, à Pérsia, à Itália e mesmo ao Egito, foi a escassez de alimento — uma população cresce além dos meios de subsistência para sustentá-la.

A população perfeita, em qualquer época que seja, proporcionalmente à extensão do território, nunca poderá ser grande, devido à natureza improdutiva de algumas das regiões ocupadas; mas aí evidencia-se ter havido uma sucessão mais rápida de seres humanos, e tão rapidamente quanto alguns foram dizimados pela foice da guerra ou da fome, outros surgiram em número crescente para ocupar seus lugares. Entre esses bárbaros intrépidos e imprevidentes, a população, provavelmente, foi apenas um pouco limitada como nos Estados modernos, por medo de futuras dificuldades. Uma obsessiva esperança de melhorar sua condição pela mudança de lugar, uma permanente expectativa de saque, e até mesmo o poder, embora angustiante, de vender seus filhos como escravos, acrescido da natural negligência da índole bárbara — tudo concorria para aumentar uma população que continuaria a ser reprimida, posteriormente, pela fome ou pela guerra.

Onde há alguma desigualdade de condições, e entre as nações de pastores isso bem cedo ocorre, a miséria provocada por uma escassez de provisões deve cair mais drasticamente sobre os membros menos afortunados de uma sociedade. Essa miséria também deve ter sido experimentada frequentemente pelas mulheres, expostas a eventual saque, na ausência de seus maridos,

e sujeitas a contínuas frustrações depois de muito esperar o retorno deles.

Mesmo sem conhecer bastante a história detalhada mais íntima desse povo, de modo a poder indicar precisamente sobre que parcela incide mais miséria devido à falta de alimento, e em que extensão ela era geralmente sentida, penso que podemos afirmar claramente, a partir de todos os relatos que temos das nações de pastores, que a população invariavelmente cresceu entre eles, sempre que pela emigração ou por qualquer outra causa os meios de subsistência cresceram, e que uma ulterior população foi restringida e a atual população manteve-se igual aos meios de subsistência mediante a miséria e o vício.

Portanto, independentemente de quaisquer costumes viciosos que pudessem ter prevalecido entre eles com relação às mulheres, costumes que sempre atuavam como obstáculo ao crescimento da população, penso que deve ser reconhecido que a prática da guerra é um vício e o seu efeito, a miséria, e ninguém pode duvidar que existe a miséria proveniente da falta de alimento.

Capitulo IV

Ao analisar o estágio seguinte da humanidade em relação à questão que se nos coloca, o estado de pastoreio e de agricultura juntos, em que sempre se conservam, com alguma variação de dimensões, as nações mais civilizadas, seremos auxiliados, em nossa retrospectiva, pelo que diariamente vemos ao nosso redor, pela experiência efetiva e pelos fatos que se colocam ao alcance da observação de qualquer pessoa.

Não obstante os exageros de alguns antigos historiadores, não pode ficar no espírito de qualquer homem sensato nenhuma dúvida de que a população dos principais países da Europa — França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Polônia, Suécia e Dinamarca — é muito maior do que era no passado. A razão óbvia daqueles exageros é o formidável espetáculo que uma nação, mesmo pouco povoada, devia proporcionar quando se deslocava, toda em conjunto, em busca de novos lugares. Se a este tremendo quadro fosse agregada uma sucessão, com alguns intervalos, de iguais emigrações, nós não ficaremos muito surpresos que o medo das tímidas nações do sul descrevesse o norte como uma região completamente apinhada de seres humanos. Uma análise mais detida e mais precisa do assunto agora nos permite ver que a conclusão era tão absurda como se um homem deste país, que cruzasse na estrada frequentemente com manadas de gado do norte do País de Gales, fosse concluir, em seguida, que essa seria a região mais produtiva de todas as regiões do reino.

A razão pela qual a maior parte da Europa é mais populosa hoje do que era no passado é que a atividade

dos habitantes fez com que esses países produzissem uma maior quantidade de meios de subsistência humanos. Porque, penso eu, isso pode ser formulado como um ponto de vista para não ser contestado que, tomando-se uma extensão suficiente do território para incluir dentro dele a exportação e a importação e tolerando-se alguma variação por causa do predomínio da opulência ou dos hábitos frugais, a população guarda constantemente uma proporção uniforme em relação ao alimento que a terra é levada a produzir. Da discussão com respeito à capacidade populacional das nações antigas e modernas, poderia ficar claramente constatado que a produção média dos países em questão, tomados em conjunto, é maior hoje do que era na época de Júlio César; a controvérsia ficaria resolvida de uma vez.

Quando estamos certos de que a China é o país mais fértil do mundo, que praticamente toda a sua terra é cultivada e uma grande parte dela produz duas colheitas cada ano, e mais, que o povo vive muito modestamente, podemos, com certeza, inferir que a população deve ser imensa, sem nos ocupar de investigações acerca de costumes e hábitos das classes mais baixas e dos incentivos aos casamentos prematuros. Essas investigações, entretanto, são de extrema importância, e uma história detalhada dos costumes dos chineses mais pobres seria da maior utilidade na determinação do modo como agem os obstáculos para impedir uma maior população posterior; quais são os vícios e quais são as dificuldades que evitam um crescimento quantitativo além da capacidade do país para sustentá-lo.

Hume, em seu ensaio sobre a capacidade populacional das nações antigas e modernas, quando entremeia, como ele afirma, uma pesquisa referente às causas com outras referentes aos fatos, não parece ver, com sua habitual perspicácia, que algumas das causas a que ele

se refere muito pouco o capacitariam para formular algum juízo em relação à verdadeira população das nações antigas. Se alguma conclusão pode ser extraída delas talvez fosse exatamente o contrário do que Hume faz, embora, certamente, devo me expressar com muita humildade por discordar de um homem que, dentre todos os outros, era o menos passível de ser enganado, em tais assuntos, pelas primeiras impressões. Se descobri que, em determinado período da história antiga, os estímulos para se ter uma família eram grandes, que os casamentos prematuros foram, consequentemente, muito predominantes e que poucas pessoas permaneciam solteiras; eu concluiria com toda certeza que a população estava crescendo rapidamente, mas de nenhuma forma que ela era então, realmente, muito grande; antes, na verdade, pelo contrário, que ela era escassa e que havia espaço e alimento para um número muito maior. Por outro lado, entretanto, descobri que neste período as dificuldades em sustentar a família eram muito grandes; que, consequentemente, ocorreram poucos casamentos prematuros e que um grande número de pessoas de ambos os sexos permaneceu solteiro; concluo seguramente que a população era estacionária, provavelmente porque a população real era muito grande em relação à fertilidade do solo e porque havia carência de espaço e de alimento para muitos habitantes. Hume reconhece que o número de criados e criadas e outras pessoas que permanecem solteiras nos Estados modernos é mais um argumento contra o seu povoamento. Eu tiraria, antes, uma conclusão contrária e consideraria isso argumento da sua superabundância, embora essa conclusão não seja infalível, porque existem muitos países insuficientemente habitados que são, entretanto, estáveis quanto à sua população.

Entretanto, para falar corretamente, talvez possa ser dito que o número de pessoas solteiras, em relação ao total geral, existente em diferentes épocas nos mesmos ou em diferentes países nos capacitará para verificar se a população dessas épocas era crescente, estável ou decrescente, mas não formará nenhum critério pelo qual nós possamos determinar a população real.

Há, contudo, um pormenor observado na maioria dos relatos que temos da China que parece difícil de conciliar com esse raciocínio. É dito que os casamentos prematuros predominam bastante generalizadamente em todas as escalas sociais do povo chinês. Entretanto, o Dr. Adam Smith admite que a população da China é estável. Esses dois fatores se mostram irreconciliáveis. Decerto, parece muito pouco provável que a população da China esteja crescendo rapidamente. Cada acre esteve tanto tempo em cultivo que dificilmente podemos admitir que exista grande acréscimo anual à produção média. Talvez o fato da generalidade dos casamentos prematuros não possa ser determinado suficientemente. Se isso fosse admitido como verdadeiro, o único caminho para explicar a dificuldade, dado o nosso atual conhecimento do assunto, parece ser que a população excedente, resultante necessariamente da predominância dos casamentos prematuros, deve ser contida por eventuais épocas de penúria e pelo costume de se venderem crianças que, provavelmente, em época de miséria, seja mais frequente do que jamais tiveram notícia os europeus. Com relação a essa prática bárbara, é difícil evitar a constatação de que não pode haver uma prova mais significativa da miséria por que passou a humanidade devido à falta de alimento, do que a existência de um costume que assim violenta o princípio mais natural do sentimento humano. Isso parece ter sido

muito comum entre as nações antigas e, certamente, contribuiu bastante para aumentar a população.

Ao estudar os principais Estados da Europa moderna, veremos que, embora eles tenham crescido consideravelmente em população desde que eram nações de pastores, na atualidade, entretanto, seu crescimento é lento e, em vez de dobrar o seu total a cada 25 anos, eles gastam trezentos, quatrocentos anos ou mais, para atingir esse resultado. Na verdade, alguns Estados ficarão totalmente estáveis e outros até decairão quanto à sua população. A causa desse lento crescimento da população não pode ser encontrada no declínio da paixão entre os sexos. Temos suficiente razão para pensar que essa tendência natural ainda existe com força inquebrantável. Por que então seus resultados não se manifestam num rápido crescimento da espécie humana? Uma visão minuciosa do estado da sociedade em qualquer país da Europa, que pode servir igualmente para todos, nos possibilitará responder a esta questão e afirmar que uma previsão das dificuldades em atender ao sustento de uma família atua como um obstáculo preventivo; e a miséria efetiva de algumas das classes mais pobres, em razão da qual estas não são capazes de dar o alimento e os cuidados adequados para seus filhos, atua como um obstáculo positivo, impedindo o crescimento natural da população.

A Inglaterra, como um dos Estados mais florescentes da Europa, pode, justamente, ser tomada como exemplo e as observações feitas se aplicarão, com alguma pequena variação, a qualquer outro país em que a população cresce lentamente.

O obstáculo preventivo parece atuar, em certo grau, em toda a escala social da Inglaterra. Existem alguns homens, mesmo nas classes mais altas, que evitam

casar, por pensar nas despesas que deveriam cortar e nos apreciados prazeres dos quais eles deveriam ser privados, na suposição de ter uma família. Essas considerações, certamente, são triviais, mas uma previsão desse tipo tem propósitos de muito maior importância para sua análise à medida que descemos aos níveis mais baixos.

Um homem de educação liberal, mas com uma renda apenas suficiente para possibilitá-lo a participar da escala social dos fidalgos, deve perceber com perfeita clareza que, se ele casa e tem uma família, será obrigado, se se relaciona em toda a sociedade, a se classificar junto aos modestos agricultores e aos comerciantes de classe mais baixa. A mulher que um homem letrado naturalmente faria o alvo de sua escolha seria uma mulher educada dentro dos mesmos gostos e sentimentos que ele e acostumada a relações familiares de uma sociedade totalmente diferente daquela para a qual ela deve ser rebaixada com o casamento. Pode o homem consentir em colocar o objeto de sua afeição numa situação tão incompatível, provavelmente, com seus gostos e inclinações? Dois ou três degraus de rebaixamento na sociedade, particularmente nesse lance de escada em que a educação termina e a ignorância começa, não serão considerados um mal imaginário e hipotético pela maioria das pessoas, mas um dano real e essencial. Se a sociedade se mantivesse ideal, certamente ela deveria ser livre, igualitária e de ajuda mútua, onde os benefícios tanto seriam prestados como recebidos, e não como se vê defrontar o empregado com o patrão ou o pobre com o rico.

Sem dúvida, essas considerações evitam que um grande número de pessoas dessa escala social sigam a influência de suas inclinações numa ligação prematura. Outros, guiados por uma paixão mais forte ou por um

juízo mais fraco, rompem completamente essas barreiras e, na verdade, isso seria difícil, se a recompensa de uma paixão tão deleitável como a de um amor virtuoso algumas vezes não compensasse todos os danos consequentes. Mas receio que deva ser admitido que as consequências mais gerais de tais casamentos são mais destinadas a justificar do que a afastar os presságios do homem prudente.

Os filhos dos comerciantes e dos agricultores são aconselhados a não casar e geralmente acham necessário seguir esse conselho até que tenham se estabelecido em algum negócio ou propriedade agrícola que possa torná-los capazes de sustentar uma família. Talvez esses casos possam não ocorrer até quando eles estejam em idade bem avançada. A falta de propriedades agrícolas é uma queixa muito comum na Inglaterra. E a concorrência em cada ramo de negócio é tão grande que não é possível que todos sejam bem-sucedidos.

O trabalhador que ganha dezoito pence por dia e vive com certo grau de conforto, como homem solteiro, hesitará um pouco antes de dividir entre quatro ou cinco essa quantia que parece ser apenas razoavelmente suficiente para um. Ele se condicionaria à alimentação mais difícil e ao trabalho mais árduo no interesse de viver com a mulher que ele ama; entretanto, se ele enfim refletir estará ciente de que, se tivesse uma grande família e sofresse algum infortúnio, nenhuma espécie de economia, nenhum esforço possível de sua força braçal poderia preservá-lo de ter o coração cheio de desespero ao ver seus filhos morrerem de fome ou a perder sua independência e ser obrigado a receber auxílio da paróquia para seu sustento. O amor à independência é um sentimento que, certamente, ninguém desejaria ver extirpado de dentro do homem, embora a lei da

Inglaterra de auxílio ao pobre, devemos reconhecer, é o sistema mais próprio dentre todos os outros, para enfraquecer gradativamente este sentimento e para eliminá-lo, por fim, completamente.

Os empregados que vivem com as famílias dos fidalgos têm barreiras que são ainda mais difíceis de vencer quanto a aventurar-se no casamento. Eles possuem os bens essenciais e até as comodidades numa abundância praticamente tão grande como os seus patrões. Seu trabalho é fácil e seu alimento farto se comparados com os das classes dos operários. E seu senso de dependência é atenuado pelo poder consciente de trocar de patrão, se se sentirem desgostosos. Assim, confortavelmente instalados no presente, quais são suas perspectivas de casamento? Sem o saber ou sem o capital, tanto para os negócios como para a agricultura, e não acostumados e, portanto, incompetentes para ganhar a subsistência com o trabalho diário, seu único refúgio parece ser uma miserável cervejaria que, certamente, não oferece perspectiva muito encantadora de um feliz crepúsculo para suas vidas. Quase todos, portanto, intimidados por essa visão pouco agradável de sua situação futura, contentam-se em permanecer solteiros onde estão.

Se esse esboço do estado da sociedade da Inglaterra está próximo da verdade, e não julgo que seja exagerado, estará demonstrado que o obstáculo preventivo ao crescimento da população nesse país atua, embora com forças diferentes, em todas as classes da comunidade. A mesma observação será verdadeira em relação a todos os antigos Estados. Na verdade, as consequências dessas barreiras ao casamento são, entretanto, bastante evidentes pelos vícios que são gerados em quase toda parte do mundo, vícios que estão

continuamente envolvendo ambos os sexos numa infelicidade sem solução.

Capitulo V

O obstáculo positivo ao crescimento da população, pelo qual entendo aquele que impede um crescimento que já se iniciou, limita-se principalmente, embora não exclusivamente, às classes mais baixas da sociedade. Esse obstáculo não é tão evidente à observação comum como o outro que mencionei, e demonstrar claramente a força e a extensão de sua influência requereria, talvez, mais elementos do que possuímos. Mas acredito que, de modo geral, foi assinalado, por aqueles que têm acompanhado as estatísticas de óbitos,[1] que, do número de crianças que morrem anualmente, uma proporção demasiado grande se refere aos pais que podem ser considerados incapazes de dar alimento e cuidados adequados à sua prole, pois ocasionalmente ficam entregues a rigorosa miséria e são às vezes confinados em habitações insalubres e sujeitos a um árduo trabalho. Essa mortalidade entre os filhos dos pobres tem sido constantemente observada em todas as cidades. Certamente não predomina, num mesmo grau, em todo o país, mas o assunto até agora não recebeu atenção suficiente, para permitir a qualquer um afirmar que existem proporcionalmente mais óbitos entre os filhos dos pobres, mesmo no interior, do que entre os das classes média e alta. Na verdade, parece difícil admitir que a esposa de um trabalhador que tem seis filhos que, algumas vezes, sofre total falta de pão seria sempre capaz de dar a seus filhos o alimento e os cuidados necessários para a sobrevivência. Os filhos e as filhas dos camponeses não serão vistos nunca na vida real como rosados querubins, como são descritos nos romances. Não pode deixar de ser assinalado por aqueles que vivem muito no interior que os filhos dos trabalhadores

estão muito sujeitos a ser prejudicados em seu crescimento e demoram para atingir o desenvolvimento pleno. Os rapazes que você julgaria estar com 14 ou 15 anos, após verificação, constata ter 18 ou 19 anos. E os meninos que trabalham com arado, que deve ser, com toda certeza, um exercício saudável, muito raramente são vistos com indícios de que tenham adquirido músculos em suas pernas, circunstância que só pode ser atribuída à falta de alimento adequado ou suficiente.

As leis dos pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a frequente miséria do povo, mas é para se recear que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. É um assunto frequentemente suscitado em conversas e mencionado sempre como causa de grande admiração que, não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. Alguns pensam que o dinheiro deve ter sido desviado, outros que os mordomos de igreja e os provedores dos indigentes da paróquia gastam a maior parte dele em jantares. Todos concordam que, de uma outra forma, o dinheiro deve ser muito mal administrado. Em suma, o fato de que aproximadamente 3 milhões são coletados anualmente para os pobres e, entretanto, sua miséria ainda não tenha sido eliminada, é um objeto de permanente assombro. Mas um homem que vê um pouco além da aparência das coisas ficaria muito mais admirado se o fato fosse diferente do que é observado, ou mesmo se uma arrecadação geral de 18 xelins de libra em vez de 4 fosse modificá-lo substancialmente. Preparei um exemplo que espero elucidar meu pensamento.

Suponhamos que, por uma colaboração dos ricos, os 18 pence por dia que o homem ganha hoje fossem

reduzidos para 5 xelins; talvez se pudesse imaginar que eles tivessem então condições de viver confortavelmente e de ter todo dia um pedaço de carne para o seu jantar. Mas isso seria uma conclusão falsa. A entrega de 3 xelins e 6 pence por dia a cada trabalhador não aumentaria a quantidade de carne do país. Não há, no presente, o suficiente para que todos tenham um bom quinhão. Então, qual seria a consequência? A concorrência entre os compradores no mercado de carne elevaria rapidamente o preço de 6 ou 7 pence para 2 ou 3 xelins de libra e a mercadoria não seria partilhada por mais pessoas do que no presente. Quando um produto está escasso e não pode ser distribuído a todos, aquele que pode exibir o título imobiliário mais valioso, isto é, aquele que oferece mais dinheiro, torna-se o proprietário. Se podemos admitir que a concorrência entre os compradores de carne continua por muito tempo por causa de uma maior quantidade de gado criado anualmente, isso poderia ser realizado somente à custa dos cereais, o que se tornaria uma troca muito desvantajosa, pois é bem sabido que o país não pode, então, sustentar a mesma população; e quando os meios de subsistência estão escassos em relação ao número de pessoas, é de pouca relevância que os membros mais pobres da sociedade possuam 18 pence ou 5 xelins. Em qualquer caso, eles devem ser obrigados a viver com uma alimentação mais precária e em menor quantidade.

Dir-se-á, talvez, que o número crescente de compradores de qualquer artigo daria um estímulo à atividade produtiva e que o produto total da Ilha seria aumentado. Em certa medida esse seria o caso. Mas o estímulo que essa suposta riqueza daria à população a compensaria largamente e a produção maior seria dividida entre um número proporcionalmente maior de pessoas. Em todo esse período estou admitindo a mesma

quantidade de trabalho que a executada anteriormente. Mas isso, na realidade, não aconteceria. A quantia recebida de 5 xelins por dia, em vez de 18 pence, faria todo homem imaginar-se relativamente rico e apto a desfrutar muitas horas ou dias de lazer. Isso se tornaria um empecilho forte e direto à atividade produtiva e, em breve tempo, não somente a nação ficaria mais pobre, mas as próprias classes mais baixas se tornariam muito mais miseráveis do que quando recebiam 18 pence por dia.

Uma coleta de 18 xelins de libra entre os ricos, mesmo se distribuídos da maneira mais criteriosa, teria de certo modo o mesmo efeito que o resultante da hipótese que acabei de fazer, e nenhuma contribuição possível, proveniente de sacrifícios dos ricos, particularmente em dinheiro, poderia impedir, por algum tempo, a volta da miséria entre os membros mais pobres da sociedade, quaisquer que sejam. Na verdade, grandes mudanças poderiam ser feitas. O rico poderia tornar-se pobre, e alguns pobres, ricos, mas uma parcela da sociedade necessariamente deve ter dificuldades para viver e essas dificuldades recairão naturalmente sobre os elementos menos afortunados.

De início pode parecer estranho, mas creio ser verdade que não posso, mediante recursos monetários, elevar o padrão de vida do pobre e possibilitar-lhe viver muito melhor do que anteriormente, sem abaixar proporcionalmente o padrão de vida dos outros membros da mesma classe. Se reduzo a quantidade de alimento consumida em minha casa e dou a ele o que suprimo, então eu o beneficio sem rebaixar o padrão de vida de ninguém, exceto o meu próprio e de minha família que, talvez, fosse bem capaz de suportá-lo. Se exploro uma porção de terra não cultivada e dou o produto ao pobre, beneficio tanto a ele como a todos os membros da

sociedade, porque o que ele antes consumia era tirado de estoque comum e assim, provavelmente, um pouco do novo produto. Mas se dou a ele somente dinheiro, admitindo-se que o produto o país permanece o mesmo, dou-lhe o direito a uma parcela deste produto maior do que a do produto anterior, parcela essa que ele não pode receber sem diminuir a dos outros. É evidente que essa consequência, em termos individuais, deve ser tão pequena que será totalmente imperceptível; embora exista como tantas outras, que, como alguns insetos que vivem no ar, escapam de nossa percepção menos sensível.

Admitindo-se que a quantidade de alimento de qualquer país permaneça a mesma, ininterruptamente, por muitos anos, é evidente que esse alimento deve ser dividido de acordo com o valor do título imobiliário,[2] de cada homem ou com a soma de dinheiro que ele pode gastar com essa mercadoria de procura tão geral. Entretanto, é uma verdade concludente que os títulos imobiliários de um grupo de homens não podem aumentar de valor sem diminuir o valor dos títulos de outros grupos de homens. Se os ricos fossem subscrever e dar 5 xelins por dia a 5 mil homens sem reduzir seus próprios alimentos, não resta dúvida de que, como aqueles homens, naturalmente, viveriam mais, com mais facilidade e consumiriam uma maior quantidade de provisões, existirá menos alimento de sobra para dividir com o resto e, consequentemente, o título imobiliário de cada homem diminuiria em valor ou o mesmo número de moedas de prata compraria menor quantidade de alimentos.

Um crescimento da população sem um crescimento proporcional dos alimentos, evidentemente, terá o mesmo efeito na diminuição do alor do título imobiliário de cada homem. O alimento deve necessariamente ser

distribuído em menores quantidades e, consequentemente, um dia de trabalho comprará menor quantidade de provisões. Um aumento de preço das provisões surgiria de um crescimento da população mais rápido do que dos meios de subsistência ou de uma distribuição diferente do dinheiro da sociedade. O alimento de um país que foi ocupado durante muito tempo, se ele estivesse crescendo, cresce regular e vagarosamente e não pode ser destinado a atender quaisquer demandas inesperadas; entretanto, as variações na distribuição do dinheiro de uma sociedade não ocorrem raramente e estão, sem dúvida, entre as causas que provocam as contínuas variações que observamos no preço das provisões.

As leis dos pobres da Inglaterra tendem a rebaixar a condição geral do pobre dos dois modos seguintes. Sua primeira tendência óbvia é de aumentar a população sem um aumento de alimento para sustentá-la. Um pobre pode casar com pouca ou nenhuma perspectiva de ser capaz de sustentar uma família com independência. Pode-se dizer que, de certo modo, as leis criam o pobre que mantêm; e como as provisões do país, em consequência do aumento populacional, devem ser distribuídas a cada pessoa em pequenas quantidades, é evidente que o trabalho daqueles que não são sustentados pela assistência da paróquia comprará menor quantidade de provisões do que anteriormente e, consequentemente, a maioria deles será forçada a reclamar por sustento.

Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumida em albergues por uma parcela da sociedade que não pode, em geral, ser considerada a mais importante diminui as cotas que, de outro modo, caberiam aos elementos mais operosos e mais dignos; e, então, dessa maneira, obriga muitos a se tornarem

dependentes. Se os pobres dos albergues fossem viver melhor do que vivem hoje, essa nova distribuição de dinheiro da sociedade tenderia mais evidentemente a rebaixar a condição daqueles que não estão nos albergues, por ocasionar uma elevação do preço das provisões.

Felizmente, para a Inglaterra, o espírito de independência ainda permanece entre os camponeses. As leis dos pobres são feitas substancialmente para erradicar esse espírito. Em parte, elas obtiveram sucesso, mas se tivessem obtido tão completamente como se poderia esperar, sua tendência maléfica não teria ficado oculta por tanto tempo.

A pobreza dependente deve continuar sendo uma ignomínia, por mais duro que isso possa parecer em termos individuais. Tal incentivo parece ser absolutamente necessário para promover a felicidade da grande maioria da humanidade e toda tentativa geral de enfraquecer esse incentivo, por mais benevolente que seja sua clara intenção, sempre invalidará seu próprio objetivo. Se os homens são levados a casar em vista da perspectiva da provisão paroquial, com pouca ou nenhuma possibilidade de manter com independência suas famílias, eles não somente são injustamente induzidos a trazer infelicidade e dependência a si próprios e a seus filhos, mas são levados sem o saber a prejudicar a todos da mesma classe que eles. Um trabalhador que casa sem estar em condições de sustentar uma família pode, em alguns aspectos, ser considerado um inimigo de todos os seus companheiros trabalhadores.

Não tenho nenhuma dúvida de que as leis dos pobres da Inglaterra têm contribuído para elevar os preços dos mantimentos e abaixar o preço real do trabalho. Por essa

razão, essas leis contribuíram para empobrecer a classe de pessoas cuja única propriedade é o seu trabalho. É também difícil admitir que as leis não tenham contribuído intensamente para generalizar a negligência e a falta de economia observadas entre os pobres, tão contrárias à disposição verificada entre os pequenos comerciantes e os pequenos agricultores. O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além das suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervejaria. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, consequentemente, à prosperidade.

Há uma queixa geral entre os proprietários de manufaturas de que os altos salários empobrecem todos os seus operários, mas é difícil admitir que estes homens não poupariam uma parte de seus altos salários para o futuro sustento de seus filhos, em vez de gastá-la em bebedeira e esbanjamento, se eles não confiassem na assistência paroquial para sustentá-los em caso de imprevistos. É que o pobre empregado das manufaturas vê essa assistência como um motivo pelo qual ele pode gastar todo o salário que ganha e se divertir enquanto lhe pode parecer evidente, a partir do número de filhos que, pela falência de alguma grande manufatura, imediatamente ele contará com o auxílio paroquial, quando, talvez, os salários ganhos nesta fábrica, enquanto ela funcionava, estivessem suficientemente acima do preço do trabalho comum do país e lhe tivessem permitido poupar o bastante para seu sustento

até que pudesse encontrar um outro meio para o seu trabalho.

Um homem que pudesse não ser impedido de ir à cervejaria por considerar que, com sua morte ou doença, ele deixaria sua esposa e filhos sob os cuidados da paróquia, poderia hesitar ainda em esbanjar seus salários se tivesse a certeza de que, num daqueles casos, sua família morreria de fome ou ficaria entregue ao sustento de uma eventual caridade. Na China, onde tanto o preço real do trabalho como o nominal é muito baixo, os filhos são ainda obrigados por lei a sustentar seus pais velhos e sem recursos. Não pretenderei determinar se tal lei é aconselhável neste país. Mas parece, de qualquer modo, altamente improvável que, mediante instituições positivas que tornam a pobreza dependente tão generalizada, se possa diminuir essa desgraça, que, pelas razões melhores e mais humanas, está associada a ela.

O grau de prosperidade do povo não pode senão diminuir, quando um dos mais fortes obstáculos ao ócio e ao desperdício é então removido e quando os homens são levados a casar com pouca ou nenhuma perspectiva de poder sustentar uma família com independência. Todo obstáculo no caminho do casamento deve ser considerado, sem dúvida, uma espécie de infelicidade. Mas como pelas leis de nossa natureza deve haver algum obstáculo ao crescimento da população, é melhor que a população seja controlada por uma previsão das dificuldades em se cuidar de uma família e pelo medo da pobreza dependente, do que ser estimulada apenas para ser contida, posteriormente, pela privação e pela doença.

Isso seria lembrado sempre que houvesse um absoluto desequilíbrio entre o alimento e mercadorias manufaturadas, cujas matérias-primas existem em

grande abundância. A demanda dessas últimas não deixará de produzi-las em grande quantidade como elas são exigidas. A demanda de alimento não tem, de nenhuma maneira, o mesmo poder produtivo. Num país em que todas as áreas férteis têm sido ocupadas, são necessárias altas ofertas para estimular o agricultor a colocar seu adubo na terra de onde ele espera um retorno lucrativo por alguns anos. E antes que a perspectiva de vantagem seja suficientemente grande para estimular esse tipo de empreendimento agrícola, e enquanto a nova produção esteja em crescimento, poderão sobrevir grandes misérias por causa da sua falta.

A demanda de uma quantidade crescente de meios de subsistência é, com poucas exceções, constante em todo lugar; entretanto, vemos o quanto ela é insuficientemente atendida em todos aqueles países que foram ocupados há muito tempo.

As leis dos pobres da Inglaterra, sem dúvida, foram instituídas com o mais humanitário propósito, mas há um grande motivo para crer que não tiveram sucesso em sua intenção. As leis, certamente, aliviaram alguns casos de miséria muito extrema que poderiam ocorrer em outras circunstâncias; entretanto, a situação dos pobres que são sustentados pelos auxílios paroquiais, considerada em todas as suas particularidades, está muito longe de ser livre da miséria. Entretanto, uma das principais objeções a essas leis é que, por causa da assistência que alguns pobres recebem, em si mesma um benefício mais ou menos duvidoso, todas as camadas populares da Inglaterra estão sujeitas a uma série de leis desagradáveis, inconvenientes e tirânicas, totalmente incompatíveis com o verdadeiro espírito da Constituição. Todos os assuntos das instituições, mesmo no seu atual estágio de reforma, são extremamente conflitantes com

todas as ideias de liberdade. As exigências da paróquia para com os homens cujas famílias estão sujeitas a se tornarem dispendiosas e as mulheres pobres que estão próximas do parto é a tirania mais vergonhosa e desagradável. E os embaraços continuamente provocados por essas leis no mercado de trabalho têm uma tendência constante a aumentar as dificuldades daqueles que estão lutando para se sustentarem sem a assistência.

Esses danos que acompanham as leis dos pobres são, em certa medida, irremediáveis. Se a assistência existe para ser distribuída a uma certa classe de pessoas, deve ser dado, em algum lugar, um poder para discriminar os objetivos adequados bem como administrar os negócios que são necessários, mas uma grande interferência nos assuntos de outras pessoas é uma espécie de tirania; e no curso normal das coisas pode-se esperar que o exercício desse poder se transforme em prisão para aqueles que são levados a pedir sustento. A tirania dos juízes, dos mordomos de Igreja e dos provedores dos indigentes da paróquia é uma queixa comum entre os pobres, mas o erro não está tanto nessas pessoas — que, provavelmente, antes de assumirem o poder, não eram piores que as outras pessoas —, mas na natureza de semelhantes instituições.

O mal talvez tenha crescido demais para poder ser remediado; entretanto, resta pouca dúvida em meu espírito de que, se as leis dos pobres nunca tivessem existido, embora pudesse ter havido vários momentos de cruel miséria, o conjunto de pessoas felizes na população, entretanto, teria sido muito maior do que é atualmente.

O projeto da lei dos pobres do Sr. Pitt tem a aparência de ser organizado dentro das intenções mais

humanitárias, e o protesto levantado contra ele era, em muitos aspectos, mal dirigido e irracional. Mas deve se reconhecer que o projeto possui, em alto grau, o defeito grande e radical de todos os sistemas desse tipo, o de contribuir para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la; rebaixando então a condição daqueles que não são sustentados pelos auxílios paroquiais e, consequentemente, criando mais pobres.

Eliminar as necessidades das classes mais baixas da sociedade é, na verdade, uma tarefa árdua. A verdade é que a pressão da miséria sobre essa parcela de uma comunidade é um mal tão profundamente arraigado que nenhuma habilidade humana pode atingi-lo. Fosse eu propor um paliativo — e paliativos é tudo o que a natureza do caso admitirá —, seria, em primeiro lugar, a revogação completa de todas as atuais leis paroquiais de auxílio aos pobres. Isto daria, em certa proporção, liberdade e autonomia de ação para os camponeses da Inglaterra, o que dificilmente se pode afirmar que eles possuam atualmente. Eles seriam capazes de se estabelecer permanentemente em qualquer lugar onde houvesse uma perspectiva de grande abundância de trabalho e maior remuneração pelo serviço. O mercado de trabalho então ficaria livre e seriam removidos aqueles obstáculos que, tal como as coisas se encontram agora, frequentemente e por um tempo considerável, impedem o preço de se elevar de acordo com a demanda.

Em segundo lugar, poderiam ser dadas recompensas para explorar novas terras, e todos os incentivos possíveis seriam oferecidos à agricultura mais do que às manufaturas, e ao cultivo do solo mais do que às pastagens. Todo esforço seria utilizado para enfraquecer e destruir todas aquelas instituições relacionadas com as

corporações, os aprendizados etc. que fazem com que os trabalhos de agricultura sejam mais mal remunerados do que os trabalhos do comércio e das manufaturas. Pois um país nunca poderá produzir o seu próprio alimento enquanto permanecerem essas discriminações a favor dos artesãos. Semelhantes estímulos à agricultura tenderiam a suprir o mercado com uma crescente quantidade de trabalho saudável e, ao mesmo tempo, a aumentar o produto do país, e elevariam o preço relativo do trabalho, melhorando a condição do trabalhador. Estando então em melhores condições e não vendo nenhuma perspectiva de auxílio paroquial, ele se sentiria mais capaz e mais disposto a participar de associações para proteção de sua família e dele próprio contra as doenças.

Por último, para os casos de extrema miséria, poderiam ser instituídos albergues de condado, sustentados por impostos de todo o reino e abertos a pessoas de todos os condados e, na verdade, de todas as nações. A comida seria pouca e aqueles que fossem aptos seriam obrigados a trabalhar. Seria desejável que os albergues não fossem vistos como confortáveis asilos para atender a todas as dificuldades, mas simplesmente como lugares em que a extrema miséria pudesse achar algum alívio. Uma parte dessas casas poderia ser independente ou outras construídas com objetivo mais beneficente, que não fossem fiscalizadas raramente, a fim de providenciar um lugar em que qualquer pessoa, natural do país ou estrangeira, pudesse trabalhar um dia, em qualquer época, e receber pelo trabalho o preço do mercado. Alguns casos, sem dúvida, seriam deixados aos cuidados da caridade particular.

Um projeto desse tipo, preliminar ao que seria uma revogação de todas as atuais leis do auxílio paroquial, parece ser melhor plano para aumentar o conjunto de

pessoas felizes na população da Inglaterra. Impedir o retorno da miséria está — infelizmente — além do poder do homem. No vão esforço de realizar o que na natureza das coisas é impossível, sacrificamos, hoje, não apenas os benefícios possíveis mas os benefícios mais seguros. Dizemos ao povo que, se ele se submeter a um código de regulamentos tirânicos, nunca passará necessidade. Ele se submete a esses regulamentos. Ele cumpre sua parte do contrato, mas nós não, ou melhor, não podemos cumprir a nossa, e então o pobre sacrifica o benefício valioso da liberdade e nada recebe que possa ser chamado de retorno equivalente.

Então, não obstante a instituição das leis dos pobres na Inglaterra, penso que será reconhecido que, considerando os estados das classes mais pobres em conjunto, tanto nas cidades como no campo, a miséria que eles sofrem por causa da falta de alimento adequado e suficiente, por causa do trabalho duro e das moradias insalubres, deve atuar como um empecilho permanente ao crescimento da incipiente população.

A esses dois grandes obstáculos ao crescimento da população, em todos os países ocupados há muito tempo, que denominei de obstáculos preventivos e positivos, podem ser acrescidos os costumes corruptos em relação às mulheres, as grandes cidades, as manufaturas insalubres, a intemperança, a peste e a guerra.

Todos esses obstáculos podem simplesmente ser reduzidos à miséria e ao vício. E essas são as verdadeiras causas do lento crescimento da população em todos os Estados da moderna Europa, como se verá com bastante evidência pelo crescimento comparativamente rápido que invariavelmente tem ocorrido todas as vezes que

essas causas já tenham sido, em certa proporção, eliminadas.

Capitulo VI

Tem sido observado em toda parte que todas as novas colônias estabelecidas nos países férteis, onde havia abundância de espaço e de alimento, tiveram sua população permanentemente aumentada com rapidez extraordinária. Algumas das colônias da antiga Grécia, num período não muito extenso, rivalizavam em muito com seus Estados colonizadores em número e força. E, para não se estender por épocas remotas, os núcleos coloniais europeus do Novo Mundo dão amplo testemunho da verdade de uma observação que, na verdade, nunca, que eu saiba, foi posta em dúvida. Uma grande extensão de terra fértil, que pode ser obtida por um pouco ou nada, é uma causa tão poderosa de povoamento quanto vencer todos aqueles obstáculos. Nenhuma colônia pode ter sido tão mal administrada quanto as da Espanha, do México, Peru e Quito. A tirania, a superstição e os vícios da pátria-mãe foram disseminados amplamente entre seus filhos. Foram extorquidos pela Coroa tributos exorbitantes. As mais arbitrárias restrições foram impostas a seu comércio. E os governadores não ficavam em segundo plano quando se tratava de ganância e extorsão, para si próprios como para seus superiores. Com todas essas dificuldades, entretanto, as colônias experimentavam um rápido crescimento da população. A cidade de Lima, fundada desde a conquista, é descrita por Ulloa como tendo 50 mil habitantes aproximadamente, 50 anos atrás. Quito, que tinha sido apenas uma aldeia de índios, é descrita pelo mesmo autor como igualmente populosa naquela época. Diz-se que o México tinha 100 mil habitantes, população que, não obstante os exageros dos escritores

espanhóis, supõe-se ser cinco vezes maior do que a da época de Montezuma.

Na colônia portuguesa do Brasil, governada com tirania quase semelhante, admitia-se existir, há 30 anos, 600 mil habitantes de origem europeia.

As colônias holandesas e francesas, embora sob o governo exclusivo de companhias de comerciantes, que, como afirma o Dr. Adam Smith muito judiciosamente, é o pior de todos os governos concebíveis, ainda persistem em se enriquecer, mesmo com tantos prejuízos.

Mas as colônias inglesas da América do Norte, hoje o poderoso povo dos Estados Unidos da América, realizaram incomparavelmente o mais rápido progresso. À grande quantidade de boa terra que possuíam, da mesma forma que as colônias espanholas e portuguesas, eles acrescentaram um maior grau de liberdade e igualdade. Embora não sem algumas restrições sobre seu comércio exterior, eles gozaram de perfeita liberdade para administrar seus negócios internos. As instituições políticas que predominaram eram favoráveis à alienação e à divisão da propriedade. As terras que não eram cultivadas pelo proprietário dentro de certo limite de tempo eram declaradas disponíveis para qualquer outra pessoa. Na Pensilvânia não havia nenhum direito de primogenitura, e nas províncias da Nova Inglaterra o mais velho tinha apenas uma parcela dupla. Não havia dízimos em nenhum dos Estados e somente alguns impostos. E, por causa do preço extremamente baixo da terra fértil, um capital não poderia ser mais vantajosamente empregado do que na agricultura que, ao mesmo tempo que fornece a maior quantidade de trabalho saudável, produz, em maior quantidade, a mercadoria mais valiosa para a sociedade.

O resultado dessas condições favoráveis reunidas foi uma rapidez de crescimento populacional provavelmente sem paralelo na história. Em todas as colônias do norte a população se viu duplicada em 25 anos. O número inicial de pessoas que se estabeleceram nas quatro províncias da Nova Inglaterra em 1643 era de 21.200. Admite-se que, posteriormente, mais pessoas as abandonaram do que as povoaram. No ano de 1760, as províncias chegaram a meio milhão. Portanto, elas sempre duplicaram seu próprio número em 25 anos. Em Nova Jersey verificou-se que o período de duplicação foi 22 anos; e em Rhode Island ainda menos. Nos núcleos coloniais afastados, onde os habitantes se dedicavam exclusivamente à agricultura e o luxo não era conhecido, eles viram seu próprio *quantum* duplicar em 15 anos, o exemplo mais extraordinário de crescimento.[3] Ao longo da costa marítima que, naturalmente, seria a primeira a ser habitada, o período de duplicação ficou em torno de 35 anos; e em algumas das cidades litorâneas a população permaneceu absolutamente estacionária.

Esses dados parecem demonstrar que a população cresce exatamente na medida em que os dois grandes obstáculos a ela — a miséria e o vício — sejam removidos, e que não há um critério mais verdadeiro em relação à prosperidade e à simplicidade de um povo do que a rapidez de seu crescimento. A insalubridade das cidades, às quais algumas pessoas são levadas necessariamente pela natureza de seus ofícios, deve ser considerada como uma espécie de miséria, e o menor obstáculo ao casamento, do ponto de vista das dificuldades de manter uma família, pode ser justamente classificado sob o mesmo título. Em suma, é difícil admitir qualquer obstáculo ao crescimento da população que não traga as características de algum tipo de miséria ou vício.

A população dos treze Estados americanos antes da guerra estava estimada em torno de 3 milhões. Ninguém imagina que a Grã-Bretanha seja menos populosa no presente por causa da emigração de uma pequena quantidade de famílias que resultou naquele número. Ao contrário, uma determinada cota de emigração é tida como favorável à população da pátria-mãe. Foi particularmente assinalado que as duas províncias espanholas, das quais emigrou o maior número de pessoas para a América, tornaram-se em consequência mais populosas. Qualquer que fosse o número inicial dos emigrantes britânicos, que cresceu tão rápido nas colônias norte-americanas, vamos indagar: por que um número igual não produz um crescimento igual, no mesmo período de tempo, na Grã-Bretanha? A grande e evidente causa assinalada é a falta de moradia e alimento ou, em outras palavras, a miséria, e que essa é também uma causa muito mais poderosa do que o vício, que fica suficientemente evidente pela rapidez com que mesmo os Estados antigos se recuperam da devastação da guerra, da peste ou dos cataclismos da natureza. Eles são, então, em curto tempo, colocados um pouco na situação dos novos Estados e o resultado é sempre correspondente ao que poderia ser esperado. Se a atividade dos habitantes não for destruída pelo medo ou pela tirania, os meios de subsistência logo aumentarão além das necessidades dos seus limitados números (de pessoas) e a consequência inevitável será que a população, que antes era talvez estável, começará imediatamente a crescer.

A fértil província de Flandres, que frequentemente foi palco das mais devastadoras guerras, depois de uma trégua de poucos anos, surgia novamente tão produtiva e populosa como sempre. Mesmo o palatinado ergueu de novo sua cabeça depois dos execráveis saques de Luís

XIV. As consequências da pavorosa peste de Londres, em 1666, não eram percebidas quinze ou vinte anos depois. Os vestígios das mais destruidoras crises de fome na China e no Hindustão foram suprimidos muito depressa, segundo dizem todos. Pode-se mesmo duvidar se a Turquia e o Egito estão com uma média de população muito menor por causa das pragas que os devastavam periodicamente. Se o número de pessoas que esses países tinham fosse menor hoje do que antigamente, isto deveria, provavelmente, ser atribuído mais à tirania e à opressão do governo sob os quais eles padecem, e o consequente desestímulo à agricultura, do que às perdas que eles sofreram com a peste. Os mais terríveis cataclismos da natureza, tais como as erupções vulcânicas e os terremotos, se não acontecem tão frequentemente de modo a desalojar seus habitantes ou destruir seu espírito de iniciativa, têm apenas uma pequena consequência sobre a média da população de qualquer Estado. Nápoles e a região próxima ao Vesúvio são ainda muito populosas, não obstante as frequentes erupções daquela montanha. E Lisboa e Lima provavelmente hoje estão próximas da mesma situação com relação à população como estavam antes dos últimos terremotos.

Capitulo VII

Graças a um grande cuidado com a limpeza, a peste parece, enfim, estar completamente eliminada de Londres. Entretanto, não é improvável que entre as causas secundárias, que provocam ainda períodos de doenças e epidemias, devem constar a aglomeração da população e o alimento deteriorado ou insuficiente. Fui levado a essa conclusão observando algumas das tabelas do Sr. Susmilch que o Dr. Price citou em uma de suas notas para o pós-escrito da polêmica sobre a população da Inglaterra e do País de Gales. Elas são consideradas bastante exatas e, se fossem generalizadas, lançariam uma grande luz sobre os diferentes modos pelos quais o crescimento da população é contido e impedido de crescer além dos meios de subsistência de qualquer país. Citarei uma parte das tabelas com as observações do Dr. Price.

NO REINO DA PRÚSSIA E NO DUCADO DA LITUÂNIA

Média Anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
10 anos até 1702	21.963	14.718	5.928	37 p/ 10	150 p/ 100
5 anos até 1716	21.602	11.984	4.968	37 p/ 10	180 p/ 100
5 anos até 1756	28.392	19.154	5.599	50 p/ 10	148 p/ 100

> “N.B. Em 1709 e 1710, a peste provocou a morte de 247.733 habitantes deste país e em 1736 e 1737, as epidemias predominaram, o que de novo impediu seu crescimento.”

Pode-se observar que a maior proporção de nascimentos em relação aos obtidos foi nos cinco anos depois do grande surto de peste.

> “Nessa situação concluímos que o número de habitantes quase foi duplicado em 56 anos, não tendo ocorrido nenhuma epidemia muito grave que

interrompesse por uma só vez o crescimento; entretanto, os três anos imediatamente seguintes ao último período (1759) foram anos tão marcados pelas doenças que os nascimentos baixaram para 10.229 e os óbitos se elevaram para 15.068.”

DUCADO DA POMERÂNIA

Média Anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
6 anos até 1702	6.540	4.647	1.810	36 p/ 10	140 p/ 100
6 anos até 1708	7.455	4.208	1.875	39 p/ 10	177 p/ 100
6 anos até 1726	8.432	5.627	2.131	39 p/ 10	150 p/ 100
4 anos até 1756	12.767	9.281	2.957	43 p/ 10	137 p/ 100

Não é provável que nesse caso o número de habitantes tenha crescido mais rápido do que a quantidade de alimentos e as moradias necessárias para mantê-los com saúde? Todo o povo, nessa hipótese, seria obrigado a viver da maneira mais penosa e um número maior de pessoas estaria amontoado numa única casa e, certamente, não é improvável que essas estivessem entre as causas naturais que produziram os três anos funestos. Essas causas podem produzir tal efeito, embora o país considerado, em termos absolutos, não seja de população extremamente concentrada e numerosa. Mesmo num país pouco densamente povoado, se ocorre um crescimento da população antes de crescer a quantidade de alimentos e de se construir mais casas, os habitantes devem ficar, em certa medida, atormentados pela falta de moradias e de meios de subsistência. Fossem os casamentos na Inglaterra, nos próximos oito ou dez anos, mais fecundos do que o normal, ou houvesse mesmo um número de casamentos maior do que o comum, admitindo-se que o número de casas permanece o mesmo, em lugar de cinco ou seis pessoas numa pequena casa, deveria haver sete ou oito, e isso, somado à necessidade de viver de modo mais penoso, provavelmente provocaria um efeito muito desfavorável sobre a saúde da população.

NEUMARK DE BRANDENBURGO

Média Anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
5 anos até 1701	5.433	3.483	1.436	37 p/ 10	155 p/ 100
5 anos até 1726	7.012	4.254	1.713	40 p/ 10	164 p/ 100
5 anos até 1756	7.978	5.567	1.891	42 p/ 10	143 p/ 100

"As epidemias predominaram por seis anos, de 1736 a 1741, o que impediu o crescimento."

DUCADO DE MAGDEBURGO

Média Anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
5 anos até 1702	6.431	4.103	1.681	38 p/ 10	156 p/ 100
5 anos até 1717	7.590	5.335	2.076	36 p/ 10	142 p/ 100
5 anos até 1756	8.850	8.069	2.193	40 p/ 10	109 p/ 100

"Os anos de 1738, 1740, 1750 e 1751 foram particularmente epidêmicos."

Para mais informações sobre esse assunto, reporto o leitor às tabelas do Sr. Susmilch. Os extratos que apresentei são suficientes para mostrar os retornos periódicos, embora irregulares, das fases epidêmicas e parece muito provável que a escassez de moradias e alimentos foi uma das principais causas que as provocaram.

Conclui-se pelas tabelas que esses países foram crescendo mais depressa que os Estados antigos, não obstante as eventuais fases epidêmicas que prevaleceram. O plantio deve ter sido desenvolvido e os casamentos, consequentemente, estimulados, porque os obstáculos ao crescimento da população se mostraram mais do tipo positivo do que do tipo preventivo. Quando, a partir da perspectiva de uma crescente fartura, em algum país, a força que detém o crescimento da população é, em certa medida, eliminada, é muito provável que o movimento continuará além da atuação da causa que inicialmente o

impulsionou. Ou, para ser mais específico, quando a produção crescente de um país e a crescente demanda de trabalho tanto melhoram a situação do trabalhador, como estimulam demais os casamentos, é provável que o costume dos casamentos prematuros continue até que a população do país tenha ido além da produção aumentada; e os períodos epidêmicos demonstram ser a consequência natural e necessária. Por essa razão, eu desejaria que aqueles países em que os meios de subsistência estivessem crescendo suficientemente de vez em quando para estimular a população, mas não para atender a todas as suas demandas, estivessem mais sujeitos a epidemias periódicas do que aqueles em que a população pudesse se ajustar mais adequadamente à produção média.

Uma afirmação contrária a essa provavelmente também será considerada verdadeira. Naqueles países que estão sujeitos a epidemias periódicas, o crescimento da população ou o predomínio dos nascimentos sobre os óbitos será maior nos intervalos daqueles períodos do que comumente acontece, *caeteris paribus*, nos países não tão sujeitos a tais calamidades. Se a Turquia e o Egito ficassem um tanto estáveis em sua média populacional no último século, nos intervalos de suas epidemias periódicas, os nascimentos deveriam ter ultrapassado os óbitos numa proporção maior do que em países como a França e a Inglaterra.

A proporção média de nascimentos, em comparação com os óbitos, em um país, por um período de cinco ou dez anos, se revelará, consequentemente, como um critério muito inadequado pelo qual se pode julgar o avanço real da população. Essa proporção, certamente, mostra a taxa de crescimento durante aqueles cinco ou dez anos; entretanto, não podemos de modo algum deduzir daí o que foi o crescimento de vinte anos atrás ou o que seria o crescimento dos vinte anos posteriores. O Dr. Price observa que a Suécia, a Noruega, a Rússia e o reino de Nápoles

experimentam rápido crescimento; entretanto, os dados dos registros que ele forneceu não abrangem períodos de extensão suficiente para determinar o fato. Contudo, é muito provável que a Suécia, a Noruega e a Rússia estejam realmente aumentando sua população, embora não à taxa em que a proporção de nascimentos em relação aos óbitos, nos pequenos períodos que o Dr. Price toma, parecia mostrar. Durante cinco anos, finalizando em 1777, a proporção de nascimentos em relação aos óbitos no reino de Nápoles foi de 144 para 100, mas existe razão para se supor que essa proporção indicaria que um crescimento muito maior seria verificado naquele reino durante um período de cem anos.

O Dr. Short comparou os registros de muitos povoados e cidades-mercado da Inglaterra por dois períodos: o primeiro da rainha Elizabeth até a metade do último século, e o segundo de diferentes anos do fim do último século até a metade do atual. De um estudo comparativo desses dados, evidencia-se que no primeiro período os nascimentos ultrapassavam os óbitos na proporção de 124 para 100, mas no último apenas na proporção de 111 para 100. O Dr. Price imagina que os registros do primeiro período não são confiáveis, entretanto, provavelmente nestas circunstâncias não dão proporções incorretas. Pelo menos existem razões para se esperar encontrar um predomínio dos nascimentos sobre os óbitos maior no primeiro período do que no último. No crescimento natural da população de um país, uma maior quantidade de terra fértil, *caeteris paribus*,[4] seria posta em cultivo nos seus primeiros estágios do que nos últimos. E um maior crescimento proporcional anual da produção será quase invariavelmente acompanhado por um aumento proporcionalmente maior da população. Mas, além dessa grande causa que naturalmente produz o predomínio de nascimentos sobre os óbitos maior no fim do reinado da rainha Elizabeth do que na metade deste século, não posso

concordar com a ideia de que as ocasionais devastações da peste, no primeiro período, devem ter tido alguma tendência a aumentar essa proporção. Se uma média de dez anos fosse tomada para os intervalos dos retornos dessa horrível calamidade, ou se os anos de peste fossem desprezados como acidentais, os registros certamente dariam a proporção de nascimentos em comparação com os óbitos muito alta por causa da média real de crescimento da população. Durante alguns poucos anos depois da grande peste de 1666, é provável que houvesse um predomínio mais do que o comum dos nascimentos sobre os óbitos, particularmente se for bem fundada a opinião do Dr. Price de que a Inglaterra era mais populosa na revolução (que aconteceu somente 22 anos mais tarde) do que é atualmente.

O Sr. King, em 1693, afirmou que a proporção dos nascimentos em relação aos óbitos em todo o reino, exceto em Londres, era de 115 para 100. O Dr. Short estabeleceu essa proporção, na metade deste século, em 111 para 100, incluindo Londres. A proporção na França durante cinco anos, terminando em 1774, era de 117 para 100. Se essas afirmações estão próximas da verdade e se não existem variações muito grandes das proporções em períodos específicos, se evidenciaria que a população da França e a da Inglaterra se aproximaram muito da produção média de cada país. Os desestímulos ao casamento, os consequentes hábitos viciosos, a guerra, a intemperança, o despovoamento despercebido, embora certo, das grandes cidades, as moradias acanhadas e a alimentação insuficiente de muitos dos pobres, impedem a população de crescer além dos meios de subsistência; e se posso usar uma expressão que, certamente, de início parece estranha, substituem a necessidade de epidemias grandes e devastadoras para conter o que é excedente. Foram 2 milhões na Inglaterra e 6 milhões na França que uma peste destruidora aniquilou; não pode haver dúvida alguma de

que, depois que os habitantes se recuperaram dessa terrível comoção, a proporção de nascimentos em comparação com os óbitos ficaria muito acima do que está no presente em ambos os países.

Em Nova Jersey, a proporção dos nascimentos em relação aos óbitos, numa média de sete anos, terminando em 1743, foi de 300 para 100. Na França e na Inglaterra, tomando-se a proporção mais alta, a relação é de 117 para 100. Essa diferença é grande e assustadora, mas não devemos ficar tão apavorados com ela a ponto de atribuí-la à milagrosa intervenção divina. As suas causas não são remotas, ocultas e misteriosas, mas estão próximas de nós, nos rodeiam e se abrem à pesquisa de toda mente investigadora. É próprio do espírito mais liberal da filosofia admitir que uma pedra não pode cair ou uma planta não pode crescer sem a pronta intervenção do poder divino. Mas sabemos, a partir da experiência, que essas ações que chamamos naturais foram conduzidas, quase invariavelmente, de acordo com leis fixas. E, desde que o mundo começou, as causas do povoamento e do despovoamento foram provavelmente tão constantes como quaisquer das leis da natureza com as quais nós nos acostumamos.

A paixão entre os sexos tem demonstrado, em qualquer idade, ser tão semelhante a essas mesmas leis que pode ser sempre considerada, em linguagem algébrica, como uma quantidade dada. A grande lei da necessidade que impede a população de qualquer país de crescer além do alimento que pode produzir ou adquirir, é uma lei tão patente a nossos olhos, tão óbvia e evidente ao nosso conhecimento e tão plenamente confirmada pela experiência em qualquer época, que não podemos nem por um momento duvidar dela. Os diferentes modos que a natureza usa para impedir ou controlar um povoamento excessivo não nos parecem, na verdade, tão certos e regulares, mas, embora não possamos prever sempre o

modo, com certeza podemos prever o fato. Se a proporção de nascimentos em relação aos óbitos, durante uns poucos anos, indica um crescimento numérico muito além da produção proporcional aumentada ou adquirida do país, podemos perfeitamente estar certos que, a não ser que ocorra uma emigração, as mortes ultrapassarão um pouco os nascimentos; e que o crescimento que ocorreu durante uns poucos anos não pode ser o crescimento real médio da população do país. Não existem outras causas de despovoamento; qualquer país, sem dúvida, estaria sujeito à peste ou fome periódicas.

O único critério verdadeiro de um crescimento real e permanente da população de qualquer país é o crescimento dos meios de subsistência. Mas mesmo esse critério está sujeito a pequenas variações que estão, contudo, plenamente ao alcance de nossos olhos e de nossa observação. Em alguns países, a população parece ter sido forçada, isto é, o povo foi habituado aos poucos a viver praticamente com as menores quantidades possíveis de alimento. Deve ter havido em tais países períodos em que a população crescia permanentemente sem um aumento dos meios de subsistência. A China parece corresponder a essa descrição. Se podem ser confiáveis os relatórios de que dispomos deste país, as classes mais pobres da população estão habituadas a viver praticamente com a menor quantidade de alimento possível e ficam contentes ao conseguir alguns restos putrefatos, que os trabalhadores europeus, mesmo que estivessem morrendo de fome, não comeriam. A lei da China que permite aos pais pôr à venda seus filhos tem servido principalmente, então, para restringir a população. Uma nação nessa condição está necessariamente sujeita à fome. Onde um país é tão populoso em relação aos meios de subsistência que a sua produção média é apenas parcamente suficiente para manter a sobrevivência de seus habitantes, qualquer escassez proveniente de períodos de

dificuldade deve ser fatal. É provável que o modo muito frugal com que os hindus não muçulmanos estão habituados a viver contribua, em certa medida, para a fome no Hindustão.

Na América, onde a remuneração pelo trabalho é, atualmente, tão liberal, as classes mais pobres poderiam reduzir suas despesas muito consideravelmente num ano de escassez sem se afligirem materialmente. Por essa razão, uma crise de fome parece ser praticamente impossível. Pode-se esperar que com o crescimento da população da América os trabalhadores, com o tempo, serão remunerados de uma forma menos liberal. Neste caso, o número de pessoas crescerá permanentemente sem um aumento proporcional dos meios de subsistência.

Nos diferentes Estados da Europa deve haver algumas variações na proporção entre o número de habitantes e a quantidade de alimento consumida, alterando-se de acordo com os diferentes hábitos de vida que predominam em cada Estado. Os trabalhadores do sul da Inglaterra estão tão habituados a comer pão de trigo de alta qualidade que suportarão, de certo modo, a fome antes de se submeterem a viver como os camponeses escoceses. Eles poderiam, talvez, com o tempo, devido à permanente atuação da dura lei da miséria, ser obrigados a viver mesmo como os chineses mais pobres; e o país, então, com a mesma quantidade de alimentos, sustentaria uma população maior. Entretanto, realizar isso deve ser a experiência mais difícil e todo amigo da humanidade desejará que seja uma tentativa frustrada. Nada é tão comum como ouvir que devem ser dados estímulos à população. Se a tendência da humanidade para crescer é tão grande como mostrei, ser pode parecer estranho que esse crescimento não evolua quando é então repetidamente procurado. A verdadeira razão é que a demanda por causa de uma população maior ocorre sem que se preparem as provisões necessárias para sustentá-la.

Aumentando-se a demanda de trabalho agrícola por se incentivar o cultivo e, consequentemente, aumentando-se a produção do país e melhorando-se a condição do trabalhador, não haverá nenhum receio, qualquer que seja, pelo crescimento proporcional da população. Uma tentativa para alcançar esse objetivo de alguma outra maneira é incorreta, cruel e tirânica e, por esse motivo, em qualquer Estado com uma regular liberdade, não pode ter sucesso. Restringir uma população pode parecer interesse dos governantes e dos ricos de um Estado e, por essa razão, abaixar o preço do trabalho e, consequentemente, as despesas com as esquadras e com os exércitos e o custo dos manufaturados para venda no exterior; entretanto, cada tentativa desse tipo seria cuidadosamente vigiada e zelosamente combatida pelos defensores dos pobres, especialmente quando viesse sob a roupagem enganosa da bondade e, certamente por isso, fosse mais favorável, alegre e cordialmente recebida pela plebe.

Inocento o Sr. Pitt de qualquer intenção sinistra naquela cláusula de seu projeto de lei dos pobres que dá a cada trabalhador 1 xelim por semana por cada filho que ele tenha além de três. Confesso que, antes que o projeto de lei fosse levado ao Parlamento e por algum tempo depois, pensei que uma tal regulamentação seria altamente benéfica, mas uma reflexão posterior sobre o assunto convenceu-me de que se seu objetivo é melhorar a condição do pobre, ela está destinada a anular o verdadeiro objetivo que tem em vista. O projeto de lei não revela nenhuma tendência, que eu possa perceber, para aumentar a produção do país e, se tende a aumentar a população, sem aumento da produção, a consequência necessária e inevitável parece ser que a mesma produção deve ser dividida por um maior número e, consequentemente, que com um dia de trabalho se comprará uma menor quantidade de provisões e, por essa razão, o pobre, de modo geral, deve ficar mais miserável.

Citei alguns casos em que a população pode crescer constantemente sem um proporcional aumento dos meios de subsistência. Mas é evidente que a variação nos diferentes Estados, entre o alimento e o número de pessoas sustentadas por ele é circunscrita a um limite que não pode ser ultrapassado. Em qualquer país, cuja população não é absolutamente decrescente, o alimento deve ser necessariamente suficiente para sustentá-la e manter a classe dos trabalhadores.

Pode-se afirmar, sendo idênticas as circunstâncias, que os países são populosos de acordo com a quantidade de alimento para o consumo humano que produzem e são prósperos de acordo com a liberalidade com que o alimento é dividido ou com a quantidade de alimento que um dia de trabalho poderá comprar. Os países produtores de trigo são mais populosos que os países de pastoreio e os países produtores de arroz mais populosos do que os produtores de trigo. As terras da Inglaterra não são próprias para arroz, mas produziriam muita batata; e o Dr. Adam Smith observa que se a batata viesse a se tornar o alimento vegetal favorito do povo e se fosse utilizada a mesma quantidade de terra na sua cultura como a que é hoje utilizada na cultura do trigo, o país seria capaz de sustentar uma população muito maior e o faria, consequentemente, em muito pouco tempo.

A prosperidade de um país não depende absolutamente da sua pobreza ou da sua riqueza, da sua juventude ou da sua velhice, de ser ele pouco ou totalmente habitado, mas da rapidez com que está crescendo, do grau em que o aumento anual de alimento se aproxima do crescimento anual de uma população não restringida. Essa aproximação é sempre maior nas novas colônias, onde a experiência e a atividade provenientes de um Estado antigo trabalham a terra fértil e sem dono de uma nova nação. Nos outros casos, a juventude ou a velhice de um Estado não é, com relação a isso, de importância muito grande. É provável

que o alimento da Grã-Bretanha seja dividido em tão grande abundância entre seus habitantes na atualidade como era há duzentos, trezentos ou quatrocentos anos. E há razão para acreditar que as áreas pobres e pouco habitadas das Terras Altas da Escócia sejam tão miseráveis por causa de uma sobrecarga de população como a rica e populosa província de Flandres.

Existisse um país que nunca fosse ocupado por um povo mais adiantado em técnicas, mas que fosse deixado a seu próprio processo natural de civilização, a partir do momento em que seu produto pudesse ser considerado uma unidade em relação ao tempo que ele pudesse ser considerado um milhão, durante o período de muitas centenas de anos, não haveria um único período em que o conjunto do povo pudesse dizer-se livre da miséria causada, direta ou indiretamente, pela falta de alimento. Em todos os Estados da Europa, desde que sobre eles tivemos os primeiros relatos, milhões e milhões de seres humanos foram oprimidos por essa única causa, embora, talvez, em alguns desses Estados nunca tenha sido conhecida uma miséria absoluta.

A fome parece ser o último, o mais pavoroso recurso da natureza. O poder de crescimento da população é tão superior ao poder do solo para produzir a subsistência para o homem que a morte prematura, de uma maneira ou de outra, ataca a espécie humana. Os vícios da humanidade são ativos e hábeis agentes do despovoamento. Eles são os antecessores do grande exército da destruição e frequentemente eles próprios executam o pavoroso trabalho. Entretanto, quando eles fracassam nessa guerra de extermínio, períodos de enfermidade, epidemias, peste e praga entram em ação com uma terrível disposição e eliminam milhares e dezenas de milhares de homens. Quando o sucesso fosse ainda incompleto: a fome gigantesca e inevitável espreita na retaguarda e com um possante sopro varre a população e o alimento do mundo.

Então isso não deve ser reconhecido por um estudioso atento da história da humanidade, que em qualquer época e em qualquer Estado em que o homem viveu ou vive hoje: o crescimento da população é limitado necessariamente pelos meios de subsistência.

A população cresce invariavelmente, quando os meios de subsistência aumentam. E o superior poder de crescimento da população é dominado e a população real se mantém equiparada aos meios de subsistência pela miséria e pelo vício.

Capitulo VIII

Para uma pessoa que deduz as óbvias inferências precedentes de uma perspectiva do estado passado e presente da humanidade, não pode ser motivo de espanto que todos os escritores que se ocupam com a perfectibilidade do homem e da sociedade e que mencionam o argumento de uma população excedente tratam-no sempre muito ligeiramente e invariavelmente apresentam as dificuldades resultantes dele a uma grande e quase incomensurável distância. Mesmo o Sr. Wallace, que considerou o argumento em si de tanta importância para destruir todo seu sistema de igualdade, não parece estar seguro de que alguma dificuldade surgiria desta causa enquanto toda a terra não estivesse cultivada como um jardim e fosse incapaz de algum outro aumento da produção. Fosse esse realmente o caso e houvesse um belo sistema de igualdade viável sob outros aspectos, não posso imaginar que nosso entusiasmo na busca de um tal projeto deva se arrefecer pela reflexão sobre uma dificuldade tão distante. Um evento a semelhante distância poderia bem ser deixado à Providência, mas a verdade é que se o ponto de vista do argumento dado neste ensaio é justamente a dificuldade, longe de ser distante, ela seria iminente e imediata. Em cada período, durante o processo do cultivo, do momento atual até a época em que toda a terra tivesse se tornado igual a um jardim, a miséria causada pela falta de alimento estaria constantemente subjugando toda a humanidade, se eles fossem iguais. Embora a produção da terra pudesse estar crescendo cada ano, a população estaria crescendo muito mais rápido e seu excesso deve necessariamente ser contido

pela atuação periódica ou constante da miséria ou do vício.

O *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, do Sr. Condorcet, foi escrito, como dizem, sob a pressão daquela cruel proscrição que terminou com sua morte. Se ele não mantinha esperanças de seu trabalho ser reconhecido durante sua vida e do reconhecimento francês, é um exemplo peculiar da fidelidade de um homem e seus princípios, visto que a experiência de cada dia lhe era tão fatalmente contraditória. Ver a inteligência humana numa das mais instruídas nações do mundo, e depois de um período de alguns milhares de anos, degradada por uma tal agitação de asquerosas paixões, de medo, crueldade, maldade, vingança, ambição, loucura e insensatez como teria sido arruinada a mais selvagem nação da época mais bárbara, deve ter sido um golpe tão tremendo para suas ideias do desenvolvimento necessário e inevitável da inteligência humana que nada, a não ser a firme convicção da verdade de seus princípios, a despeito de todas as evidências contrárias, poderia tê-lo feito resistir.

Essa publicação póstuma é apenas um esboço de um trabalho muito mais amplo que ele propôs que fosse executado. Por esse motivo, não tem, necessariamente, aqueles detalhes e aquela aplicação prática que por si só demonstram a verdade de qualquer teoria. Poucas observações serão suficientes para mostrar como a teoria é totalmente contraditória quando aplicada a um estado de coisas real e não a um estado de coisas imaginário.

Na última parte do trabalho, que trata do progresso futuro do homem em busca da perfeição, ele afirma que, comparando, nas diferentes nações civilizadas da

Europa, a população existente com a extensão do território e observando o seu cultivo, sua atividade, suas divisões do trabalho e seus meios de subsistência, veremos que seria impossível conservar os mesmos meios de subsistência e, consequentemente, a mesma população, sem um número de pessoas que não tenha outros meios de suprir suas necessidades do que sua própria atividade. Tendo reconhecido a necessidade de tal classe de homens e, posteriormente, chamando a atenção para a precária renda daquelas famílias que dependeriam tão completamente da vida e da saúde de seu chefe,[5] ele afirma, muito corretamente, que

> "Existe então uma causa necessária da desigualdade, da dependência e mesmo da miséria que ameaça incessantemente a mais numerosa e ativa classe de nossa sociedade".

A dificuldade é exata e adequadamente formulada e receio que a maneira pela qual ele propõe que ela seja removida se demonstre ineficaz. Pela aplicação de cálculos às probabilidades de vida e de juros de dinheiro ele propõe que se estabelecesse um fundo que asseguraria ao velho uma assistência, formado parcialmente pelas suas próprias poupanças anteriores e em parte pelas poupanças dos indivíduos que, ao fazer o mesmo sacrifício, morressem antes que colhessem o seu benefício. O mesmo fundo ou outro fundo semelhante daria assistência às mulheres que perdessem seus maridos e às crianças sem pais e entregaria àqueles que estivessem em idade de estabelecer uma nova família um capital suficiente para o próprio desenvolvimento de sua atividade. Essas instituições, observa o autor, poderiam ser feitas em nome da sociedade e sob sua proteção. Indo ainda mais além, o Sr. Condorcet afirma que através de uma aplicação correta dos cálculos, poderiam ser encontrados meios de preservar mais

completamente um estado de igualdade, impedindo o crédito de ser privilégio exclusivo das grandes fortunas e dando a ele ainda uma base igualmente sólida, e tornando o desenvolvimento da atividade fabril e a atividade do comércio menos dependentes dos grandes capitalistas.

Semelhantes instituições e cálculos podem parecer muito promissores no papel, mas, quando aplicados à vida real, demonstrarão ser totalmente ineficazes. O Sr. Condorcet é de opinião que uma classe de pessoas que se mantém inteiramente pela atividade é necessária em qualquer Estado. Por que ele afirma isso? Nenhuma outra razão pode ser bem assinalada além daquela em que ele admite que o trabalho necessário para conseguir a subsistência para uma grande população não será realizado sem o estímulo da necessidade. Se, por meio de instituições desse tipo esse incentivo à atividade fosse eliminado, se os ociosos e negligentes são colocados no mesmo pé de igualdade — em relação a seus créditos e ao sustento futuro de suas esposas e famílias — que os ativos e trabalhadores, podemos ter a esperança de ver os homens aplicar essa vigorosa atividade em melhorar sua condição que hoje cria a principal energia da prosperidade pública? Se fosse feita uma investigação para estudar as queixas de cada indivíduo e para determinar se ele tinha ou não se dedicado ao extremo e, por conseguinte, para conceder ou negar a assistência, isto seria pouco mais do que a repetição, em larga escala, das leis dos pobres da Inglaterra e seria totalmente destruidor dos verdadeiros princípios de liberdade e igualdade.

Mas, independente desta grande objeção àquelas instituições e admitindo-se, por um momento, que elas não ofereceriam nenhum obstáculo à atividade

produtiva, sem dúvida, a maior dificuldade ainda permaneceria.

Se cada homem tivesse a garantia de uma provisão suficiente para uma família, quase todos teriam uma, e a geração que está em formação estaria livre do "assassínio frio" da miséria, e a população cresceria rapidamente. O próprio Sr. Condorcet parece estar totalmente seguro disso e depois de descrever os novos aperfeiçoamentos ele afirma o seguinte:

> "Entretanto, com esse impulso da atividade e da prosperidade, cada geração será levada a um maior tempo de lazer e, em consequência, pela constituição física da estrutura humana, seria levada a aumentar o número de pessoas. Não deve chegar, então, uma época em que aquelas leis, igualmente necessárias, se oporão umas às outras? Quando o aumento do número de pessoas ultrapassar seus meios de subsistência, o resultado necessário deve ser ou uma diminuição constante da prosperidade e da população, num verdadeiro movimento de retrocesso, ou, no mínimo, uma espécie de oscilação entre o bem e o mal? Nas sociedades que chegaram a esse limite, essa oscilação não será uma causa mantenedora da miséria cíclica? Isso não assinalará o limite em que todas as novas melhorias se tornarão impossíveis e mostrará aquele limite da perfectibilidade da espécie humana que se pode atingir no decurso das eras, mas nunca se poderá ultrapassar?"

Ele então acrescenta:

> "Não existe ninguém que não veja o quanto tal período está distante de nós, mas será que chegaremos lá? É igualmente impossível se pronunciar a favor ou contra a realização futura de

> um evento que não pode acontecer senão numa era em que a espécie humana terá atingido um aperfeiçoamento de que nós, no presente, mal podemos fazer uma ideia”.

O quadro do Sr. Condorcet a respeito do que se pode esperar que aconteça quando o número de homens ultrapassar os meios para sua subsistência, está corretamente traçado. A oscilação que ele descreve certamente ocorrerá e, sem dúvida, será uma causa mantenedora permanente da miséria cíclica. O único ponto no qual discordo do Sr. Condorcet, com relação a esse quadro, é o período em que ele pode ser aplicado à espécie humana. O Sr. Condorcet pensa que o quadro não pode, possivelmente, ser aplicável senão numa era extremamente distante. Entretanto, se a proporção entre o crescimento natural da população e do alimento que eu tenho afirmado existir, estiver, em certo grau, próxima da verdade, parecerá, ao contrário, que o período em que o número de homens ultrapassar seus meios de subsistência chegou há muito, e que essa oscilação necessária, essa causa mantenedora constante da miséria cíclica existiu sempre desde que nós tivemos uma história da humanidade; existe no presente e continuará a existir para sempre, a menos que alguma mudança radical ocorra na constituição física de nossa natureza.

O Sr. Condorcet, contudo, continua a afirmar que, caso a era que ele imagina estar tão distante chegasse algum dia para a espécie humana, os defensores da perfectibilidade do homem não precisam ficar alarmados com isso. Ele continua, então, a eliminar a dificuldade de uma maneira que confesso não entender. Tendo observado que os ridículos preconceitos da superstição teriam, por esta época, deixado de predominar sobre os costumes, uma austeridade corrupta e degradante,

segundo ele refere, conduziria ao concubinato promíscuo, que impediria a procriação, como a alguma outra coisa antinatural. Eliminar a dificuldade desse modo, na opinião da maioria dos homens, será certamente destruir aquela virtude e a pureza dos costumes que os advogados da igualdade e da perfectibilidade do homem confessam ser o fim e o objetivo de seus planos.

Capitulo IX

A última questão que o Sr. Condorcet propõe para estudo é a perfectibilidade orgânica do homem. Ele observa que, se as provas que já foram dadas, e que em seu desenvolvimento receberão maior força do próprio trabalho, são suficientes para estabelecer a perfectibilidade ilimitada do homem, na suposição decorrente das mesmas faculdades naturais e da mesma organização que ele tem no presente, qual será a certeza, qual será a medida da nossa esperança, de que essa organização, essas próprias faculdades naturais sejam suscetíveis de aperfeiçoamento?

Com o aperfeiçoamento da medicina, com a maior utilização de alimento e habitações saudáveis, com um modo de vida que melhorará a energia do corpo por meio de exercícios que não o debilitem pelo excesso, com a destruição das duas grandes causas da degradação do homem — a miséria e as riquezas excessivas —, com a gradativa remoção das enfermidades transmissíveis e contagiosas pelo desenvolvimento do conhecimento físico, que se tornou mais eficiente pelo progresso da inteligência e da ordem social, ele infere que, embora o homem não se torne absolutamente imortal, ainda que o tempo entre seu nascimento e sua morte natural cresça sem cessar, não terá nenhum limite determinável e pode, propriamente, ser expresso pela palavra ilimitado. O Sr. Condorcet define então essa palavra para representar tanto uma constante aproximação de uma extensão ilimitada, sem jamais alcançá-la, como um aumento da longevidade a um limite maior do que qualquer quantidade determinável.

Mas, certamente, a aplicação desse termo em qualquer um daqueles sentidos, em relação à duração da vida humana, é, no mais alto grau, antifilosófica e totalmente injustificada por todos os aspectos das leis da natureza. As variações, por diferentes causas, são essencialmente distintas de um crescimento regular e progressivo. A duração média da vida humana, numa certa medida, irá variar conforme os climas salubres ou insalubres, conforme os alimentos sadios ou estragados, conforme os costumes virtuosos ou viciosos, e outras causas, mas pode ser totalmente duvidoso se há realmente o menor avanço perceptível na duração natural da vida humana, desde que nós tivemos pela primeira vez uma verdadeira história do homem. Os preconceitos de todas as épocas, na verdade, foram francamente contrários a esta suposição e, embora eu não salientasse muito estes preconceitos, em certa medida, eles tendem a provar que não tem havido nenhum avanço acentuado na direção oposta.

Pode-se dizer, talvez, que o mundo é ainda muito novo, está tão plenamente em sua infância que não se deve esperar que alguma diferenciação surja tão cedo.

Se isso fosse o caso, haveria, de uma vez, um fim para toda a ciência humana. Toda a sequência dos raciocínios, das consequências às causas, será destruída. Nós podemos fechar nossos olhos para o livro da natureza, como se não fosse mais de nenhuma utilidade lê-lo. A mais simples e mais improvável das conjecturas pode ser proposta com tanta segurança como as mais corretas e sublimes teorias fundamentadas em cuidadosas e repetidas experiências. Podemos voltar de novo à velha maneira de filosofar e de fazer os fatos se submeter aos sistemas, em vez de estabelecer sistemas sobre os fatos. A grande e consistente teoria de Newton será colocada em pé de igualdade com a simples e excêntrica hipótese

de Descartes. Em suma, se as leis da natureza são então mutáveis e inconstantes, se se pode afirmar e acreditar que as leis mudarão, quando por eras e eras elas pareceram imutáveis, a mente humana não terá mais nenhum estímulo para pesquisar, mas deve ficar presa a um torpor inativo ou se entreter somente com sonhos incríveis e fantasias extravagantes.

A constância das leis da natureza, das consequências e das causas é o fundamento de todo o conhecimento humano, embora esteja longe de mim dizer que o mesmo poder que organiza e executa as leis da natureza não possa mudá-las “num momento, num abrir e fechar de olhos”. Uma tal mudança pode, sem dúvida, ocorrer. Tudo que pretendo dizer é que é impossível inferir isso pelo raciocínio. Se, sem quaisquer sinais ou indícios prévios observáveis de uma mudança, podemos inferir que ela ocorrerá, podemos também fazer uma assertiva qualquer e julgá-la impossível de ser negada, ao afirmar que a Lua amanhã entrará em contato com a Terra, como ao dizer que o Sol nascerá na sua hora habitual.

Relativamente à duração da vida humana, não parece ter existido, desde as eras mais primitivas do mundo até os dias de hoje, o menor indício permanente ou sinal de aumento da longevidade.[6] Os efeitos observáveis do clima, dos hábitos, do regime alimentar e de outras causas sobre a duração da vida forneceram o pretexto para defender o seu prolongamento indefinido; e o fundamento instável sobre que este argumento se apoia é que o limite da vida humana não é definido, porque você não pode assinalar seu limite exato e dizer até quando, exatamente, ela irá e não mais; por essa razão, sua duração pode se estender constantemente e ser praticamente limitada, indefinida ou ilimitada. Mas a falácia e o absurdo desse argumento surge claramente de um breve exame do que o Sr. Condorcet chama de

perfectibilidade orgânica ou degeneração da espécie das plantas e dos animais, que ele afirma que pode ser considerada como das leis gerais da natureza.

Sou informado de que há uma regra entre os criadores de gado pela qual você deve criá-lo com todo o grau de perfeição que desejar, e eles descobriram essa regra logo depois de uma outra, que algumas crias possuirão em grau maior as qualidades desejáveis dos pais. Na famosa raça de ovelhas Leicestershire, o objetivo é conseguir que elas sejam de cabeças e de pernas pequenas. Procedendo-se segundo essas regras de criação, é evidente que poderíamos prosseguir até que as cabeças e as pernas se reduzissem a proporções diminutas, mas isso é um contra-senso tão perceptível que nós podemos ficar bem seguros de que as premissas não são corretas e que há realmente um limite, embora não possamos vê-lo ou dizer exatamente onde está ele. Nesse caso, a questão do maior grau de desenvolvimento ou do menor tamanho da cabeça e das pernas, pode-se dizer que não esteja definida, mas isso é muito diferente de ilimitado ou de indefinido, na concepção que o Sr. Condorcet tem do termo. Embora eu não seja capaz, na presente circunstância, de marcar o limite em que o novo desenvolvimento se deterá, posso, muito facilmente, assinalar o ponto em que ele não chegará. Eu não hesitaria em assegurar que, se a procriação continuasse indefinidamente, a cabeça e as pernas daquelas ovelhas nunca seriam tão pequenas como a cabeça e as pernas de um rato.

Por essa razão, pode não ser verdade que, entre os animais, algumas crias possuirão as qualidades desejáveis dos pais num maior grau, ou que os animais são indefinidamente perfectíveis.

A transformação de uma planta silvestre numa bela flor de jardim é, talvez, mais acentuada e notável do que qualquer outra coisa que ocorre entre os animais; ainda assim seria aqui o máximo do contrassenso assegurar que o progresso foi ilimitado e indefinido. Uma das mais óbvias características do aperfeiçoamento é o aumento de tamanho. A flor cresceu gradativamente pelo cultivo. Se o desenvolvimento fosse realmente ilimitado a flor poderia crescer *ad infinitum*, mas isso é um absurdo tão grosseiro que podemos ficar bem seguros de que entre as plantas, bem como entre os animais, há um limite para o desenvolvimento embora não saibamos exatamente onde está ele. É provável que os jardineiros que disputam os prêmios para suas flores frequentemente tenham usado um adubo mais forte, sem sucesso. Ao mesmo tempo, seria altamente presunçoso qualquer homem dizer que tenha visto o mais lindo cravo ou a mais bela anêmona que não poderiam ser levados a crescer mais. Contudo, ele poderia assegurar, sem a menor possibilidade de ser contestado por um fato posterior, que nenhum cravo ou anêmona não poderiam, mediante o cultivo, ser aumentados para atingir o tamanho de um grande repolho; e ainda existem tamanhos considerados muito maiores do que o de um repolho. Nenhum homem pode afirmar que viu o maior cacho de trigo ou o maior carvalho que não pudesse crescer mais; mas poderia facilmente e com plena certeza indicar um tamanho que eles nunca atingiriam. Por essa razão, em todos estes casos, uma cuidadosa distinção seria feita entre um desenvolvimento ilimitado e outro em que o limite é simplesmente indefinido.

Dir-se-á, talvez, que a razão pela qual as plantas e os animais não podem aumentar indefinidamente de tamanho é que eles cairiam sob seu próprio peso. Como

sabemos disso senão pela experiência? Respondo a partir da experiência do grau de resistência com que estes corpos são formados. Sei que o cravo, muito antes de ter alcançado o tamanho de um repolho, não seria sustentado pela sua haste; mas somente sei isto por minha experiência da fragilidade e da falta de firmeza do material da haste de um cravo. Existem muitos corpos na natureza, do mesmo tamanho e que sustentariam uma cabeça tão grande como a do repolho.

As razões da morte das plantas são, na atualidade, completamente desconhecidas para nós. Ninguém pode dizer por que uma planta é anual, outra bienal e uma terceira resiste por muitos anos. Toda a questão, nestes casos de plantas, animais e da espécie humana, é uma questão de experiência; e somente concluo que o homem é mortal porque a experiência invariável de todas as épocas tem demonstrado a mortalidade daqueles materiais de que seu corpo visível é feito.

> Nós podemos raciocinar sobre alguma coisa apenas a partir do que conhecemos.

A filosofia bem fundamentada não me permitirá mudar de opinião acerca da mortalidade do homem na terra, até que possa ser perfeitamente demonstrado que a espécie humana realizou e está realizando um desenvolvimento positivo no sentido de uma duração ilimitada da vida. E a principal razão pela qual mencionei as duas particulares condições dos animais e das plantas foi para expor e exemplificar, se me fosse possível, a falácia daquele argumento que conclui por um progresso ilimitado, simplesmente porque algum aperfeiçoamento parcial ocorreu e que o seu limite não pode ser determinado precisamente.

Nenhuma pessoa pode duvidar, em certo grau, da capacidade de aperfeiçoamento das plantas e dos

animais. Um progresso evidente e decisivo já foi realizado e, entretanto, penso que seria altamente absurdo dizer que esse progresso não tem limites. Embora na vida humana existam grandes variações provenientes de diferentes causas, pode-se pôr em dúvida que, desde que o mundo começou, possa ser determinado claramente algum aperfeiçoamento orgânico qualquer na constituição do homem. Por essa razão, as bases sobre as quais se assentam os argumentos a favor da perfectibilidade do homem são incomumente frágeis e somente podem ser consideradas simples conjecturas. Contudo, não parece impossível, de qualquer modo, que mediante um cuidado especial com a procriação, um certo grau de aperfeiçoamento semelhante ao que se verifica entre os animais poderia ocorrer entre os homens. Que a inteligência possa ser transmitida seria objeto de dúvida; entretanto, o tamanho, a força, a beleza, a compleição e talvez mesmo a longevidade, numa certa medida, são transmissíveis. O erro não parece estar em admitir um pequeno grau de aperfeiçoamento possível, mas em não distinguir entre um pequeno aperfeiçoamento, o limite do que é indefinido e um desenvolvimento realmente ilimitado. Contudo, como a espécie humana não pode ser aperfeiçoada desse modo sem condenar ao celibato todos os indivíduos deficientes, não é provável que um cuidado especial com a procriação se torne geral; na verdade, não conheço nenhuma tentativa desse tipo que seja bem orientada, exceto na antiga família dos Bickerstaffs, de que dizem ter tido muito sucesso em embranquecer a pele e aumentar a altura da linhagem por meio de casamentos bem selecionados, particularmente pelo caldeamento muito criterioso com Maud, a ordenhadora, pelos quais alguns defeitos fundamentais na constituição da família foram corrigidos.

Penso que não será necessário, a fim de mostrar mais completamente a improbabilidade de qualquer abordagem do homem com relação à imortalidade na terra, insistir sobre o enorme valor complementar que um aumento da duração da vida daria ao argumento em relação à população.

O livro do Sr. Condorcet pode ser considerado não somente um esboço das opiniões de um homem ilustre, mas de muitos homens letrados da França do início da Revolução. Como tal, embora sendo apenas um esboço, parece digno de atenção.

Capitulo X

Ao ler o trabalho criativo e proveitoso do Sr. Godwin sobre direito político, é impossível não se impressionar com o espírito e a energia de seu estilo, a força e a precisão de alguns dos seus raciocínios, o tom candente de seus pensamentos e, particularmente, com aquela notável seriedade do método que dá um halo de verdade ao conjunto. Ao mesmo tempo, deve-se admitir que em suas pesquisas ele não procedeu com a precaução que uma filosofia bem fundada parece exigir. Suas conclusões são frequentemente desautorizadas por suas premissas. Ele falha algumas vezes, ao afastar as objeções que ele próprio apresenta. Ele confia demais em proposições gerais e abstratas que não comportarão aplicação prática. E suas conjecturas certamente vão além da simplicidade da natureza.

O sistema de igualdade que o Sr. Godwin propõe é incomparavelmente mais belo e atraente do que qualquer outro que apareceu até agora. Uma melhoria da sociedade a ser produzida simplesmente pela razão e pela convicção traz muito mais a promessa de estabilidade do que qualquer mudança feita e sustentada pela força. O exercício ilimitado do livre-arbítrio é uma doutrina indizivelmente importante e cativante e tem uma grande superioridade sobre aqueles sistemas em que cada indivíduo é, de certo modo, escravo do coletivo. A substituição da bondade, como mola-mestra e princípio-motor da sociedade, pelo amor-próprio é um objetivo a ser fervorosamente desejado. Em suma, é impossível contemplar o conjunto dessa bela estrutura sem os sentimentos do deleite e da admiração, seguido de um ardoroso desejo pela época de sua realização.

Entretanto, ah!, esse momento nunca poderá chegar. O todo é pouco mais que um sonho, uma bela fantasia da imaginação. Esses “palácios suntuosos” da prosperidade e da imortalidade, esses “templos solenes” da verdade e da virtude se dissolverão “como o edifício sem base de uma visão”, quando acordamos para a vida real e vemos a situação verdadeira e concreta do homem na Terra.

O Sr. Godwin, na conclusão do capítulo III do livro oitavo, falando da população, afirma:

> “Há um princípio na sociedade humana pelo qual a população é constantemente mantida abaixo do nível dos meios de subsistência. Então, entre as tribos nômades da América e da Ásia, nunca verificamos, nos intervalos de tempo entre as gerações, que a população tenha crescido tanto de modo a tornar necessário o cultivo da terra”.

Esse princípio que o Sr. Godwin então menciona como uma causa misteriosa e oculta e que ele não procura pesquisar, será identificado como sendo opressiva lei da necessidade, da miséria e do medo da miséria.

O grande erro em que Godwin labora em toda a sua obra é o de atribuir quase todos os vícios e a miséria que são constatados na sociedade civil às instituições humanas. As regulamentações políticas e a administração instituída da propriedade são, de acordo com ele, as fontes fecundas de todos os males, o foco de todos os crimes que degradam a humanidade. Fosse isso realmente o verdadeiro estado da questão e não pareceria ser uma tarefa irrealizável eliminar totalmente os males do mundo, e a razão parece ser o instrumento próprio e adequado para realizar, assim, tão grande objetivo. Entretanto, a verdade é que, embora as instituições humanas pareçam ser as causas óbvias e persistentes de muitos males para a humanidade, na

verdade são pequenas e superficiais, são simples penas que flutuam na superfície em comparação com aquelas causas da impureza assentada mais no fundo que corrompem as nascentes e tornam turva toda a torrente da vida humana.

O Sr. Godwin, em seu capítulo sobre os benefícios apresentados num sistema de igualdade, afirma:

> “O espírito de opressão, de subserviência e mentira, são esses os produtos imediatos da administração instituída da propriedade. São, da mesma forma, hostis ao desenvolvimento intelectual. Os outros vícios — inveja, maldade e vingança — são suas companhias inseparáveis. Num estágio da sociedade em que os homens vivessem em meio à abundância e em que todos partilhassem igualmente das dádivas da natureza, esses sentimentos inevitavelmente se extinguiriam. O tacanho princípio do egoísmo desapareceria. Nenhum homem seria obrigado a guardar sua pequena provisão ou providenciá-la com angústia e sofrimento para suas contínuas necessidades, e cada um perderia sua individualidade na ideia do bem-estar comum. Nenhum homem seria um inimigo de seu vizinho porque não teria nenhum problema de disputa e, consequentemente, o altruísmo reassumiria o império que a razão lhe destina. A inteligência ficaria livre de sua permanente angústia acerca do sustento material e livre para estender-se à área das ideias, o que lhe é natural. Cada um ajudaria nas questões de todos”.

Isso seria, na verdade, uma situação feliz. Mas esse é simplesmente um quadro imaginário, quase sem um traço próximo da verdade; tenho receio de que o leitor já esteja bastante persuadido.

O homem não pode viver em meio à abundância. Todos não podem partilhar da mesma forma das dádivas da natureza. Se não existisse nenhuma administração instituída da propriedade, todo homem seria obrigado a guardar, necessariamente, sua pequena provisão. O egoísmo triunfaria. As questões de disputa seriam perenes. Cada vontade estaria sob uma permanente angústia em relação ao sustento pessoal e sequer uma única inteligência seria deixada livre para se dedicar ao campo intelectual.

O Sr. Godwin devotou tão pouca atenção de sua penetrante inteligência à real situação do homem na Terra que isso aparecerá claramente pela maneira como ele se empenha em eliminar a dificuldade de uma superpopulação. Ele diz que

> “A resposta óbvia a essa objeção é que pensar assim é prognosticar dificuldades a uma grande distância. Três quartos do planeta habitáveis não são hoje cultivados. As regiões já cultivadas são capazes de um desenvolvimento incomensurável. Miríades de séculos, caracterizados ainda por uma população crescente, decorreriam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Já assinalei o erro de se supor que nenhuma miséria e dificuldade resultariam de uma superpopulação antes que a Terra, em termos absolutos, não pudesse produzir mais. Mas vamos imaginar, por um momento, o belo sistema de igualdade de Godwin, realizado na sua extrema pureza, e vejamos como logo essa dificuldade poderia estar presente para pressionar uma forma tão perfeita de sociedade. Uma teoria que não admita aplicação prática não pode, presumivelmente, ser correta.

Vamos admitir que todas as causas da miséria e dos vícios desta ilha foram eliminadas. A guerra e a luta terminaram. Os ofícios e as manufaturas prejudiciais não existem. As multidões não mais se amontoam nas grandes e pestilentas cidades pelo prazer de participar das intrigas de corte, do comércio e dos prazeres. Os divertimentos simples, saudáveis e naturais substituem a bebedeira, o jogo e a devassidão. Não existem cidades suficientemente grandes de modo a se ter alguma consequência prejudicial ao organismo humano. A maior parte dos felizes habitantes desse paraíso terrestre vive em povoados e em quintais espalhados pelo país. Toda casa é limpa, arejada, suficientemente espaçosa e situada em localização saudável. Todos os homens são iguais. Os trabalhos de luxo chegam ao fim. E os trabalhos necessários à agricultura são partilhados amigavelmente entre todos.

Admitamos que o número das pessoas e o produto da ilha sejam os mesmos do presente. O espírito da bondade, guiado pela justiça imparcial, dividirá essa produção entre todos os membros da sociedade de acordo com suas necessidades. Embora fosse impossível que todos eles tivessem todo dia alimentos de origem animal, o alimento de origem vegetal, entretanto, ocasionalmente com carne, satisfaria os desejos de pessoas modestas e seria suficiente para mantê-las com saúde, força e energia.

O Sr. Godwin considera o casamento um embuste e um monopólio. Vamos admitir o comércio dos sexos estabelecido sobre princípios da mais perfeita liberdade. O próprio Sr. Godwin não pensa que essa liberdade levaria a relações sexuais promíscuas e nisso concordo integralmente com ele. O amor à variedade é uma inclinação viciosa, corrupta e antinatural e não predomina, em grau maior, num estágio puro e perfeito

da sociedade. Cada homem, provavelmente, selecionaria uma cônjuge a quem se uniria até quando esta união continuasse a ser uma decisão de ambas as partes. De acordo com o Sr. Godwin, seria de pouca importância quantos filhos uma mulher teria ou a quem eles pertenceriam. As provisões e a assistência afluiriam espontaneamente do lugar em que abundassem para onde estivessem em falta. E todo homem estaria preparado para dar instrução à geração seguinte, de acordo com sua capacidade.

Não posso conceber uma forma de sociedade tão vantajosa para toda a população. O caráter irreversível do casamento, como ele se constitui hoje, sem dúvida impede muitos de chegar àquele estágio. Relações sexuais livres, ao contrário, seriam um poderoso incentivo a uniões prematuras, e como estamos admitindo não existir nenhuma angústia acerca do sustento futuro dos filhos, não concebo que houvesse uma única mulher entre cem, de 23 anos, sem uma família.

Com estes extraordinários incentivos à população e sendo eliminada toda causa de despovoamento, como admitimos, os números, necessariamente, cresceriam mais rápido do que em qualquer sociedade de que até agora nós tivemos conhecimento. Citei, graças à autoridade de um folheto publicado por um Dr. Styles e referido pelo Dr. Price, que os habitantes das colônias mais afastadas da América duplicaram o seu total em 15 anos. A Inglaterra certamente é um país mais favorável do que os núcleos coloniais mais afastados da América, e, como admitimos que toda casa da ilha é arejada e saudável e os incentivos para se ter uma família são até maiores do que em relação às distantes colônias, nenhuma razão provável pode ser assinalada pela qual a população não duplicaria, se possível, em menos de 15

anos. Mas para ficarmos bem certos de que não iremos além da verdade, admitiremos apenas que o período de duplicação é de 25 anos, uma proporção de crescimento que sabemos ter ocorrido geralmente em todos os Estados ao norte da América.

Pode haver pouca dúvida de que a uniformização da propriedade que admitimos, acrescida à circunstância pela qual o trabalho de toda a comunidade será dirigido principalmente à agricultura, tenderia enormemente a aumentar a produção do país. Mas, para atender às demandas de uma população que cresce tão rapidamente, o cálculo do Sr. Godwin de meio período por dia de trabalho para cada homem certamente não seria suficiente. É possível que a metade de todo o tempo do homem deve ser empregada para este fim. Entretanto, com semelhante esforço ou esforços muito maiores, uma pessoa, que é informada sobre a qualidade do solo deste país e que reflete sobre a fertilidade das terras já em cultivo e sobre a improdutividade daquelas que não são cultivadas, estará muito mais propensa a duvidar de que toda a produção média possa ser duplicada em 25 anos a partir do atual período. A única possibilidade de sucesso seria cultivar toda a terra das regiões pastoris e acabar quase totalmente com o uso do alimento de origem animal. Entretanto, uma parte deste esquema poderia se anular. O solo da Inglaterra não produz mais sem adubo e o gado parece ser necessário para produzir aquele tipo de estrume que melhor se adapta à terra. Diz-se que na China o solo de algumas províncias é tão fértil que produz duas colheitas de arroz por ano sem adubo. Nenhum solo da Inglaterra atende a essa característica.

Apesar de que pudesse ser difícil duplicar a produção média da ilha em 25 anos, vamos supor que isso se realizou. Assim, no final do primeiro período, os

alimentos, embora quase que totalmente vegetais, seriam suficientes para manter com saúde a população duplicada de 14 milhões.

Durante o próximo período de duplicação, onde será encontrado o alimento para atender às prementes demandas do número crescente de pessoas? Onde existe terra nova para ser explorada? Onde existe o adubo necessário para desenvolver o que já está em cultivo? Não há ninguém com o mínimo de conhecimento da terra que dissesse, entretanto, que seria impossível que a produção média do país pudesse aumentar durante os 25 anos seguintes em uma quantidade igual àquela que ele produz hoje. Entretanto, admitiremos que este aumento, embora improvável, ocorra. A exagerada veemência do argumento permite, praticamente, qualquer concessão. Entretanto, mesmo com esta concessão, haveria 7 milhões de pessoas sem recursos no final do segundo período. Uma quantidade igual de alimentos para o modesto sustento de 21 milhões de pessoas restaria para ser dividida entre 28 milhões de pessoas.

Ah! Em que se transforma o quadro onde os homens viviam na abundância, onde nenhum homem era obrigado a garantir seu sustento com angústia e sofrimento por causa de suas prementes necessidades, em que o tacanho princípio do egoísmo não existia, a inteligência estava liberta de sua perpétua ansiedade acerca do sustento material e livre para se estender no campo das ideias, que é seu campo natural. Essa bela construção da imaginação se desmorona com o duro toque da verdade. O espírito da bondade, alimentado e fortalecido pela abundância, é subjugado pelo sopro frio da miséria. As odientas paixões que tinham desaparecido ressurgem. A poderosa lei da autopreservação expulsa da alma os sentimentos mais suaves e sublimes. As tentações do mal são demasiado fortes para a natureza

humana resistir. O trigo é colhido antes que esteja maduro ou retido em proporções desonestas e toda a sequência negra de vícios que é própria do erro é gerada em seguida. As provisões não mais fluem para o sustento da mãe de uma família grande. As crianças ficam doentes por causa do alimento insuficiente. O róseo viço da saúde dá lugar às faces pálidas e ao olho oco da miséria. A caridade que ainda resta em poucos corações faz alguns tímidos esforços de expiração, até que finalmente o egoísmo reconquiste o seu reino costumeiro e domine completamente o mundo.

Nenhuma instituição humana existiu aqui pela maldade à qual o Sr. Godwin atribui o pecado original dos piores homens. Nenhuma oposição entre o bem-estar público e privado foi causada pelas instituições. Nenhum monopólio foi criado para aqueles proveitos que a razão define como um bem a ser posto em comum. Nenhum homem foi incitado à violação da ordem por causa das leis injustas. A caridade fundou seu reino em todos os corações; e, contudo, num período tão curto como cinquenta anos, a violência, a opressão, a mentira, a miséria, todo vício odiento e todo tipo de desgraça que degrada e aflige o atual estado da sociedade parecem ter sido criados pelas mais imperiosas circunstâncias, por leis inerentes à natureza do homem e totalmente independentes de todas as leis humanas.

Se não estamos ainda bem convencidos da realidade deste triste quadro, vamos apenas esperar por um momento do próximo período de 25 anos e veremos 28 milhões de seres humanos sem os meios de sustento. E antes do fim do primeiro século, a população seria de 112 milhões e os alimentos apenas suficientes para 35 milhões, ficando 77 milhões sem recursos. Nessas épocas, na verdade, a miséria seria triunfante e o roubo e o assassinato deveriam geralmente reinar. E, contudo,

estamos admitindo, em todo esse tempo, a produção da terra como totalmente ilimitada e o crescimento anual maior do que pode imaginar o especulador mais ousado.

Esse é, sem dúvida, um ponto de vista sobre a dificuldade decorrente do povoamento muito diferente daquele que o Sr. Godwin defende, quando afirma que

> “Miríades de séculos caracterizados ainda por uma população crescente se escoariam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Estou suficientemente certo de que os excedentes de 28 milhões ou de 77 milhões que mencionei nunca poderiam ter existido. É uma observação perfeitamente correta do Sr. Godwin que:

> “Há um princípio da sociedade humana segundo o qual a população é mantida permanentemente abaixo do nível dos meios de subsistência”.

A questão básica é: qual é o princípio? É alguma causa obscura e oculta? É alguma misteriosa intervenção do céu que em determinada época golpeia os homens com a impotência e as mulheres com a esterilidade? Ou é uma causa aberta a nossas pesquisas e dentro do nosso ponto de vista, uma causa cuja ação tem sido constantemente observada, embora com diferentes intensidades, em todo estágio em que o homem foi colocado? Não é um grau da miséria, o resultado necessário e inevitável das leis da natureza, que as instituições humanas, bem longe de agravar, tenderiam a atenuar consideravelmente, embora elas nunca poderão ser eliminadas?

Pode ser curioso observar, no caso em que já admitimos, como algumas das leis que governam no momento a sociedade civilizada seriam ditadas

sucessivamente pela mais imperiosa necessidade. Como o homem é, de acordo com o Sr. Godwin, o ser vivo caracterizado pelas influências a que está sujeito, os açulamentos da miséria não podem continuar por muito tempo, antes de algumas violações das provisões públicas ou particulares que, necessariamente, ocorreriam. Como estas violações aumentariam em número e extensão, os intelectos mais atuantes e compreensivos da sociedade logo perceberiam que, enquanto a população estava crescendo rapidamente, a produção anual do país começaria em breve a diminuir. A urgência da situação inspiraria a necessidade de que algumas medidas imediatas fossem tomadas para a segurança geral. Uma espécie de assembleia seria então convocada e a perigosa situação do país expressa em termos enérgicos. Seria assinalado que, enquanto eles viviam em meio à abundância, era de pouca importância quem trabalhasse o mínimo ou quem possuísse o mínimo, já que cada homem estava perfeitamente disposto e pronto para suprir as necessidades de seu vizinho. Mas a questão não iria tão longe, se um homem desse ao outro o que ele mesmo não usasse, mas se desse ao seu vizinho o alimento que fosse absolutamente necessário à sua própria existência. Imaginar-se-ia que o número daqueles que passassem necessidade excedesse em muito o número e os recursos daqueles que os supririam; que aquelas necessidades prementes que, pela situação da produção do país, não pudessem ser todas satisfeitas ocasionassem algumas flagrantes violações da justiça; que essas violações já tivessem impedido o aumento do alimento, e, se não fossem de um modo ou outro interrompidas, lançassem toda a comunidade na confusão; que a imperiosa necessidade parecesse exigir que um aumento anual da produção fosse conseguido, se possível, aconteça o que acontecer; que, a fim de realizar este primeiro, grande e

indispensável objetivo, fosse aconselhável fazer uma divisão mais completa da terra e assegurar o estoque de mercadorias de cada homem contra a violação por meio das sanções mais rigorosas, mesmo pela própria morte.

Talvez pudesse ser alegado por alguns opositores que, como a fertilidade da terra aumenta e ocorrem vários acidentes, a parcela de alguns homens poderia ser muito mais do que suficiente para seu sustento, e que, quando o reinado do egoísmo fosse estabelecido mais uma vez, eles não distribuiriam seu produto excedente sem alguma recompensa em troca. Em resposta, poder-se-ia observar que isso era um transtorno a ser muito lamentado; entretanto, era um mal que não tinha comparação com a série sinistra da miséria que inevitavelmente seria provocada pela insegurança da propriedade; que a quantidade de alimento que um homem pudesse consumir seria necessariamente limitada pela pequena capacidade do estômago do homem; que não seria, certamente, provável que ele lançasse fora o resto, mas mesmo que ele trocasse seu alimento excedente pelo trabalho dos outros e os fizesse, em certa medida, dependentes dele, isso seria certamente melhor do que se os outros ficassem totalmente entregues à inanição.

Por essa razão, parece muitíssimo provável que uma administração da propriedade não muito diferente daquela que predomina nos Estados civilizados no presente seria estabelecida como o melhor remédio, apesar de inadequado, para as desgraças que estavam oprimindo a sociedade.

O assunto seguinte que entraria em discussão, intimamente ligado com o precedente, é o comércio entre os sexos. Seria alegado por aqueles que voltaram sua atenção para a verdadeira causa das dificuldades

sob as quais padece a comunidade que, enquanto todo homem se sentisse seguro de que todos os seus filhos fossem bem sustentados pela caridade pública, a capacidade da terra seria absolutamente insuficiente para produzir alimento para a população que necessariamente disso resultaria; que, mesmo que toda a atenção e trabalho da sociedade fossem orientados para esse único ponto e que, graças à mais completa segurança da propriedade e todos os incentivos que pudessem ser imaginados, fosse logo obtido o maior aumento possível da produção; que assim mesmo o aumento dos alimentos de nenhum modo manteria o ritmo com o mais rápido crescimento da população; que algum obstáculo ao crescimento da população seria imperiosamente exigido; que o mais natural e óbvio obstáculo pareceu que era fazer todo homem buscar provisões para si e para seus filhos; que isso atuaria de alguma forma como padrão e orientação no crescimento da população; como se poderia esperar que nenhum homem traria ao mundo seres para os quais não pudesse encontrar os meios de sustento; que não obstante, onde fosse esse o caso, pareceria necessário, para exemplo dos outros, que a desgraça e o infortúnio, tratando-se de uma tal conduta, cairiam sobre o indivíduo, que então, irrefletidamente, precipitaria a si mesmo e a seus filhos inocentes na miséria e na privação.

A instituição do casamento, ou pelo menos de alguma obrigação expressa ou implícita de todo homem de sustentar seus próprios filhos, parece ser o resultado natural desses raciocínios de uma comunidade sob as dificuldades que temos admitido.

A observação dessas dificuldades nos apresenta uma origem muito natural da desgraça que representa a perda da castidade para a mulher, muito maior do que para o homem. Não seria de se esperar que as mulheres

tivessem recursos suficientes para sustentar seus próprios filhos. Por essa razão, quando uma mulher estava ligada a um homem que não entrou em nenhum acordo para sustentar seus filhos, e, ciente das desvantagens que poderiam recair sobre ele, a abandonasse, aquelas crianças voltariam necessariamente para o sustento da sociedade ou morreriam de fome. Para impedir a frequente repetição de semelhante transtorno, como seria muito injusto punir uma falta tão comum com a prisão ou com o castigo pessoal, os homens poderiam concordar em punir essa falta com a desonra. A culpa é, além disso, mais óbvia evidente na mulher e menos sujeita a engano. O pai de uma criança nem sempre pode ser conhecido, mas a mesma incerteza não pode facilmente existir com relação à mãe. Onde a evidência da culpa era mais completa e, ao mesmo tempo, maior o transtorno para a sociedade, haveria acordo em que a maior parte da culpa diminuiria. A obrigação de todo homem de manter seus filhos, se houvesse oportunidade, seria imposta pela sociedade; e o maior grau de desvantagem ou de esforço a que uma família necessariamente o sujeitaria, que seria somado a certa parcela de desgraça em que deve incorrer todo ser humano que leva o outro à infelicidade, poderia ser considerado uma suficiente punição para o homem.

Parece ser, sem dúvida, uma transgressão do direito natural que uma mulher hoje fosse praticamente afastada da sociedade por causa de uma falta que os homens cometem quase sem impunidade. Mas a origem do costume, como o método mais óbvio e eficaz de impedir a frequente repetição de uma séria dificuldade para a comunidade, parece ser natural, embora não completamente justificável. Essa origem, contudo, está hoje perdida na nova série de ideias que o costume tem,

desde então, produzido. O que de início parecia ser ditado pela necessidade pública é agora sustentado pela fragilidade feminina e atua com maior força naquela parcela da sociedade em que, se a intenção original do costume prevalecesse, existiria a ocasião menos real para isso.

Quando essas duas leis fundamentais da sociedade, a segurança da propriedade e a instituição do casamento, forem, de uma vez, estabelecidas, a desigualdade das condições necessariamente deve continuar. Aqueles que tivessem nascido depois da divisão da propriedade viriam a um mundo praticamente ocupado. Se seus pais, por terem uma família demasiado grande, não lhes dessem o suficiente para seu sustento, o que é que eles fariam num mundo em que todas as coisas têm seu proprietário? Temos visto as consequências trágicas que resultariam para a sociedade se todo homem tivesse um argumento válido para uma participação igualitária no produto da terra. Os membros de uma família que fosse crescendo demasiadamente por causa da divisão original da terra reservada para ela não poderiam, então, solicitar uma parte do produto excedente dos outros, por uma questão de justiça. Evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco. O número destes reivindicantes logo excederia a capacidade de se suprir do produto excedente. O mérito moral é um critério muito difícil de se perceber, exceto nos casos extremos. Os proprietários do produto excedente, em geral, procurariam provas mais óbvias de diferenciação. E parece tão natural quanto justo, exceto em ocasiões particulares, que sua escolha recaísse naqueles que fossem capazes de se confessar dispostos a aplicar sua energia em conseguir

um outro produto excedente, beneficiando imediatamente assim a comunidade e possibilitando aqueles proprietários de auxiliar um maior número. Todos os que tivessem falta de alimento seriam pressionados pela imperiosa necessidade de oferecer seu trabalho em troca dessa mercadoria tão absolutamente essencial à existência. O fundo adequado à manutenção do trabalho seria a quantidade acumulada de alimento possuída pelos proprietários da terra, além daquela do seu próprio consumo. Quando as demandas desse fundo fossem grandes e numerosas, naturalmente ele seria dividido em parcelas muito pequenas. O trabalho seria mal remunerado. Os homens ofereceriam trabalho por uma simples subsistência e o sustento das famílias seria dificultado pela doença e pela miséria. Ao contrário, quando este fundo estivesse aumentando rapidamente, quando fosse grande em relação ao número dos solicitantes, seria dividido em parcelas muito maiores. Nenhum homem venderia seu trabalho sem receber em troca uma grande quantidade de alimentos. Os trabalhadores viveriam com despreocupação e, consequentemente, seriam capazes de sustentar uma prole numerosa e sadia.

Da situação desse fundo depende hoje principalmente a prosperidade ou o grau de miséria que predominam entre as classes mais pobres do povo de qualquer Estado conhecido. E dessa prosperidade ou desse grau de miséria depende o crescimento, a estabilidade ou o decréscimo da população.

E então resulta que a sociedade constituída de acordo com a mais bela forma que a imaginação pode conceber, tendo a bondade como seu princípio motor, em vez de egoísmo, e com todas as más inclinações de seus membros neutralizadas pela razão e não pela força, a partir das inevitáveis leis da natureza e não a partir de

qualquer depravação original do homem, num período muito curto, degeneraria numa sociedade construída sobre uma base não essencialmente diferente daquela que predomina em qualquer Estado conhecido da atualidade; isto é, uma sociedade dividida em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores e tendo o egoísmo como a mola-mestra da grande máquina.

Na hipótese que formulei, sem dúvida, tomei o crescimento populacional menor e o aumento da produção maior do que na realidade seriam. Nenhuma razão pode ser apontada pela qual, sob as condições que admiti, a população não cresceria mais rapidamente do que em qualquer circunstância conhecida. Se então formos tomar o período de duplicação em 15 anos em vez de 25 anos e ponderar o trabalho necessário para duplicar a produção em tão curto tempo, mesmo que o reconheçamos como possível, podemos nos arriscar a afirmar com certeza que se o sistema de sociedade do Sr. Godwin fosse estabelecido em sua máxima perfeição, em vez de miríades de séculos, 30 anos não decorreriam antes de sua completa destruição a partir do simples princípio do crescimento da população.

Não falei da emigração por razões óbvias. Se tais sociedades se constituíssem em outras regiões da Europa, esses países ficariam nas mesmas dificuldades em relação à população e não admitiriam novos membros em seu seio. Se essa admirável sociedade estivesse confinada nesta Ilha, deveria ter decaído surpreendentemente de sua pureza inicial e ter contribuído apenas com uma pequena parcela da prosperidade que propôs. Em suma, seu princípio fundamental deveria ser completamente destruído antes que qualquer de seus membros voluntariamente consentisse em abandoná-lo e viver sob tais governos que, no presente, existem na Europa, ou submeter-se à

extrema penúria dos primeiros colonizadores das novas regiões. Bem sabemos, pela repetida experiência, quanta miséria e dificuldade os homens passam em seu róprio país, antes que possam decidir abandoná-lo, e como as mais tentadoras propostas de embarque para as novas colônias foram frequentemente rejeitadas pelas pessoas que demonstravam estar quase morrendo de fome.

Capitulo XI

Admitimos que o sistema social do Sr. Godwin um dia se instituiu integralmente. Porém, isso é admitir uma impossibilidade. As mesmas causas da natureza que o destruiriam tão rapidamente, se uma vez ele existisse, impediriam a possibilidade em sua instituição. Estou totalmente inseguro para supor com que bases podemos prever uma mudança em relação àquelas causas naturais. Nenhum avanço com respeito à extinção da paixão entre os sexos ocorreu durante os cinco ou seis mil anos em que o mundo existe. Os homens, no ocaso da vida, têm clamado, em todas as épocas, contra uma paixão que deixaram de sentir, mas com pouco fundamento e com pouco êxito. Aqueles que, por causa de um temperamento de frieza congênita, nunca sentiram o que é o amor, certamente serão considerados juízes muito incompetentes em relação ao poder dessa paixão em contribuir para a totalidade das sensações agradáveis da vida. Aqueles que dissiparam sua juventude em excessos criminosos e prepararam para si a debilidade corporal e o remorso espiritual, como consolo de sua idade, podem bem vociferar contra tais prazeres como vazios, fúteis e incapazes de produzir satisfação permanente. Apenas os prazeres do amor puro levarão à contemplação da razão mais depurada e a virtude mais sublime. Talvez dificilmente exista um homem que tenha uma vez experimentado o verdadeiro deleite do amor virtuoso; entretanto, por maiores que tenham sido seus prazeres intelectuais, não consideraria aquela época o período mais alegre de toda a sua vida, no qual sua imaginação se compraz e do qual ele se lembra e contempla com ternas saudades, e que ele desejaria muito viver mais uma vez. A superioridade dos

prazeres intelectuais em relação aos sensuais consiste antes no fato de preencherem mais tempo, de terem maior amplitude e de estarem menos sujeitos ao fastio do que no fato de serem mais reais e essenciais.

A intemperança de todo prazer anula o seu próprio objetivo. Uma caminhada no mais belo dia, através da mais linda região, se realizada numa grande distância, termina em desgaste físico e cansaço. O alimento mais saudável e substancial, comido com apetite voraz, enfraquece em vez de fortalecer. Mesmo os prazeres intelectuais, embora certamente menos capazes de dar satisfação do que os outros, exercitados com muito poucas interrupções, debilitam o corpo e prejudicam a força do raciocínio. Argumentar contra a veracidade desses prazeres a partir de seus abusos não parece ser muito correto. A moralidade, de acordo com o Sr. Godwin, é uma avaliação das consequências, ou, como expressa muito corretamente o Arcediago Paley, a vontade de Deus, enquanto deduzida do interesse geral. De acordo com cada uma dessas definições, um prazer sensorial, não acompanhado por uma probabilidade de consequências funestas, não atenta contra as leis da moralidade; e se ela pode ser seguida de um certo grau de moderação, como deixar um amplo espaço para os conhecimentos intelectuais, deve, sem dúvida, se somar ao conjunto dos prazeres agradáveis da vida. O amor virtuoso, elevado pela amizade, parece ser aquela espécie de mistura de prazer sensorial e intelectual adaptado especialmente à natureza do homem e mais fortemente destinado a despertar as afinidades da alma e produzir os mais encantadores prazeres.

A fim de mostrar a evidente inferioridade dos prazeres dos sentidos, o Sr. Godwin afirma:

> “Retire das relações dos sexos todas as suas circunstâncias e elas serão, via de regra, desprezadas”.

O autor bem poderia dizer a um homem que admirava árvores: tire delas os seus ramos estendidos e sua agradável folhagem, e que beleza você poderá ver num pau desfolhado? Mas se existisse a árvore com os ramos e as folhagens, e não sem eles, que emocionante maravilha. Um aspecto de um objeto pode ser tão diferente e provocar tantas emoções distintas, pelo seu conjunto, como duas coisas tão diferentes como uma bela mulher e um mapa de Madagascar. São

> “a harmonia das formas da pessoa, a vivacidade, a voluptuosa suavidade do temperamento, o sentimento de terna afeição, a imaginação e a graça”

de uma mulher que excitam a paixão amorosa, e não a simples característica de ser ela uma mulher. Levados pela paixão do amor, os homens têm sido induzidos a atos altamente prejudiciais aos interesses gerais da sociedade, mas, provavelmente, não teriam encontrado nenhuma dificuldade em resistir à tentação, se esta tivesse surgido na forma de uma mulher sem nenhum atrativo, qualquer que fosse, senão seu sexo. Tirar dos prazeres sensoriais todos seus acessórios a fim de provar a sua inferioridade é tirar de um ímã algumas de suas mais fundamentais fontes de atração e afirmar que ele está sem força e é ineficiente.

Na busca de qualquer prazer, seja sensorial ou intelectual, a Razão, essa faculdade que nos possibilita prever as consequências, é o guia e o corretivo adequado. Por esse motivo é provável que a razão valorizada sempre tenderá a impedir o abuso dos prazeres sensoriais, embora de nenhuma forma se segue que a razão os extinguirá.

Tenho me esforçado para mostrar a falácia daquele argumento que deduz um progresso ilimitado a partir de um progresso limitado, os limites do qual não podem ser determinados exatamente. Suponho que se verificou existirem muitas situações em que se observou um claro progresso, onde ainda seria um completo absurdo admitir esse progresso como indefinido. Entretanto, com relação à extinção da paixão entre os sexos, nenhum progresso notável, qualquer que seja, foi feito até agora. Admitir uma tal extinção, portanto, é simplesmente propor infundadas conjecturas, sem suporte em qualquer probabilidade filosófica.

É uma verdade que estou receoso de que a História revele demasiadamente claro que alguns homens da maior capacidade mental se entregaram não somente a uma satisfação moderada, mas mesmo até imoderada dos prazeres do amor sensorial. Mas reconhecendo, como estou inclinado a fazê-lo, não obstante numerosas situações em contrário, que os grandes esforços intelectuais têm diminuído o império dessa paixão sobre o homem, é evidente que o povo em geral deve atingir um grau intelectual mais alto do que atualmente os mais brilhantes da espécie, antes que possa ocorrer algum desnível de forma suficientemente sensível para afetar a população. Eu não admitiria, de forma alguma, que o povo em geral tenha chegado ao fim de seu aperfeiçoamento, mas o principal argumento deste ensaio pretende colocar em um persuasivo ponto de vista a improbabilidade de que as classes mais pobres do povo, de qualquer país, sejam um dia suficientemente livres da necessidade e do trabalho para conseguir um alto grau de desenvolvimento intelectual.

Capitulo XII

A conjectura do Sr. Godwin com relação ao futuro acesso do homem à imortalidade na terra parece estar colocada, um tanto estranhamente, num capítulo que declara eliminar do princípio da população a restrição ao seu sistema de igualdade. A menos que o Sr. Godwin suponha que a paixão entre os sexos diminua mais rapidamente do que aumenta a longevidade, a Terra estaria mais superpovoada do que nunca. Mas deixando essa dificuldade ao Sr. Godwin, vamos examinar um pouco as evidências das quais a provável imortalidade do homem é inferida.

Para demonstrar o poder da mente sobre o corpo, observa o Sr. Godwin:

> “Quantas vezes vemos um conjunto de boas informações se desfazendo numa desordem? Como é comum a observação de que aquelas circunstâncias que são uma fonte de doença para o ocioso são esquecidas e eliminadas na ocupação e na atividade? Ando 20 milhas com preguiça e sem muita vontade e fico totalmente cansado. Ando 20 milhas cheio de energia e com uma motivação que enche a minha alma e termino a caminhada tão animado e disposto como quando a comecei. Emoções provocadas por alguma palavra inesperada, por uma carta que nos é entregue provocam as mais extraordinárias mudanças em nossa constituição, aceleram a circulação, fazem o coração palpitar, a língua se recusar a falar, e temos notícia de morte provocada por extrema angústia ou extrema alegria. Na verdade não há nada de que o médico esteja mais seguro do

que do poder da mente em auxiliar ou retardar a convalescença”.

Os exemplos aqui mencionados são de situações principalmente relativas aos efeitos dos estimulantes mentais sobre a estrutura orgânica. Ninguém, por um momento, jamais duvidou da íntima ligação, embora misteriosa, do corpo e da mente. Mas é argumentar totalmente sem conhecimento da natureza dos estimulantes admitir que eles podem ser usados permanentemente com a mesma intensidade ou se podem ser utilizados por certo tempo de tal modo que não esgotassem ou consumissem o sujeito. Em alguns dos casos aqui mencionados, a intensidade do estímulo depende da sua originalidade e da sua imprevisibilidade. Semelhante estímulo não pode, por sua natureza, ser repetido frequentemente com o mesmo efeito; dessa forma, pela repetição, perderia aquela propriedade que lhe dá eficácia.

Nos outros casos, o argumento é de um efeito pequeno e parcial a um efeito grande e geral, que, em inúmeras situações, se verificará ser uma maneira muito enganosa de raciocinar. Um homem ocupado e ativo pode se opor, numa certa medida, ou, o que está mais perto da verdade, pode não levar em consideração aquelas pequenas desordens estruturais que prendem a atenção de um homem que não tem mais nada que pensar; entretanto, isso não pretende demonstrar que a atividade da mente tornará um homem capaz de desprezar uma febre alta, a varíola ou a peste bubônica.

O homem que anda 20 milhas com uma motivação que enche sua alma não percebe o pequeno cansaço do seu corpo quando termina, mas duplicará sua motivação e se põe a caminhar outras 20 milhas, quadruplicando-a, e permitindo-se reiniciar pela terceira vez, e assim por

diante; e a extensão dessa caminhada dependerá finalmente da força muscular e não da mente. Powel, por causa de 10 guinéus, teria caminhado provavelmente mais do que o Sr. Godwin por causa de 0,5 milhão. Uma motivação de poder incomum agindo sobre uma estrutura orgânica de força mediana talvez fizesse o homem matar-se de tanto esforço, mas não o faria caminhar 100 milhas em 24 horas. Essa exposição dessa questão mostra a falácia de se supor que a pessoa não estivesse totalmente cansada, realmente, na sua primeira caminhada de 20 milhas, porque não parecia estar assim, ou porque talvez quase não sentisse nenhuma fadiga. A mente não pode firmar sua atenção fortemente em mais de um objeto de uma vez. Os 20 mil passos absorveram tanto seus pensamentos que ele não respondeu a uma pequena dor no pé ou a uma pequena rigidez do braço. Mas ele realmente tinha estado tão animado e disposto como quando começou que seria capaz de caminhar outras 20 milhas tão facilmente como as primeiras e assim por diante, a terceira etc., o que levaria a um real absurdo. Quando um cavalo muito impetuoso está meio cansado, ele pode ser tão excitado em seu ardor pelo estímulo da espora, acrescido do manejo adequado do freio, que pareceria a quem assiste como se ele estivesse animado e disposto, como se não tivesse andado já uma milha. Ou antes, provavelmente, o próprio cavalo, durante a fúria e o ímpeto provocados por aquele estímulo, não sentiria nenhum cansaço; mas seria estranhamente contrário a toda a razão e experiência argumentar, a partir de uma tal aparência, que se o estímulo tivesse continuado o cavalo nunca se cansaria. Os latidos de uma matilha farão alguns cavalos parecerem revigorados e espertos, depois de uma distância de 40 milhas percorridas na estrada, como quando começaram a caminhada. Então, se eles fossem utilizados na caça, não seria percebida de início pelos

cavaleiros nenhuma diminuição maior de sua energia e de seu ímpeto, mas, no final de um árduo dia, a fadiga anterior provocaria todo o seu efeito e os cansaria mais cedo. Quando eu empreendia uma longa caminhada com minha espingarda e não conseguia nada, frequentemente retornava à casa sentindo um grau considerável de desconforto por causa da fadiga. Talvez, num outro dia, andando aproximadamente a mesma extensão, com um bom resultado na caça, voltava à casa revigorado e disposto. A diferença na sensação da fadiga ao chegar, em diferentes dias, pode ter sido muito notável, mas, nas manhãs seguintes, eu não teria percebido tal diferença. Não percebi que estava com meus braços menos firmes ou com os pés menos doloridos na manhã seguinte ao dia de caça do que na outra manhã.

Em todos esses casos, os estimulantes da mente parecem atuar mais por desviar a atenção do cansaço físico do que realmente por neutralizá-lo. Se a força de minha mente tivesse realmente neutralizado o cansaço de meu corpo, por que me sentiria cansado na manhã seguinte? Se os estímulos dos cães de caça tivessem vencido tão completamente o cansaço da caminhada na realidade, como venceu na aparência, por que o cavalo ficaria cansado mais cedo do que se ele não tivesse caminhado as 40 milhas? Aconteceu ter eu uma terrível dor de dente quando estava escrevendo isto. No auge da redação, de vez em quando, por um momento ou outro, eu a esqueci. Entretanto, não posso prosseguir pensando que o processo que causa a dor está ainda progredindo e que as nervuras que levam a informação dela ao cérebro estão, mesmo durante aqueles momentos, exigindo atenção e espaço para suas vibrações apropriadas. Uma grande quantidade de vibrações de um outro tipo pode, talvez, impedir o seu recebimento, ou superá-las por um

tempo quando recebidas, até que uma pontada de força incomum disperse todas as outras vibrações, destrua a clareza de minhas concepções argumentativas e siga, triunfante, para o cérebro. Nesse caso, como nos outros, a mente parece ter pouco ou nenhum poder de se opor ou de remediar o distúrbio, mas simplesmente possui um poder, quando fortemente estimulada, de fixar sua atenção sobre outros objetos.

Contudo, não pretendo afirmar que uma mente sadia e forte não apresente nenhuma tendência, qualquer que seja, de manter o corpo num semelhante estado. Tão estreita e íntima é a união da mente e do corpo que seria muito estranho se ambos não participassem cada um das funções do outro. Entretanto, talvez, numa relação, o corpo tem mais ação sobre a mente do que a mente sobre o corpo. A primeira finalidade da mente é atuar como abastecedor das necessidades do corpo. Quando essas necessidades estão completamente satisfeitas, uma mente ativa está, na verdade, apta a divagar mais, a explorar os campos da ciência ou a passar o tempo nas regiões da imaginação, a sonhar que “se livrou deste turbilhão mortal” e está procurando seu elemento análogo. Mas todos estes cuidados são semelhantes aos esforços vãos da lebre da fábula. Com o lento movimento da tartaruga, o físico nunca acaba por alcançar a mente, por mais ampla e extensamente que ele possa se nivelar, e os intelectos mais ativos e brilhantes, embora relutantes para atender ao primeiro ou ao segundo apelo, devem finalmente se render ao domínio do cérebro em vista dos apelos da fome ou mergulhar o corpo exausto no sono.

Dir-se-ia que, se alguém pudesse afirmar com certeza que se a medicina pudesse descobrir como tornar o corpo imortal, não haveria receio de isso ser seguido pela imortalidade da mente. Entretanto, a imortalidade da

mente de forma alguma parece implicar na imortalidade do corpo. Ao contrário, a maior energia imaginável da mente provavelmente consumiria e destruiria a energia do corpo. Um vigor equilibrado da mente parece ser favorável à saúde, mas esforços mentais muito grandes tendem mais, como tem sido observado com frequência, a gastar o invólucro. A maioria dos exemplos que o Sr. Godwin apresentou para demonstrar o poder da mente sobre o corpo, e a consequente probabilidade da imortalidade do homem, pertencem a esta última descrição, e se tais estimulantes fossem permanentemente usados, em vez de tender a imortalizar, tenderiam muito rapidamente a destruir a constituição humana.

O provável aumento do poder da vontade do homem sobre sua constituição animal vem em seguida na reflexão do Sr. Godwin, e ele conclui dizendo que o poder voluntário de alguns homens, em relação a isso, se estende a vários pontos em que outros homens são impotentes. Entretanto, isso é raciocinar contra uma regra praticamente universal a partir de algumas exceções que parecem ser antes artifícios do que forças que podem ser aplicadas a um bom objetivo. Nunca soube de nenhum homem que pudesse regular seu pulso numa febre e duvido muito que algumas das pessoas aqui referidas tenham feito o mínimo progresso visível na correção regular dos distúrbios de suas constituições e no consequente prolongamento de suas vidas.

O Sr. Godwin afirma que

> “nada pode ser mais antifilosófico do que concluir que, por causa de certo tipo de energia estar além do alcance de nossa presente observação, está além dos limites da mente humana”.

Confesso que minhas ideias sobre filosofia são com relação a isso muito diferentes das do Sr. Godwin. A única distinção que percebo entre uma conjectura filosófica e as afirmativas de vidente do Sr. Brothers é que uma é fundamentada nos dados resultantes da sequência de nossas atuais observações e a outra não tem fundamento algum. Creio que grandes descobertas estão ainda para ocorrer em todos os ramos da ciência humana, particularmente na medicina; mas no momento que abandonarmos a experiência passada como o fundamento de nossas conjecturas com respeito ao futuro e, ainda mais, se nossas conjecturas se opõem totalmente à experiência passada, somos jogados num vasto campo da incerteza e qualquer hipótese é, então, tão aceitável como outra. Se uma pessoa fosse me dizer que afinal os homens teriam olhos e mãos atrás, bem como na frente, eu admitiria a inutilidade do acréscimo, mas eu diria, como razão para minha descrença disso, que não vi, no passado, nenhuma indicação, qualquer que seja, pela qual eu pudesse inferir a mínima probabilidade de tal mudança. Se isso não for admitido como uma objeção válida, todas as conjecturas são semelhantes e igualmente filosóficas, confesso que me parece que, no âmbito de nossas atuais observações, não existem indícios mais verdadeiros de que o homem se tornará imortal na terra do que os indícios de que ele terá quatro olhos e quatro mãos, ou de que as árvores crescerão horizontalmente em vez de perpendicularmente.

Dir-se-á, talvez, que muitas descobertas que já ocorreram no mundo eram totalmente imprevistas e inesperadas. Concordo ser isso verdade; entretanto, se uma pessoa tivesse previsto essas descobertas, sem ser orientada por quaisquer analogias ou indicações de fatos passados, ela mereceria o nome de vidente ou de

profeta, mas não de filósofo. Prova muito pouco a surpresa que algumas de nossas modernas descobertas causariam nos primitivos habitantes da Europa, da época de Teseu e Aquiles. De pessoas quase completamente ignorantes dos poderes de uma máquina, não se pode esperar certeza de suas conclusões. Estou longe de afirmar que estamos atualmente, por todos os meios, completamente informados sobre os poderes da mente humana; mas, certamente, sabemos mais hoje acerca desse instrumento do que era conhecido 4 mil anos atrás; e, por esse motivo, embora não sejamos chamados juízes competentes, certamente somos muito mais capazes do que os selvagens para afirmar o que é ou não é, dentro do possível. Um relógio impressionaria um selvagem com tanto impacto como um movimento perpétuo; entretanto, é para nós uma peça de mecanismo muito familiar e o outro tem constantemente frustrado os esforços das inteligências mais perspicazes. Em muitas circunstâncias somos capazes de perceber hoje as causas que impedem um desenvolvimento ilimitado daquelas invenções que pareciam claramente prometer isso no início. Os primeiros pesquisadores do telescópio pensariam provavelmente que quanto maior o tamanho do espelho e quanto mais pudessem aumentar o comprimento dos tubos, mais o alcance e as vantagens do instrumento aumentariam; mas a experiência tem-nos ensinado, desde então, que a pequena dimensão do campo, a insuficiência da luz e as condições da atmosfera, estando ampliadas, impedem os resultados positivos que eram para ser esperados de um telescópio de grande tamanho e poder. Em muitos setores do conhecimento, o homem tem realizado quase permanentemente algum progresso; em outros setores, seus esforços têm sido invariavelmente frustrados. O selvagem provavelmente não seria capaz de imaginar as causas dessa enorme diferença. Nossas experiências

ulteriores nos têm dado alguma compreensão dessas causas e, por essa razão, nos têm capacitado para ver melhor, senão o que nós esperamos do futuro, pelo menos, o que não esperamos, o que, embora negativo, é um dado de informação muito útil.

Como a necessidade de dormir parece depender mais do corpo do que da mente, não se conclui que o desenvolvimento da mente possa tender muito a suplantar essa “evidente fragilidade”. Um homem que por grande agitação de sua mente seja capaz de passar duas ou três noites sem dormir, se esgota proporcionalmente à energia de seu corpo e essa diminuição da saúde e da força logo perturbará as operações de seu raciocínio, assim que, por esses grandes esforços, ele não parece ter feito nenhum progresso real, qualquer que seja, em superar a necessidade desse tipo de repouso.

Há, certamente, uma diferença suficientemente acentuada nos vários caracteres de que nós temos algum conhecimento, relativos às energias de sua mente, suas atividades positivas etc. que nos possibilitam julgar se as operações da inteligência têm algum efeito decisivo no sentido de prolongar a duração da vida humana. É certo que nenhum efeito decisivo desse tipo foi ainda constatado. Embora nenhum esforço mental de qualquer tipo jamais tenha produzido semelhante resultado, como poderia ser explicado pelo menor aspecto de alguma tentativa de chegar à imortalidade, dentre os dois, um determinado esforço do corpo parece ter mais resultado com relação a isso do que um estudo do esforço da mente. O homem que toma suas refeições moderadas e faz seus exercícios físicos com meticulosa regularidade, geralmente estará com mais saúde do que o homem que se dedica muito seriamente a trabalhos intelectuais e que frequentemente se esquece, por certo tempo, das

necessidades físicas. O cidadão que se aposentou e cujas ideias, talvez, raramente vão acima ou além do seu pequeno jardim, mexendo a terra todas as manhãs nos limites da sua casa de campo, talvez viverá tanto quanto o filósofo cujo âmbito do intelecto é mais complexo e cujas perspectivas são mais claras do que as de qualquer de seus contemporâneos. Foi observado, efetivamente, por aqueles que cuidam das estatísticas de óbitos, que as mulheres vivem mais, em média, do que os homens e, embora eu não diga de nenhuma forma que suas faculdades intelectuais sejam inferiores, penso que se deve admitir, por causa de sua educação diferente, que não existem tantas mulheres como homens que são estimuladas a um exercício mental profundo.

Tanto nesses como em exemplos semelhantes ou, para tomar uma série maior, como na grande diversidade dos caracteres que existiram durante alguns milhares de anos, nenhuma diferença decisiva foi observada na duração da vida humana por causa da função intelectual; a mortalidade do homem na Terra parece estar tão completamente determinada e tão exatamente nas mesmas bases como qualquer outra, sendo a mais constante das leis da natureza. Um ato de poder imediato do Criador do Universo, na verdade, poderia mudar uma ou todas aquelas leis, imediata ou gradualmente, mas sem nenhum indício de uma tal mudança, e tais indícios não existem, é igualmente tão irracional admitir que a vida do homem pode ser prolongada além de quaisquer limites assinalados, como supor que gradativamente a atração da Terra se transformará em repulsão e que as pedras afinal se elevarão, em vez de caírem, ou que a Terra se precipitará, em certa época, em direção a um Sol de temperatura mais amena e mais suave.

A conclusão deste capítulo nos apresenta, sem dúvida, um quadro muito belo e atraente, mas, por ser proveniente da fantasia e não concebido em relação à verdade, deixa de oferecer aquele interesse essencial, que só a natureza e a probabilidade podem dar.

Não posso encerrar este assunto sem algumas observações sobre as conjecturas do Sr. Godwin e do Sr. Condorcet com relação ao indefinido prolongamento da vida humana como um exemplo muito curioso do anseio da alma em busca da imortalidade. Ambos esses cavalheiros rejeitaram a luz da revelação que promete a completa vida eterna em outro estágio. Rejeitaram também a luz da religião natural que, para as inteligências mais capazes de todas as épocas, tem mostrado a existência futura da alma. Entretanto, a ideia da imortalidade é tão compatível com a mente do homem que eles não podem permitir que ela seja totalmente lançada fora de seus sistemas. Depois de todos os seus ceticismos fastidiosos com relação ao único modo provável de imortalidade, eles criaram um tipo de imortalidade própria deles, não só completamente contraditória a toda lei da probabilidade filosófica, mas ela própria, no mais alto grau, tacanha, parcial e desonesta. Os autores admitem que todos os espíritos ilustres, virtuosos e elevados que sempre existiram ou que podem existir por alguns milênios, talvez por milhões de anos, serão mergulhados no aniquilamento e que somente alguns seres, em número não maior do que pode existir simultaneamente na terra, serão, finalmente, premiados com a imortalidade. Se semelhante doutrina for apresentada como doutrina da revelação, estou certo de que todos os inimigos da religião, e provavelmente o Sr. Godwin e o Sr. Condorcet, dentre os demais, teriam despejado sobre ela toda a força de sua zombaria, como se fosse a mais pueril, a

mais absurda, a mais pobre, a mais deplorável, a mais injusta e, por conseguinte, a mais indigna deidade que a louca superstição do homem poderia inventar.

Que prova estranha e curiosa aquelas conjecturas apresentam da inconsistência do ceticismo! Observar-se-ia que há uma diferença muito notável e essencial entre acreditar numa afirmativa que contradiz totalmente a experiência mais consequente e numa afirmativa que nada contradiz, mas está simplesmente além do poder da nossa atual observação e conhecimento.[7] Tão diversificados são os objetos naturais que nos cercam, tantas as situações da poderosa força que diariamente se apresentam a nossos olhos, que nós podemos admitir claramente que existem muitas formas e processos da natureza que ainda não observamos ou que talvez não somos capazes de observar com os nossos atuais limites de conhecimento. O ressurgimento de um corpo espiritual a partir de um corpo físico não parece em si mesmo uma circunstância mais maravilhosa da energia do que a germinação de uma folha de trigo a partir do grão ou de um carvalho a partir de sua glande. Poderíamos conhecer um ser inteligente, de tal modo classificado que apenas seria relacionado com as coisas inanimadas ou totalmente desenvolvidas e que nunca teria presenciado o processo de germinação ou de crescimento; e se houvesse um outro ser para lhe mostrar dois pequenos pedaços de matéria, um grão de trigo e uma glande e lhe pedisse para examiná-los e dissecá-los, se quisesse, e se empenhasse em descobrir suas propriedades e sua natureza; e, então, lhe dissesse que, embora esses pequenos pedaços de matéria possam lhe parecer insignificantes, eles possuíam tais poderes interessantes de seleção, combinação, organização e quase de criação que, em sendo colocados na terra, escolheriam entre todas as impurezas e a

umidade que os rodeavam aqueles elementos que melhor se adaptavam aos seus objetivos, que eles ajuntariam e organizariam estes elementos com magnífico critério, bom senso e execução e se transformariam em belas formas, dificilmente parecidas, em qualquer aspecto, com os pequenos pedaços de matérias que foram inicialmente colocados na terra. Tenho muito poucas dúvidas de que o ser imaginário que concebi vacilaria mais, requereria uma autoridade maior e provas mais significativas — antes de acreditar nessas estranhas afirmações — do que se ele tivesse dito que um ser de uma força poderosa, que fora a causa de tudo que ele viu em sua volta e desta existência de que ele próprio estava consciente, por um grandioso ato de força sobre a morte e a degenerescência das criaturas humanas, transformaria a essência do pensamento em uma forma incorpórea ou, pelo menos, invisível, para conferir-lhe uma existência mais feliz em outro estágio.

A única diferença com relação aos nossos próprios conceitos, que não está a favor de nossa última afirmativa, é que o primeiro milagre[8] nós vimos repetidamente e o segundo milagre nós não vimos. Reconheço o pleno valor dessa prodigiosa diferença, mas certamente nenhum homem pode duvidar, por um momento, em dizer que, pondo a Revelação fora da questão, o ressurgimento de um corpo espiritual a partir de um corpo físico, que pode ser simplesmente uma dentre as muitas operações da natureza que não podemos ver, é um evento indefinidamente mais provável que a imortalidade do homem na Terra, que não é somente um evento do qual ainda não apareceu nenhum indício ou sinal, mas é uma contradição positiva a uma das mais constantes leis da natureza que jamais ocorreram no âmbito da observação humana.

Talvez eu deva fazer de novo uma justificação a meus leitores por insistir tanto numa conjectura que muitos, como sei, pensarão ser demasiado absurda e improvável para exigir a mínima discussão. Mas se fosse tão improvável e tão contrária ao verdadeiro espírito da filosofia, como eu próprio penso que seja, por que não se poderia mostrar que é assim mediante uma sincera análise? Contudo, uma conjectura improvável, à primeira vista, expressa por homens capazes e talentosos, parece, no mínimo, merecer uma análise. De minha parte, não sinto nenhuma aversão, qualquer que seja, em dar aquele grau de crédito à opinião da provável imortalidade do homem na terra, cujas aparências que podem ser alegadas em sua defesa merecem. Antes que decidamos sobre a completa improbabilidade de um tal evento é, entretanto, imparcialmente lícito analisar aquelas aparências e, a partir de tal análise, penso que podemos concluir que temos antes menos razão para admitir que a vida do homem possa ser prolongada indefinidamente do que para admitir que as árvores possam ser levadas a crescer indefinidamente para o alto ou que as batatas possam aumentar indefinidamente seu tamanho.[9]

Capitulo XIII

No capítulo que estive analisando, o Sr. Godwin afirma considerar a objeção a seu sistema de igualdade do ponto de vista do princípio da população. Pareceu, penso eu que de modo claro, que ele está grandemente equivocado na sua afirmação acerca do distanciamento dessa dificuldade e que, em vez de miríades de séculos, ela não está, na realidade, distante de nós por um tempo de trinta anos ou mesmo trinta dias. A suposição da chegada do homem à imortalidade na terra não é, certamente, uma forma de diminuir a dificuldade. Por essa razão, o único argumento do capítulo que tem alguma possibilidade de eliminar a objeção é a conjectura relacionada com a extinção da paixão entre os sexos, mas como isso é uma simples conjectura, não apoiada pelo menor indício de prova, pode-se dizer claramente que a força da objeção permanece inalterada e é, sem dúvida, de peso suficiente para destruir completamente todo o sistema de igualdade do Sr. Godwin. Entretanto, farei uma ou duas observações sobre alguns importantes elementos dos raciocínios do Sr. Godwin que contribuirão para situar numa perspectiva ainda mais clara a pouca esperança que podemos razoavelmente alimentar de ver aqueles enormes aperfeiçoamentos da natureza do homem e da sociedade que o autor apresenta a nossos olhos admirados em sua justiça política.

O Sr. Godwin considera demasiadamente o homem sob o aspecto de um ser meramente intelectual. Esse erro, pelo menos tal como admito ser, penetra todo o seu trabalho e se insinua em todos os seus raciocínios. As ações voluntárias dos homens podem se originar de seus

conceitos, mas estes conceitos serão muito diferentemente alterados nas criaturas compostas de uma faculdade racional e de predisposições físicas, pelo fato de que elas existem em seres completamente intelectuais. O Sr. Godwin, para demonstrar que o raciocínio e a verdade bem fundamentados são capazes de ser transmitidos adequadamente, analisa a proposição primeiro praticamente e depois acrescenta:

> “Tal é a aparência que essa proposição assume quando analisada de um ponto de vista livre e prático. Num exame rigoroso ela não admitirá controvérsia. O homem é um ser racional etc.”.

Longe de chamar isso de exame rigoroso do assunto, eu próprio o qualificaria como o modo mais vago e mais incorreto de considerá-lo. É calcular a velocidade de um corpo caindo no vácuo e teimar que ela seria a mesma em qualquer outro meio resistente em que o corpo caísse. Este não seria o modo de filosofar de Newton. Muito poucas proposições gerais são corretas ao se aplicarem a um assunto particular. A Lua não se mantém em sua órbita em torno da Terra, nem a Terra em sua órbita em torno do Sol, devido a uma força que varia simplesmente na relação inversa dos quadrados das distâncias. Para elaborar a teoria geral correta da aplicação das rotações desses corpos, era necessário calcular cuidadosamente a força interferente do Sol sobre a Lua e da Lua sobre a Terra; e, até que as forças interferentes fossem adequadamente avaliadas, as observações efetivas dos movimentos desses corpos demonstrariam que a teoria não era exatamente verdadeira.

Estou querendo admitir que todo ato voluntário é precedido por uma decisão da mente, mas é surpreendentemente oposto ao que eu conceberia ser a

teoria correta sobre o assunto e é uma clara contradição a toda experiência dizer que as tendências físicas do homem não atuam muito poderosamente, como forças interferentes, naquelas decisões. Por esse motivo, a questão não depende simplesmente de que um homem possa ser levado a compreender uma proposição clara ou ser convencido por um argumento irrefutável. Uma verdade pode ser demonstrada para sua convicção como um ser racional, embora ele possa resolver agir contrariamente a ela, como um ser complexo. Os anseios da fome, o amor à bebida, o desejo de possuir uma bela mulher, estimularão os homens a atos de cujas consequências fatais para o interesse geral da sociedade eles estão inteiramente convencidos, mesmo no momento exato em que os cometem. Elimine seus desejos físicos e eles não hesitarão um momento em se decidirem contra tais atitudes. Pergunte a eles sua opinião acerca de mesma conduta em outra pessoa e eles imediatamente a reprovarão. Mas, em seu caso próprio e sob todas as circunstâncias de sua situação frente a esses desejos físicos, a decisão do ser complexo é diferente da convicção de um ser racional.

Se esse fosse o ponto de vista correto sobre o assunto e se tanto a teoria como a experiência se juntassem para provar que assim é, quase todos os raciocínios do Sr. Godwin sobre o tema da coerção do seu capítulo 7 parecerão estar fundados sobre o erro. O autor gasta algum tempo em colocar sob um ponto de vista ridículo o esforço de convencer o entendimento de um homem e aclarar em seu pensamento uma proposição duvidosa por meio da bazófia. Sem dúvida é tão ridículo como bárbaro, como uma briga de galos, mas um tem pouco mais a fazer com o objeto real em relação às punições humanas do que o outro. Um modo de punição frequentemente (na verdade demasiado frequente) é a

morte. O Sr. Godwin dificilmente pensará isso tomado de convicção, pelo menos não parece que o indivíduo ou a sociedade poderiam colher mais benefícios futuros de um entendimento esclarecido dessa maneira.

Os principais objetivos que as punições humanas têm em mira são, sem dúvida, a sujeição e o exemplo, a prisão ou afastamento de um indivíduo cujos hábitos viciados são igualmente prejudiciais à sociedade. E o exemplo, que, por expressar o sentimento da comunidade com relação ao crime pessoal e por associar mais clara e estreitamente o crime e o castigo, oferece um motivo moral para dissuadir outros de sua perpetração.

A prisão, pensa o Sr. Godwin, pode ser admitida como um recurso temporário, embora ele condene a reclusão solitária que, certamente, foi a mais bem-sucedida e, na verdade, quase a única tentativa para a melhoria moral dos infratores. Ele fala das paixões egoístas que são alimentadas pelo isolamento e das virtudes criadas em sociedade. Mas, certamente, essas virtudes não são criadas na sociedade de uma prisão. Se o infrator fosse confinado à sociedade de homens idôneos e virtuosos, provavelmente ele tiraria mais proveito do que no isolamento. Mas isto é realizável? O talento de Godwin é usado mais frequentemente em descobrir males do que sugerir remédios práticos.

A punição, por exemplo, é totalmente reprovada. Ao esforçar-se em infligir castigos muito impressionantes e terríveis, as nações, na verdade, foram levadas às mais bárbaras crueldades; entretanto, o abuso de qualquer prática não é um bom argumento contra o seu uso. Os infatigáveis esforços feitos neste país para pegar um assassino e a certeza de sua punição têm contribuído fortemente para criar aquele sentimento que é comum

na boca do povo de que um criminoso mais cedo ou mais tarde será descoberto; e o temor constante que, em consequência, oprime o assassino, fará um homem, no auge da angústia, jogar fora sua faca com medo de que ele seja tentado a usá-la na satisfação de sua vingança. Na Itália, onde os assassinos, por fugirem para um abrigo, encontram, mais frequentemente, meios de escapar, o crime nunca foi reprimido com a mesma veemência e, consequentemente, tem sido mais frequente. Nenhum homem que está totalmente seguro do efeito das razões morais, pode duvidar por um momento de que, se na Itália todo assassino tivesse sido sempre punido, o uso do punhal nos arroubos da paixão teria sido relativamente pouco conhecido.

Nenhuma pessoa cometerá a loucura de afirmar que as leis humanas proporcionam ou podem proporcionar o castigo exato para o crime. Devido à inescrutabilidade dos motivos, isso é absolutamente impossível, mas esta imperfeição, embora possa ser chamada de um tipo de injustiça, não é um argumento válido contra as leis humanas. É destino do homem que ele terá frequentemente de escolher entre dois males, e é uma razão suficiente para a aprovação de qualquer instituição que este é o melhor modo que se lhe apresenta de impedir maiores males. Um esforço permanente, sem dúvida, teria bom êxito em tornar aquelas instituições tão perfeitas quanto sua natureza permitir. Entretanto, nada é tão fácil como achar falha nas instituições humanas; nada é tão difícil como propor melhoras práticas adequadas. É de se lamentar que muitos homens de talento empreguem seu tempo mais na primeira atividade do que na segunda.

A frequência dos crimes entre os homens que, como se costuma dizer, é mais conhecida, prova suficientemente que algumas verdades podem ser demonstradas para a

convicção do pensamento sem produzir sempre o resultado adequado sobre o comportamento. Existem outras verdades, de tal natureza, que talvez nunca possam ser adequadamente transmitidas de um homem para outro. O Sr. Godwin considera verdade fundamental a superioridade dos prazeres do intelecto em relação com os dos sentidos. Levando em consideração todas as circunstâncias eu estaria disposto a concordar com ele; mas como eu posso comunicar essa verdade a uma pessoa que quase nunca sentiu prazer intelectual? Posso, da mesma forma, tentar explicar a essência e a beleza das cores a um cego. Se sou sempre tão esforçado, paciente e convincente e tenho as mais reiteradas oportunidades de expostulação, qualquer progresso real no sentido da consecução do meu objetivo parece totalmente irrealizável. Não há nenhuma medida comum entre nós. Não posso avançar passo a passo; é uma verdade de natureza totalmente impossível de demonstração. Tudo o que posso dizer é que os homens mais sábios e melhores de todas as épocas concordaram em dar enorme preferência aos prazeres do intelecto, e que minha própria experiência confirmou totalmente a verdade de suas decisões; que encontrei prazeres sensoriais vãos, efêmeros e continuamente seguidos de tédio e nojo; mas que os prazeres intelectuais me pareceram sempre estimulantes e novos, preenchendo satisfatoriamente todas as minhas horas, deram-me um novo entusiasmo para viver e difundiram uma duradoura serenidade sobre meu espírito. Se ele acredita em mim, isto só pode ocorrer por causa do respeito e admiração para com minha autoridade: isto é credulidade e não convicção. Eu nada disse, nem pode ser dito nada de maneira que possa produzir real convicção. A questão não é de raciocínio, mas de experiência. Provavelmente ele observaria, em resposta, que o que você disse pode ser muito certo para você mesmo e para muitos outros

bons homens, mas, de minha parte, vejo o assunto de forma muito diferente. Muito frequentemente tenho apanhado um livro e quase tão frequentemente acabo dormindo sobre ele; entretanto, quando eu passo uma tarde numa alegre festa ou com uma mulher bonita, me sinto animado, com boa disposição e me deleito, verdadeiramente, com minha existência.

Sob tais circunstâncias, o raciocínio e os argumentos não são instrumentos através dos quais o sucesso possa ser esperado. Talvez, num tempo futuro, a verdadeira saciedade dos prazeres sensoriais ou algumas influências acidentais que estimulam as energias de sua mente poderiam realizar num mês aquilo que as expostulações mais perseverantes e eficientes seriam incapazes de realizar em quarenta anos.

Capitulo XIV

Se os raciocínios do capítulo precedente são corretos, os corolários com relação à verdade política, que o Sr. Godwin deduz da proposição de que as ações voluntárias dos homens se originam de suas opiniões, não parecerão estar claramente estabelecidos. Estes são os corolários:

> “O raciocínio lógico e a verdade, quando transmitidos adequadamente, sempre devem triunfar sobre o erro; assim, o raciocínio lógico e a verdade são capazes de ser transmitidos; a verdade é onipotente; os vícios e a fraqueza moral do homem não são insuperáveis; o homem é perfectível ou, em outras palavras, suscetível de aperfeiçoamento permanente”.

As três primeiras proposições podem ser consideradas um silogismo completo. Se por “transmitidos adequadamente” for entendido que tal convicção produz um resultado adequado sobre a conduta, a premissa maior pode ser admitida e a menor negada. A conclusão ou a onipotência da verdade de fato cai por terra. Se por “transmitidos adequadamente” foi entendida simplesmente a convicção da faculdade racional, a premissa maior deve ser negada, a menor somente será verdadeira nos casos passíveis de demonstração e a conclusão da mesma forma cai por terra. A quarta proposição, o Sr. Godwin a refere à proposição precedente, com uma pequena variação na formulação. Desse modo ela deve acompanhar a proposição precedente em sua derrocada. Mas pode valer a pena pesquisar, com referência ao principal argumento deste ensaio, as razões particulares que temos para supor que

os vícios e a fraqueza moral do homem nunca possam ser totalmente vencidas neste mundo.

O homem, de acordo com o Sr. Godwin, é uma criatura, visto ser modelado pelas sucessivas influências que recebe desde o primeiro momento em que a célula germinativa, da qual ele se originou, recebeu a vida. Se ele pudesse ser colocado numa situação em que não estivesse sujeito a nenhuma influência maléfica, embora seja de duvidar que em tal situação a virtude possa existir, o vício certamente seria banido. O grande limite do trabalho sobre justiça política do Sr. Godwin, se eu o entendi corretamente, é mostrar que a maioria dos vícios e das fraquezas dos homens procedem da injustiça de suas instituições políticas e sociais, e que se estas forem removidas e se o entendimento entre os homens fosse mais esclarecido, haveria no mundo pouca ou nenhuma tentação para o mal. Contudo, como foi claramente demonstrado (pelo menos como penso) que isto é uma concepção inteiramente falsa e que, independente de quaisquer instituições políticas ou sociais, a maior parcela da humanidade — devido às leis fixas e inalteráveis da natureza — deve estar sempre sujeita às tentações maléficas decorrentes da miséria, além das outras paixões; segue-se, da definição do homem dada pelo Sr. Godwin, que tais influências e suas combinações não podem ficar livres no mundo sem gerar uma variedade de homens maus. De acordo com a própria concepção do Sr. Godwin acerca da formação do caráter, é seguramente tão improvável que sob tais circunstâncias todos os homens serão virtuosos quanto se repetir cem vezes seguidas as senas no jogo de dados. A grande variedade de combinações do dado, numa sucessão repetida de lances, não me parece representar impropriamente a grande variedade de caracteres que deve necessariamente existir no mundo,

admitindo-se que todo indivíduo seja modelado como é, por aquela combinação de influências que recebeu desde seu primeiro momento de vida. Em certa medida, esta comparação mostrará o absurdo de se supor que as exceções sempre as transformarão em regras gerais, que estas combinações extraordinárias e incomuns serão frequentes ou que os exemplos individuais de grande virtude, que têm aparecido em todas as épocas da humanidade, sempre prevalecerão de modo geral.

Estou certo de que o Sr. Godwin poderia afirmar que a comparação é, em certo aspecto, inexata, que no caso do dado as causas precedentes, ou antes, os riscos referentes às causas precedentes, eram sempre os mesmos e que, por esse motivo, eu não teria nenhuma boa razão para supor que um maior número de senas surgiria nas cem vezes seguintes do que no mesmo número precedente de lances. Mas que o homem tem, em certa medida, um poder de influir naquelas causas que formaram o caráter, e que todo homem bom e virtuoso que foi criado, sob a influência que ele necessariamente deve ter, aumentou mais a probabilidade de que outro caráter virtuoso semelhante fosse criado, enquanto a incidência de senas uma vez no jogo dos dados certamente não aumentaria a probabilidade da sua incidência uma segunda vez. Admito esta objeção quanto à exatidão da comparação, mas ela é apenas parcialmente válida. A experiência repetida nos tem assegurado que a influência do caráter mais virtuoso raramente prevalecerá contra as tentações muito fortes para o mal. Sem dúvida, ela afetará alguns, mas falhará quanto a um número muito maior. Tivesse o Sr. Godwin obtido sucesso em sua tentativa de provar que aquelas tentações para o mal poderiam ser eliminadas graças aos esforços do homem, eu desistiria da comparação, ou pelo menos admitiria que um homem

poderia ser até aqui instruído quanto ao modo de balançar seu cotovelo, que seria capaz de fazer senas em cada lance do jogo. Entretanto, desde que um grande número daquelas influências que modelam o caráter, tal como os exatos movimentos do braço, permanece totalmente independente da vontade do homem, embora fosse o máximo da loucura e da presunção tentar calcular as proporções relativas da virtude e do vício para os tempos futuros do mundo, poderia ser afirmado com segurança que os vícios e a fraqueza moral da humanidade, como um todo, são insuperáveis.

A quinta proposição é a dedução geral das quatro anteriores e consequentemente cairá por terra, como caíram os fundamentos que a sustentavam. No sentido em que o Sr. Godwin compreende o termo perfectível, a perfectibilidade do homem não pode ser defendida a menos que as proposições precedentes pudessem ter sido claramente confirmadas. Contudo, há um sentido que o termo comportará, em que ele é talvez correto. Pode ser dito com exatidão que o homem é sempre suscetível de aperfeiçoamento, ou que nunca houve ou haverá um período de sua história em que se pode dizer que ele alcançou o seu possível ápice de perfeição. Entretanto, de modo algum se segue disso que nossos esforços para melhorar o homem sempre alcançarão sucesso, ou mesmo, que ele fará sempre, na maioria das épocas, extraordinários avanços em direção à perfeição. A única inferência que pode ser tirada é que o limite preciso de seu aperfeiçoamento não pode, possivelmente, ser conhecido. E não posso ajudar novamente o leitor a lembrar de uma distinção que, me parece, deve ser particularmente considerada na presente questão: quero dizer, a diferença essencial que há entre um aperfeiçoamento ilimitado e outro cujo limite não pode ser determinado. O primeiro é um

aperfeiçoamento não aplicável ao homem sob as atuais leis de sua natureza. O segundo, sem dúvida, é aplicável.

A verdadeira perfectibilidade do homem pode ser exemplificada, como mencionei antes, pela perfectibilidade de uma planta. O objetivo de um ativo floricultor é, como penso, combinar tamanho, simetria e beleza de colorido. Certamente seria presunçoso por parte do mais bem-sucedido cultivador afirmar que ele conseguiu um cravo no qual aquelas qualidades existiram no mais alto grau possível de perfeição. Por mais bela que possa ser sua flor, outros cuidados, outro solo ou outros climas poderiam produzir uma flor ainda mais bela. Portanto, embora ele possa estar seguro do absurdo de admitir que alcançou a perfeição, e embora possa saber por que meios conseguiu aquele grau de beleza da flor que obteve no presente, ele não pode estar seguro que por adotar semelhantes meios mais desenvolvidos em eficácia, conseguirá uma floração mais bela. Ao empenhar-se em aperfeiçoar uma qualidade, ele pode prejudicar a beleza de outra. O humo mais fértil que ele usasse para aumentar o tamanho de sua planta provavelmente rebentaria o cálice e destruiria em seguida sua simetria. De maneira semelhante, o estrume cujo uso foi imposto para efetivar a Revolução Francesa e dar uma maior liberdade e energia à mente do homem, rebentou o cálice da humanidade, os vínculos que controlam toda a sociedade; e, por mais que as pétalas desunidas cresçam, por mais que algumas delas se destaquem pela força e beleza, o conjunto é no presente uma massa imprecisa, disforme, desarticulada, sem união, simetria ou harmonia de coloração.

Se fosse importante aperfeiçoar as cravinas e os cravos, embora não possamos ter esperança de fazê-los tão grandes como repolhos, poderíamos, sem dúvida mediante sucessivos esforços, ter esperança de

conseguir espécimes mais belos do que dispomos no presente. Ninguém pode negar a importância de aumentar a felicidade da espécie humana. Cada mínimo avanço com relação a isto é altamente válido. Mas um experimento com a raça humana não é igual a um experimento com objetos inanimados. A ruptura de uma flor pode ser sem importância, uma outra logo vingará. Mas o rompimento dos elos de uma sociedade é de tal modo uma separação de elementos que não pode ocorrer sem provocar o mais intenso sofrimento a milhares deles; e transcorrerá um longo tempo e muita miséria será suportada antes que a ferida cicatrize de novo.

Como as cinco proposições que estive analisando podem ser consideradas as pedras angulares da fantasiosa estrutura do Sr. Godwin e, na verdade, expressam a intenção e a tendência de todo o seu trabalho, por mais excelentes que sejam muitos de seus raciocínios imparciais, ele deve ser considerado como tendo sido malsucedido no grande objetivo de seu empreendimento. Além das dificuldades decorrentes da complexa natureza do homem, que ele de nenhuma forma removeu suficientemente, o principal argumento contra a perfectibilidade do homem e da sociedade permanece intacto e inalterado a despeito de qualquer coisa que tenha proposto. E tanto quanto posso confiar no meu julgamento, este argumento parece ser conclusivo, não somente contra a perfectibilidade do homem, no sentido amplo que o Sr. Godwin entende o termo, mas contra toda mudança muito acentuada e notória para o melhor na forma e na estrutura geral da sociedade, pelo que entendo toda melhoria grande e decisiva na condição das classes mais pobres da humanidade, as mais numerosas e, consequentemente, numa visão geral do assunto, a mais importante parcela

da espécie humana. Se eu vivesse mil anos e se as leis da natureza permanecessem as mesmas, eu pouco recearia, ou antes, pouco esperaria uma contradição dada pela experiência, afirmando que nenhum sacrifício ou esforço possível por parte dos ricos, num país há muito tempo habitado, poderia por algum tempo colocar as classes mais baixas da comunidade numa situação semelhante, considerando-se as circunstâncias, à situação de cerca de trinta anos atrás nos Estados do norte da América.

As classes mais pobres da população da Europa podem, em época futura, ser muito mais bem instruídas do que são na atualidade; podem ser orientadas para usar o pouco tempo que possuem de maneiras melhores do que na cervejaria; podem viver sob leis melhores e mais equilibradas do que até agora têm vivido, mais talvez do que qualquer país; e eu próprio admito como possível, embora não provável, que as classes mais baixas podem ter mais lazer; mas não é da natureza das coisas que a elas pode ser conferida uma tal quantia de dinheiro ou meios de subsistência, que se permitirá a todos casar cedo, na total certeza de que serão capazes de sustentar com facilidade uma numerosa família.

Capitulo XV

O Sr. Godwin, no prefácio do seu *Enquirer*, deixa escapar algumas expressões que parecem insinuar alguma mudança em suas opiniões desde que escreveu *Political Justice*; e como esta é hoje uma obra de alguns anos atrás, certamente eu pensaria que tenho estado argumentando contra opiniões que o próprio autor tinha tido razões para alterar, mas que, em alguns ensaios do *Enquirer*, a maneira peculiar de pensar do Sr. Godwin surge, como sempre, como um notável esclarecimento.

Tem sido observado frequentemente que, embora não possamos esperar atingir a perfeição em tudo, deve sempre ser vantajoso para ós colocar diante de nossos olhos os modelos mais perfeitos. Esta observação tem uma aparência aceitável, mas está muito longe de ser, em geral, verdadeira. Eu mesmo coloco em dúvida sua verdade num dos mais óbvios exemplos que ocorreriam. Ponho em dúvida se um pintor muito jovem teria algum proveito de uma tentativa de copiar uma pintura extremamente bem acabada e perfeita, como de copiar uma em que as linhas fossem mais fortemente marcadas e o modo de dispor as cores fosse mais facilmente descoberto. Entretanto, nos casos em que a perfeição do modelo é de natureza diferente e superior em relação àquela para a qual naturalmente caminhamos, não deixaremos de fazer sempre algum progresso em direção a ela, mas, com toda a probabilidade, dificultaremos o avanço que poderíamos ter esperado fazer não tivéssemos fixado nossa atenção num modelo tão perfeito. Um ser altamente intelectual, livre dos frágeis apelos da fome ou do sono, é, sem dúvida, um ente muito mais perfeito do que o homem, mas se o homem

fosse copiar semelhante modelo, ele não apenas deixaria de fazer algum progresso em relação a ele, mas por uma imprudente exigência de imitar o que era inimitável, ele provavelmente destruiria a pouca racionalidade que estava empenhado em aperfeiçoar.

A forma e estrutura de sociedade que o Sr. Godwin descreve é tão fundamentalmente diferente de quaisquer formas de sociedade que até agora têm prevalecido no mundo, quanto um ser que pode viver sem alimento ou sono é diferente de um homem. Ao melhorar a sociedade na sua atual forma, nós não estamos realizando nenhum progresso em direção a um estado de coisas tal, como ele descreve, mais do que faríamos aproximações em direção a uma linha em relação à qual estivéssemos caminhando paralelamente. Portanto, a questão é saber se, ao olhar tal forma de sociedade como nossa estrela polar, estamos, da mesma forma, adiantando ou retardando o aperfeiçoamento da espécie humana. O Sr. Godwin, ao que me parece, resolveu esta questão contra ele próprio neste ensaio do *Enquirer* sobre a avareza e a prodigalidade.

O Dr. Adam Smith observou muito justamente que as nações tanto como os indivíduos se enriquecem graças à parcimônia e empobrecem graças à prodigalidade e que, por essa razão, todo homem econômico é amigo de seu país e todo perdulário é inimigo. O argumento que ele dá é que aquilo que é poupado da renda é sempre agregado ao capital e, por esse motivo, é tirado da manutenção do trabalho que é geralmente improdutivo e empregado na manutenção do trabalho que se converte em valiosa mercadoria. Nenhuma observação, evidentemente, pode ser mais correta. O tema do ensaio do Sr. Godwin é um pouco semelhante em seu primeiro aspecto, mas em essência é tanto quanto possível diferente. Ele considera o mal do desperdício uma verdade reconhecida e assim

faz sua comparação entre o homem avarento e o que gasta sua renda. Mas o homem avarento do Sr. Godwin é um caráter totalmente diferente, pelo menos com relação a seu efeito sobre a prosperidade do Estado, do homem econômico do Dr. Smith. O homem econômico, a fim de ganhar mais dinheiro, poupa de sua renda e agrega ao seu capital e este capital ele o emprega na manutenção do seu próprio trabalho produtivo, ou o empresta a alguma outra pessoa que provavelmente o empregará desta maneira. O homem econômico beneficia o Estado porque ele contribui para o capital geral deste e porque a riqueza empregada como capital não só aciona mais trabalho do que se fosse gasta como rendimento, mas o trabalho se torna, além disso, uma categoria mais valiosa. Contudo, o homem avarento do Sr. Godwin fecha a sete chaves sua riqueza num cofre e não aciona nenhum trabalho, de qualquer tipo que seja, produtivo ou improdutivo. Esta é uma diferença tão essencial que a conclusão do Sr. Godwin no seu ensaio se mostra, em seguida, tão evidentemente falsa quanto evidentemente é verdadeira a posição do Dr. Adam Smith. Na verdade não poderia senão ocorrer ao Sr. Godwin que alguma inconveniência atual poderia surgir para o pobre por causa de se fecharem assim os fundos destinados à manutenção do trabalho. Assim, a única maneira que ele tinha de vencer esta objeção era comparar as duas características principalmente com relação à sua tendência para acelerar a chegada daquele estado feliz de igualdade aperfeiçoada, para a qual ele afirma que devemos sempre olhar como para nossa estrela polar.

Penso que foi demonstrado nas primeiras partes deste ensaio que tal estágio da sociedade é absolutamente impraticável. Que consequências então vamos esperar do fato de olhar para um tal ponto como nosso guia e

estrela polar no grande mar da descoberta política? A razão nos ensina a não esperar nenhuma outra senão ventos permanentemente desfavoráveis, labutas constantes, mas inúteis, constantes malogros e invariável miséria. Nós não somente deixaremos de fazer o mínimo progresso real em direção a semelhante forma perfeita de sociedade, mas por consumir nossa energia da mente e do corpo numa direção em que é impossível avançar, e pelas frequentes dificuldades que necessariamente devemos provocar pelos nossos constantes fracassos, evidentemente retardaremos aquele grau de aperfeiçoamento da sociedade que é verdadeiramente atingível.

Evidenciou-se que a sociedade constituída de acordo com o sistema do Sr. Godwin deve, por causa das leis infalíveis de nossa natureza, degenerar-se em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores e que a substituição da bondade pelo egoísmo como princípio propulsor da sociedade, em vez de produzir os efeitos saudáveis que podem ser esperados de tão belo nome, faria com que fosse sentida por toda a sociedade a mesma premência da miséria que é hoje sentida apenas por uma parcela. É à administração instituída da propriedade e ao princípio evidentemente estrito do egoísmo que somos devedores por todos os mais nobres esforços do gênio humano, por todos os mais delicados sentimentos da alma, por tudo, na verdade, que distingue o estado civilizado do estado selvagem; e não ocorreu ainda na natureza do homem civilizado nenhuma mudança suficiente para nos possibilitar afirmar que ele está ou mesmo estará num estágio, quando ele pode seguramente demolir a escada pela qual ele subiu a esta posição.

Se em qualquer sociedade que avançou para além do estado selvagem, uma classe de proprietários e uma

classe de trabalhadores[10] devem existir necessariamente, é evidente que como o trabalho é a única propriedade da classe de trabalhadores, tudo o que tende a diminuir o valor desta propriedade deve tender a diminuir os bens dessa parcela da sociedade. A única forma que o pobre tem de se manter com independência é pelo esforço de sua capacidade física. Esta é a única mercadoria que ele tem para dar em troca do indispensável para a vida. Dificilmente se concluiria então que ele seria beneficiado se se estreitasse o mercado para aquela mercadoria, diminuindo a demanda de trabalho e baixando o valor da única propriedade que ele possui.

O Sr. Godwin talvez dissesse que todo o sistema de escambo e de troca é um tráfico vil e injusto. Se alguém quisesse ajudar realmente o pobre, tomaria uma parcela do seu trabalho para si próprio ou dar-lhe-ia seu dinheiro, sem exigir dele um retorno tão rigoroso. Em resposta ao primeiro método proposto, podemos observar que, mesmo que o rico pudesse ser convencido a ajudar o pobre deste modo, o valor da assistência seria comparativamente insignificante. Os próprios ricos, entretanto, pensam ser de grande importância sustentar apenas uma pequena proporção relativa ao número de pobres e, desta maneira, os aliviariam apenas de uma pequena parte de seus encargos ao assumirem uma parcela. Se todos aqueles que estão empregados em trabalhos de luxo fossem ajuntados ao número daqueles empregados em produzir bens necessários, e se aqueles trabalhos necessários fossem amigavelmente divididos entre todos, a parte de cada homem poderia, na verdade, ser relativamente pequena; mas, por mais que tal divisão pacífica fosse, sem dúvida, desejável, não posso imaginar qualquer princípio prático[11] de acordo com o qual isso poderia acontecer. Foi demonstrado que

o espírito de bondade, guiado pela rigorosa justiça imparcial que o Sr. Godwin descreve, se atuasse fortemente levaria à necessidade e à miséria toda a espécie humana. Vamos examinar qual seria a consequência se o proprietário retivesse para si próprio uma boa parcela, mas desse o restante para o pobre sem exigir dele um trabalho em troca. Sem mencionar o ócio e o vício que tal procedimento, se generalizado, provavelmente criaria no presente estado da sociedade e o grande risco que haveria de diminuir a produção da terra, bem como os trabalhos para produzir objetos de luxo, uma outra objeção ainda permanece.

Evidenciou-se que, a partir do princípio da população, sempre haverá mais pessoas em necessidade do que pessoas adequadamente supridas. O excedente do rico poderia ser suficiente para três; são quatro, entretanto, que ficarão desejosos de consegui-lo. Ele não pode fazer esta escolha de três entre os quatro, sem conceder um grande auxílio àqueles que são o objetivo de sua seleção. Essas pessoas devem se considerar com uma grande dívida para com ele, dependentes dele para seu sustento. O rico perceberia o seu poder e o pobre a sua dependência e os resultados maléficos destas duas influências sobre o sentimento humano são bem conhecidas. Embora por essa razão eu concorde totalmente com o Sr. Godwin sobre o malefício do trabalho árduo, entretanto, ainda o considero um mal menor e menos propenso a aviltar o espírito humano do que a dependência, e toda a História do homem que temos estudado coloca num significativo ponto de vista o perigo ao qual está exposto o espírito humano que é entregue aos cuidados de um poder permanente.

No atual estado das coisas, e particularmente quando o trabalho está em jogo, o homem que realiza para mim um dia de trabalho me confere um ônus tão grande como

eu a ele. Possuo o que ele necessita; ele possui o que necessito. Realizamos uma troca amigável. O pobre caminha altivo, com uma consciente independência e a consciência de seu empregador não está corrompida por um sentimento de poder.

Trezentos ou quatrocentos anos atrás havia, sem dúvida, muito menos trabalho na Inglaterra, proporcionalmente à população, do que na atualidade, mas havia muito mais dependência e, provavelmente, hoje nós não gozaríamos de nosso atual grau de liberdade civil se o pobre, pela introdução das manufaturas, não se tornasse capaz de dar algo em troca das provisões dos grandes senhores, em vez de ficar dependente de sua generosidade. Mesmo os maiores adversários do comércio e das manufaturas, e eu mesmo não me considero seu simpatizante muito decidido, devem admitir que, quando essas atividades foram introduzidas na Inglaterra, a liberdade veio em seu séquito.

Nada do que foi dito pretende, do modo mais remoto que seja, substituir o princípio da bondade. É uma das mais nobres e sublimes qualidades do sentimento humano, talvez criada lenta e gradativamente pelo egoísmo e posteriormente levada a atuar como uma lei geral, cujo tipo de função seria atenuar as distorções parciais, corrigir as asperezas e aparar as arestas de seu criador; e nisto parece consistir a sua afinidade com toda a natureza. Talvez não exista nenhuma lei geral da natureza que não pareça, a nós pelo menos, criar um mal parcial e, frequentemente, observamos ao mesmo tempo algumas fartas provisões que, agindo como uma segunda lei geral, corrigem as imperfeições da primeira.

A função primeira da bondade é atenuar os males parciais decorrentes do egoísmo, mas ela não pode

nunca ser deslocada do seu lugar. Se nenhum homem se permitisse agir até que tenha determinado totalmente que a ação que ele estava prestes a realizar era mais proveitosa que qualquer outra para o bem geral, as mentes mais esclarecidas hesitariam perplexas e admiradas; e as menos esclarecidas estariam constantemente cometendo os mais flagrantes erros.

Portanto, como o Sr. Godwin não estabeleceu nenhum princípio prático segundo o qual os trabalhos da agricultura para produção de bens necessários poderiam ser amigavelmente partilhados por toda a classe de trabalhadores, mediante ataques gerais contra o emprego dos pobres, ele parece perseguir um bem inatingível através de um mal muito atual. Porque se todo homem que emprega os pobres deve ser considerado seu inimigo, aumentando o peso de suas opressões, e se os avarentos devem por isso ser preferidos aos homens que gastam seu rendimento, segue-se que qualquer número de homens que hoje gastam seus rendimentos poderiam para proveito da sociedade ser transformados em avarentos. Supondo-se então que 100 mil pessoas que hoje empregam 10 homens cada impedissem sua riqueza de ter qualquer uso é evidente que 1 milhão de trabalhadores de diferentes atividades seriam completamente excluídos de todo emprego. A extensa miséria que tal evento produziria no atual estágio da sociedade, o próprio Sr. Godwin dificilmente se recusaria a reconhecê-la, e pergunto se ele não encontraria nenhuma dificuldade em provar que uma atitude deste tipo tenderia, mais do que a atitude daqueles que gastam seus rendimentos, a “colocar os seres humanos na condição que eles devem ser colocados”.

O Sr. Godwin afirma, entretanto, que o avarento realmente não retém nada, que a questão não foi

corretamente entendida e que o verdadeiro desenvolvimento e a definição da natureza da riqueza não foram utilizados para elucidá-la. Portanto, tendo definido a riqueza muito corretamente como sendo as mercadorias criadas e desenvolvidas pelo trabalho humano, ele observa que o avarento não retém trigo, nem bois, nem roupas, nem casas. Sem dúvida, ele realmente não retém nesses artigos, mas retém na capacidade de produzi-los, o que é virtualmente a mesma coisa. Esses bens são certamente usados e consumidos por seus contemporâneos, na verdade e em proporção tal como se ele fosse um mendigo, mas não em proporção tão grande como se ele tivesse usado suas riquezas em explorar mais terras, em criar mais bois, em empregar mais alfaiates e em construir mais casas. Entretanto, admitindo por um momento que a conduta do avarento não tendesse a impedir qualquer produção realmente útil, como farão todos aqueles que são despedidos do emprego para conseguir direitos que eles possam exibir a fim de lhes ser concedida uma parcela adequada do alimento e da roupa produzidos pela sociedade? Isto é uma dificuldade insuperável.

Estou totalmente pronto a concordar com o Sr. Godwin que há muito mais trabalho no mundo do que realmente é necessário e que, se as classes mais pobres da sociedade pudessem entrar num acordo entre elas próprias de nunca trabalhar mais do que seis ou sete horas por dia, as mercadorias essenciais ao bem estar humano poderiam sempre ser produzidas em quantidade tão grande como no presente. Entretanto, é praticamente impossível conceber que semelhante acordo pudesse ser firmado. Pelo princípio da população uns necessariamente passariam mais privação do que outros. Aqueles que tivessem família numerosa naturalmente ficariam desejosos de trocar mais duas

horas de seu trabalho por uma quantidade maior de alimentos. Como eles poderiam ser impedidos de fazer essa troca? Seria uma violação do primeiro e mais sagrado atributo que possui um homem tentar interferir no seu direito de controlar seu próprio trabalho, mediante instituições rígidas.

Por isso, até que o Sr. Godwin possa indicar algum plano prático segundo o qual o trabalho necessário de uma sociedade poderia ser dividido equitativamente, seus ataques contra o trabalho, se fossem considerados, certamente produziriam muito mais danos no presente, sem nos aproximarmos daquele estágio de igualdade aperfeiçoado para o qual ele dirige seu olhar como se fosse para sua estrela polar e que ele parece julgar que seria no presente nosso guia para definir a natureza e a tendência das ações humanas. Um navegante guiado por semelhante estrela polar corre o risco de naufrágio.

Talvez não haja nenhuma maneira possível de que a riqueza possa, em geral, ser utilizada de forma mais benéfica para um Estado e particularmente para suas classes mais pobres, como em desenvolver e tornar produtiva aquela terra que para um agricultor não atenderia à despesa do cultivo. O Sr. Godwin aplicou toda sua vigorosa eloquência em descrever o valor superior e a competência da personalidade que empregou o pobre deste modo, em comparação com aquele que o empregou na produção de artigos de luxo de uso restrito; todo homem esclarecido deve ter aplaudido seus esforços. A crescente demanda de trabalho agrícola deve sempre tender a melhorar a condição do pobre; e se o aumento de trabalho fosse desse tipo, longe de ser verdade que os pobres seriam obrigados a trabalhar dez horas pelo mesmo preço que recebiam antes para trabalhar oito, o contrário é que seria a verdade; e um trabalhador deveria então sustentar sua esposa e filhos

com o trabalho de seis horas como antes ele os sustentaria pelo trabalho de oito.

O trabalho gerado pela produção de luxo, embora útil para distribuir a produção do país, sem corromper o proprietário pelo poder ou aviltar o trabalhador pela dependência, não tem, na verdade, os mesmos efeitos benéficos para a situação dos pobres. Um grande aumento de trabalho da parte dos manufatores, embora possa elevar o preço do trabalho mesmo mais do que uma crescente demanda de trabalho agrícola, ainda que neste caso a quantidade de alimento do país não possa ser proporcionalmente crescente, trará vantagem para os pobres apenas temporária, já que o preço das provisões deve necessariamente se elevar na proporção do preço do trabalho. Com relação a este assunto, não posso deixar de arriscar umas poucas observações sobre uma parte de A Riqueza das Nações do Dr. Adam Smith, falando ao mesmo tempo com aquela humildade que devo certamente sentir por discordar de uma pessoa tão merecidamente famosa no mundo político.

Capitulo XVI

O objetivo evidente da pesquisa do Dr. Adam Smith são a natureza e as causas da riqueza das nações. Entretanto, há uma outra pesquisa, talvez ainda mais interessante, que ele eventualmente anexa a ela; refiro-me a uma pesquisa das causas que influem na prosperidade das nações ou no bem-estar e no conforto das camadas mais pobres da sociedade, que é a classe mais numerosa em qualquer nação. Estou suficientemente seguro da íntima conexão desses dois assuntos e de que as causas que tendem a aumentar a riqueza de um Estado tendem também, falando genericamente, a aumentar a prosperidade das classes mais pobres da população. Contudo, talvez o Dr. Adam Smith tenha considerado aquelas duas pesquisas ainda tão mais intimamente ligadas do que realmente são; pelo menos ele não se deteve em observar aquelas situações em que a riqueza de uma sociedade pode aumentar (de acordo com sua definição de riqueza) sem apresentar nenhuma tendência em aumentar as comodidades da sua parcela formada pelos trabalhadores. Não pretendo entrar numa discussão filosófica acerca do que constitui a perfeita prosperidade do homem, mas simplesmente levarei em consideração dois componentes universalmente reconhecidos: a saúde e o domínio sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais.

Pouca ou nenhuma dúvida pode existir de que os confortos materiais dos pobres que trabalham[12] dependem do crescimento dos fundos destinados à manutenção do trabalho e serão exatamente em proporção à rapidez desse crescimento. A demanda de

trabalho que semelhante crescimento provocaria, por criar uma concorrência no mercado, deve necessariamente elevar o valor do trabalho e, até que o necessário número complementar de trabalhadores fosse formado, os fundos aumentados seriam divididos pelo mesmo número de pessoas que havia antes do crescimento e, por isso, todo trabalhador viveria relativamente com facilidade. Talvez, entretanto, o Dr. Adam Smith se equivoque ao representar todo aumento de renda ou de capital de uma sociedade como um aumento desses fundos. Tal excedente de capital ou de renda, na verdade, sempre será considerado pelo seu possuidor individual como um fundo suplementar pelo qual ele pode manter mais trabalho; contudo, ele não será um fundo real e eficaz para a manutenção de um número suplementar de trabalhadores, a menos que o todo ou pelo menos uma grande parte desse aumento do capital ou da renda da sociedade seja convertido numa quantidade proporcional de provisões, e não será assim tão facilmente convertido onde o aumento tenha surgido do produto do trabalho simplesmente e não do produto da terra. Ocorrerá nesse caso uma distinção entre o número de trabalhadores que o capital da sociedade pode empregar e o número que seu território pode sustentar.

Far-me-ei entender por um exemplo. O Dr. Adam Smith explica que a riqueza de uma nação consiste na produção anual de sua terra e de seu trabalho. Essa definição inclui evidentemente a produção manufatureira, bem como a produção da terra. Então, admitindo-se que uma nação, durante o período de alguns anos, estava agregando o que poupava de sua renda anual ao seu capital manufatureiro, exclusivamente, e não a seu capital investido na terra, é evidente que ela poderia ficar mais rica de acordo com a

definição acima, sem ter o poder de sustentar um número maior de trabalhadores e, por esse motivo, sem um aumento dos fundos reais para a manutenção do trabalho. Entretanto, haveria uma demanda de trabalho por causa do poder que cada manufator possuiria — ou que, ao menos, julgasse possuir — de estender ao comércio seu capital anterior ou de empreender novas obras. Essa demanda, naturalmente, elevaria o preço do trabalho, mas se o estoque anual de provisões do país não estivesse aumentando, essa elevação logo voltaria a ser simplesmente nominal, pois o preço das provisões necessariamente se elevaria com ela. A demanda de trabalhadores manufatureiros, na verdade, poderia atrair muitos da agricultura, e, assim, diminuir a produção anual da terra, mas admitiremos que qualquer efeito desse tipo seja compensado pelos aperfeiçoamentos dos instrumentos agrícolas e por isso a quantidade de provisões permaneça a mesma. Ocorreriam naturalmente aperfeiçoamentos nas máquinas usadas nas manufaturas, e essa circunstância, acrescida ao maior número de trabalhadores empregados em manufaturas, faria com que a produção anual do trabalho do país crescesse muito em seu conjunto. Por essa razão, a riqueza do país estaria aumentando anualmente, segundo a definição, e não teria, talvez, um crescimento muito vagaroso.

O problema é saber se a riqueza, crescendo desse modo, apresenta alguma tendência em melhorar a condição dos pobres que trabalham. É uma proposição evidente por si mesma que toda elevação geral do preço do trabalho, permanecendo o mesmo estoque de provisões, somente pode ser uma elevação nominal, já que deve muito rapidamente ser acompanhada de uma elevação proporcional das provisões. Por isso, o aumento do preço do trabalho, que admitimos, teria pouco ou

nenhum efeito em dar aos pobres que trabalham maior domínio sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais. Nesse aspecto eles ficaram particularmente na mesma situação que antes. Num outro aspecto, eles ficariam numa situação pior. A maior parte deles seria empregada nas manufaturas e a menor, consequentemente, na agricultura. E essa troca de ocupações, segundo penso, será reconhecida por todos como bastante desfavorável com relação à saúde, elemento fundamental da prosperidade, ao que se acrescenta maior incerteza do trabalho manufatureiro, decorrente das inclinações caprichosas do homem, das circunstâncias de guerra e outras causas.

Talvez se possa dizer que o exemplo que apresentei não ocorreria porque a elevação do preço das provisões teria imediatamente canalizado algum capital suplementar para o setor da agricultura. Mas é um acontecimento que pode ocorrer muito lentamente — como deve ser observado —, o fato de uma elevação do preço do trabalho preceder à elevação das provisões e, por isso, dificultaria os efeitos positivos na agricultura, os quais poderiam, por outro lado, ter sido provocados pelo valor aumentado do produto da terra.

Poder-se-ia também dizer que o capital suplementar da nação lhe possibilitaria importar provisões suficientes para o sustento daqueles que seu capital deve empregar. Um pequeno país com uma grande frota e grandes recursos internos para transporte, tal como a Holanda, pode, na verdade, importar e distribuir uma quantidade adequada de provisões; o preço destas será, porém, muito elevado para fazer com que importação e distribuição atendam a grandes países menos vantajosamente situados nesse aspecto.

Um exemplo exatamente igual ao que apresentei pode talvez não ter ainda ocorrido, mas tenho poucas dúvidas de que exemplos muito semelhantes a ele podem ser encontrados sem nenhuma pesquisa muito trabalhosa. Na verdade estou fortemente inclinado a pensar que a própria Inglaterra, desde a Revolução, ofereça uma notável explicação do argumento em questão.

O comércio desse país, tanto interno como externo, foi de fato evoluindo rapidamente durante o último século. O valor de troca no mercado da Europa do produto anual de sua terra e do seu trabalho cresceu, sem dúvida, muito acentuadamente. Entretanto, ao se analisar o caso, verificar-se-á que o crescimento foi principalmente do produto do trabalho e não do produto da terra e, por isso, embora a riqueza da nação fosse se desenvolvendo num ritmo rápido, os fundos adequados para a manutenção do trabalho foram crescendo muito lentamente e o resultado é tal qual podia ser esperado. A riqueza crescente da nação tem apresentado pouca ou nenhuma tendência para melhorar a condição dos pobres que trabalham. Eles não têm, creio eu, domínio maior sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais, e uma parte deles, muito maior do que na época da revolução, era empregada em manufaturas e amontoada em quartos pequenos e insalubres.

Se pudéssemos acreditar na afirmação do Dr. Price de que a população da Inglaterra tem decrescido desde a Revolução, concluiríamos que os fundos adequados para a manutenção do trabalho estiveram diminuindo durante o crescimento da riqueza nos outros aspectos. Porque admito que se pode estabelecer como regra geral que, se os fundos adequados para a manutenção do trabalho estão crescendo, isto é, se o território pode manter, tanto como o capital pode empregar, um maior número de trabalhadores, este número suplementar se elevará

rapidamente mesmo a despeito das guerras a que o Dr. Price se refere. E, consequentemente, se a população de algum país tem permanecido estacionária ou tem diminuído, podemos seguramente concluir que, apesar de ter ela aumentado sua riqueza na atividade manufatureira, seus fundos efetivos para a manutenção do trabalho não podem ter crescido.

É difícil, contudo, admitir que a população da Inglaterra esteve diminuindo desde a Revolução, embora toda comprovação concorra para provar que esse crescimento, se ele ocorreu, foi muito lento. Na polêmica que a questão provocou, o Dr. Price, sem dúvida, mostrou ser muito mais perfeitamente senhor de seu assunto e possuir mais informações precisas do que seus oponentes. Considerando simplesmente e a partir dessa polêmica, penso que se diria que o ponto de vista do Dr. Price está mais fácil de ser demonstrado do que o do Sr. Howlett. A verdade, provavelmente, fica entre as duas afirmações, mas essa suposição faz com que o crescimento da população, desde a Revolução, tenha sido muito lento, em comparação com o aumento da riqueza.

Poucos estarão dispostos a acreditar que o produto da terra esteve decrescendo ou mesmo que ficou totalmente estacionário no último século. O cercamento das terras comunais e das terras abandonadas certamente fez aumentar o alimento no país, mas foi afirmado com segurança que o cercamento dos campos comunais tem tido, frequentemente, um efeito contrário, e que os grandes tratos de terra que antigamente produziam grandes quantidades de trigo, ao serem transformados em pastagem, tanto empregam menos braços como alimentam menos bocas do que antes de seu cercamento. É certamente uma verdade reconhecida que a terra de pastagem produz uma quantidade menor

de meios de subsistência humanos do que a terra de trigo da mesma fertilidade natural, e pode ser claramente determinado que, pelo aumento da demanda de carne de açougue da melhor quantidade e, consequentemente, pelo aumento de seu preço, sendo usada anualmente extensão maior de terra fértil como pastagem, a diminuição dos meios de subsistência humanos, que essa circunstância provocaria, poderia ter equilibrado as vantagens decorrentes do cercamento das terras abandonadas e o aperfeiçoamento geral da agricultura.

Certamente não precisamos assinalar que o alto preço da carne de açougue atualmente, e seu baixo preço no passado, não foram provocados pela escassez num caso e pela abundância no outro, mas pelos diferentes custos mantidos nos períodos distintos, ao preparar o gado para o mercado. Contudo, é possível que tenha havido no país mais gado cem anos atrás do que atualmente; mas não resta nenhuma dúvida de que há muito mais carne de qualidade superior levada hoje para o mercado do que já houve. Quando o preço da carne de açougue estava muito baixo, o gado era criado principalmente em terras abandonadas, e, exceto para alguns mercados principais, era provavelmente abatido apenas depois de pouca engorda. A carne de vitela, que é vendida tão barata no presente em alguns condados distantes, apresenta pouca semelhança, além do nome, com aquela que é vendida em Londres. Antigamente o preço da carne de açougue não compensaria a criação do gado e mal daria para alimentá-lo na terra que corresponderia ao cultivo; mas o atual preço não somente recompensará pela engorda do gado em terras muito melhores, mas permitirá mesmo criar mais, em terras que dariam boas colheitas de trigo. O mesmo número de cabeças de gado ou o mesmo peso do gado em diferentes períodos, quando abatido, terá

consumido (se posso me permitir a expressão) quantidades muito diferentes dos meios de subsistência humanos. Um animal engordado pode, em alguns aspectos, ser considerado, na linguagem dos economistas franceses, um trabalhador improdutivo: ele não acrescentou nada ao valor do produto bruto que consumia. O atual sistema de pastagem, sem dúvida, contribui mais do que o antigo sistema para diminuir a quantidade dos meios de subsistência humanos no país, relativamente à fertilidade geral da terra.

De nenhuma forma eu pretenderia afirmar que o sistema antigo podia ou devia ter continuado. O crescente preço da carne de açougue é uma consequência natural e inevitável do impulso geral do cultivo; entretanto, não posso deixar de pensar que a grande demanda atual de carne de boa qualidade e a quantidade de terra fértil que, em consequência, é anualmente utilizada para produzi-la, juntamente com o grande número de cavalos mantidos atualmente para recreação, são as principais causas que impediram que a quantidade de alimento humano do país acompanhasse o aumento geral da fertilidade do solo; e tenho pouca dúvida de que uma mudança de hábito a esse respeito teria um efeito muito sensível sobre a quantidade de meios de subsistência do país e, consequentemente, sobre sua população.

O uso de maior quantidade de terra mais fértil como pastagem, os aperfeiçoamentos dos instrumentos agrícolas, o aumento das grandes propriedades rurais e especialmente a diminuição do número de pequenos agricultores por todo o reino — tudo concorre para demonstrar que não existem, provavelmente, tantas pessoas empregadas em trabalho agrícola hoje como na época da Revolução. Por essa razão, qualquer crescimento da população que tenha ocorrido será

empregado quase totalmente nas manufaturas, e é bem sabido que o fracasso de algumas delas, simplesmente por causa do capricho da moda, tais como a adoção de musselina em vez de seda, ou de cordões de sapato e botões cobertos no lugar de fivelas e botões de metal, juntamente com as restrições do mercado de trabalho decorrentes da corporação e das leis dos pobres, frequentemente levaram milhares à procura do sustento da caridade. O grande crescimento da porcentagem de pobres é, na verdade, por si mesmo, a forte evidência de que os pobres não têm mais domínio sobre os bens necessários e sobre os confortos materiais, e, se acrescentarmos ao fato de sua condição, neste aspecto, tender mais para pior do que para melhor, a circunstância de que uma parte maior deles é empregada em grandes manufaturas que prejudicam tanto a saúde como a virtude, deve-se reconhecer que o aumento da riqueza dos últimos anos não teve nenhuma tendência para aumentar a felicidade dos pobres que trabalham.

O fato de que todo aumento do capital ou da renda de uma nação não pode ser considerado como um aumento dos fundos reais para a manutenção do trabalho e, por isso, não pode ter o mesmo bom efeito sobre a condição dos pobres, aparecerá mais claramente se o argumento for aplicado à China.

O Dr. Adam Smith nota que a China provavelmente tem sido por muito tempo tão rica quanto possibilita a natureza de suas leis e instituições, mas, com outras leis e instituições, e se o comércio exterior estivesse em crédito, ela poderia ainda ser muito mais rica. A questão que se coloca é: tal crescimento da riqueza seria um crescimento dos fundos reais para a manutenção do trabalho e, consequentemente, contribuiria para colocar

as classes mais pobres da população da China num estado de maior fartura?

É evidente que, se os negócios do comércio exterior fossem mantidos numa alta posição na China, pelo grande número de trabalhadores e pelo baixo preço do trabalho, ela poderia aumentar a produção das manufaturas para venda externa até atingir um grande volume. É igualmente evidente que, por causa do grande vulto das provisões e da espantosa extensão de seu território, ela não poderia, em contrapartida, importar um volume tal que representasse um acréscimo sensível ao estoque anual de meios de subsistência do país. Portanto, ela trocaria de preferência sua imensa quantidade de manufaturados por artigos de luxo provenientes de todas as partes do mundo. Atualmente, parece que nenhum trabalho, qualquer que seja, é economizado na produção de alimento. O país é superpovoado mais em razão do que seu capital pode empregar e a mão-de-obra é, por isso, tão abundante que nenhum esforço é feito para reduzi-la. A consequência disso é, provavelmente, a produção máxima de alimento que o solo tem a possibilidade de oferecer, porque será geralmente observado que os processos para reduzir a mão-de-obra, embora possam permitir a um agricultor levar ao mercado uma quantidade mais barata de cereais, contribuem mais para diminuir do que para aumentar a produção em geral; e podem ser considerados por isso, na agricultura, em alguns aspectos, mais como vantagens privadas do que pública.

Um enorme capital não pode ser empregado na China em preparar manufaturados para o mercado exterior sem retirar da agricultura tantos trabalhadores de modo a alterar esse estado de coisas e, em certa medida, diminuir a produção do país. A demanda de

trabalhadores na atividade manufatureira naturalmente elevaria o preço do trabalho, mas, como a quantidade de meios de subsistência não seria aumentada, o preço das provisões acompanharia seu ritmo ou aumentaria ainda mais, caso a quantidade de provisões fosse realmente decrescendo. O país cresceria evidentemente em riqueza, o valor de troca da produção anual de sua terra e de seu trabalho seria aumentado anualmente, ainda que os fundos reais para a manutenção do trabalho permanecessem estacionários, ou mesmo decrescentes e, consequentemente, a riqueza crescente da nação contribuiria mais para abaixar do que para elevar a condição dos pobres. Com relação ao domínio sobre os bens necessários e os confortos materiais, os pobres ficariam no mesmo estado que antes, ou mesmo pior, e grande parte deles trocaria os trabalhos saudáveis da agricultura pelas ocupações insalubres da atividade manufatureira.

Talvez a argumentação pareça mais clara quando aplicada à China, porque é comumente admitido que a riqueza do país foi por muito tempo estável. Com relação a qualquer outro país poderia ser sempre um tema controvertido saber em qual dos dois períodos comparados a riqueza estava crescendo mais rápido; visto que é da rapidez do crescimento da riqueza em um determinado período que o Dr. Adam Smith afirma depender a condição dos pobres. Entretanto, é evidente que duas nações poderiam crescer exatamente com a mesma rapidez no valor de troca da produção anual de sua terra e do seu trabalho; mas, se uma tivesse se dedicado principalmente à agricultura e a outra especialmente ao comércio, os fundos para a manutenção do trabalho e, consequentemente, o efeito do crescimento da riqueza de cada nação seriam extremamente diferentes. Naquela que tinha se dedicado

principalmente à agricultura, os pobres viveriam em grande fartura e a população cresceria rapidamente. Naquela que tinha se dedicado especialmente ao comércio, os pobres seriam comparativamente apenas um pouco beneficiados e em consequência a população cresceria lentamente.

Capitulo XVII

Parece surgir naturalmente aqui a questão de saber se o valor de troca do produto anual da terra e do trabalho é a definição adequada da riqueza de um país ou se o produto bruto da terra, de acordo com os economistas franceses, não poderia ser uma definição mais exata. Certo é que todo aumento da riqueza, de acordo com a definição dos economistas, será um aumento dos fundos para a manutenção do trabalho e, consequentemente, sempre tenderá a melhorar a condição dos pobres que trabalham, embora um aumento da riqueza, de acordo com a definição do Dr. Adam Smith, em absoluto terá invariavelmente a mesma tendência. E, entretanto, não se pode concluir dessa consideração que a definição do Dr. Adam Smith não seja correta. Sob muitos aspectos parece errado excluir o vestuário e a moradia de todo um povo de alguma parte de seu rendimento. Na verdade, muitas dessas coisas podem ser de valor bem desprezível e insignificante em comparação com o alimento do país; entretanto, isso pode ser considerado uma parcela de seu rendimento, e, portanto, o único ponto no qual eu discordaria do Dr. Adam Smith é aquele em que ele parece considerar todo aumento do rendimento ou do capital de uma sociedade como um aumento dos fundos para a manutenção do trabalho, consequentemente, como servindo sempre para melhorar a condição dos pobres.

As sedas e os tecidos de alta qualidade, as rendas e outros artigos ornamentais de luxo de um país rico podem contribuir muito consideravelmente para o aumento do valor de troca de seu produto anual; mas eles contribuem apenas numa medida muito pequena

para o aumento quantitativo da prosperidade da sociedade e me parece que é com vistas à real utilidade do produto que devemos calcular a produtividade ou improdutividade de diferentes tipos de trabalho. Os economistas franceses consideram improdutivo todo trabalho empregado nas manufaturas. Comparando-o com o trabalho empregado na terra, eu estaria perfeitamente disposto a concordar com eles, mas não exatamente pelas razões que eles dão. Os economistas franceses afirmam que o trabalho empregado na terra é produtivo porque o produto, além de pagar totalmente o trabalhador e o agricultor, dá um rendimento líquido ao proprietário da terra, e que o trabalho empregado numa peça de renda é improdutivo porque simplesmente repõe as provisões que o trabalhador tinha consumido e o capital do seu empregador, sem dar nenhum rendimento líquido, qualquer que seja. Contudo, admitindo-se que o valor da renda trabalhada seja tal que, além de pagar o trabalhador e seu empregador da forma mais completa, possa dar um rendimento líquido a uma terceira pessoa, me parece que, em comparação com o trabalho empregado na terra, seria ainda tão improdutivo como nunca. Embora concordando com o raciocínio usado pelos economistas franceses, o homem empregado na manufatura de rendas, nesse caso, pareceria ser um trabalhador produtivo; mas, em conformidade com sua definição da riqueza de um Estado, ele não deve ser considerado desse ponto de vista. Ele nada agregou ao produto bruto da terra; ele consumiu uma parcela desse produto bruto e deixou um pouco de renda em troca; e, embora ele possa vender essa renda por três vezes a quantidade de provisões que ele consumiu no lapso de tempo em que a estava produzindo e, então, se tornar um trabalhador muito produtivo com relação a si mesmo, ele não pode ser considerado como tendo contribuído, por seu trabalho, com alguma parcela essencial para a

riqueza do Estado. Portanto, a renda líquida que um determinado produto pode oferecer, depois de pagar seus gastos de produção, não parece ser o único critério pelo qual se julga a produtividade ou improdutividade para um Estado por parte de qualquer tipo particular de trabalho.

Admita-se que 200 mil homens, que estão hoje empregados em produzir mercadorias manufaturadas que somente contribuem para satisfazer a ostentação de algumas pessoas ricas, fossem empregados em algumas terras áridas e incultas e, para produzir somente a metade da quantidade de alimento que eles próprios consumiam, eles seriam trabalhadores ainda mais produtivos, em relação ao Estado, do que eram anteriormente, embora seu trabalho, longe de dar rendimento a uma terceira pessoa, reporia apenas parcialmente as provisões utilizadas na obtenção do produto. No seu emprego anterior eles consumiram uma determinada parcela da produção de alimento do país e deixaram em troca algumas sedas e rendas. No seu último emprego eles consumiram a mesma quantidade de alimento e deixaram em troca provisões para 100 mil homens. Pode haver pouca dúvida sobre qual dos dois legados seria o mais benéfico para o país e, penso eu, será reconhecido que aquela riqueza que sustenta 200 mil homens durante o tempo em que eles estavam produzindo sedas e rendas teria sido mais proveitosamente empregada em sustentá-los enquanto eles estavam produzindo a quantidade suplementar de alimento.

Um capital empregado na terra pode ser improdutivo para o indivíduo que o emprega e, entretanto, altamente produtivo para a sociedade. Ao contrário, um capital empregado no comércio pode ser altamente produtivo para o indivíduo e, entretanto, quase totalmente

improdutivo para a sociedade; e essa é a razão pela qual eu chamaria improdutivo o trabalho das manufaturas, em comparação com o trabalho empregado na agricultura e não por causa da razão dada pelos economistas franceses. Na verdade, é quase impossível ver as grandes fortunas que são feitas no comércio e a prodigalidade em que vivem tantos comerciantes e ainda concordar com a afirmação dos economistas de que os manufatores somente podem enriquecer ao se privarem dos fundos destinados à sua sustentação. Em vários ramos do comércio os lucros são tão grandes que propiciariam uma renda líquida a uma terceira pessoa, mas como não há uma terceira pessoa no caso e como todos os lucros se concentram no proprietário da manufatura, ou comerciante, ele parece ter uma grande chance de se enriquecer sem muita privação; e, consequentemente, vemos imensas fortunas conseguidas no comércio por pessoas que não foram conhecidas por seu espírito de economia.

A experiência diária prova que o trabalho empregado no comércio e nas manufaturas é suficientemente produtivo para os indivíduos, mas certamente não é produtivo, na mesma medida, para o Estado. Todo aumento da produção de alimento de um país contribui para o benefício imediato de toda a sociedade, mas as fortunas feitas no comércio contribuem apenas de maneira remota e precária para o mesmo fim e, em certos aspectos, têm uma tendência contrária. O comércio interno dos gêneros de consumo é incontestavelmente o mais importante de qualquer nação. A China é o país mais rico do mundo sem qualquer outro comércio. Colocando então, por um momento, o comércio exterior fora da questão, o homem que, por meio de uma manufatura engenhosa, consegue uma parte em dobro além do antigo estoque de

provisões, certamente não será tão útil para o Estado como o homem que, por meio de seu trabalho, agrega uma única parte ao estoque anterior. Os artigos de consumo de seda, rendas, bijuterias e mobílias caras são, sem dúvida, uma parcela do rendimento da sociedade, mas são somente o rendimento do rico e não da sociedade em geral. Um aumento nessa parcela da renda de um Estado não pode, por essa razão, ser considerado da mesma importância que um aumento da produção de alimento, que constitui o principal rendimento da grande massa do povo.

O comércio exterior contribui para a riqueza de um Estado, de acordo com a definição do Dr. Adam Smith, embora não de acordo com a definição dos economistas. Sua principal utilidade e provavelmente a razão pela qual ele tem sido mantido em tão alta consideração é que ele aumenta enormemente o poder externo de uma nação ou o seu poder de controle sobre o trabalho de outros países; mas verificaremos, numa análise mais rigorosa, que ele contribui apenas um pouco para o aumento dos fundos internos para a manutenção do trabalho e, consequentemente, contribui apenas um pouco para a prosperidade da maior parcela da sociedade. Na evolução natural de um Estado com vistas às riquezas, as manufaturas e o comércio exterior seguiriam, em sua ordem, o intenso cultivo da terra. Na Europa, essa ordem natural das coisas foi invertida e a terra tem sido cultivada com o capital excedente das manufaturas, em vez das manufaturas se originarem do capital excedente empregado na terra. O exagerado estímulo que foi dado à atividade das cidades e o consequente preço mais elevado que é pago pelo trabalho dos artífices, em relação ao trabalho daqueles empregados na agricultura, são, provavelmente, as razões pelas quais tanta terra permanece inculta na Europa. Se fosse seguida uma

política diferente em toda a Europa, sem dúvida, ela poderia ter sido muito mais populosa do que atualmente, e contudo seria mais sobrecarregada por sua população.

Não posso abandonar esse interessante tema acerca da dificuldade decorrente da população — um tema que me parece merecer uma minuciosa análise e possibilitar a discussão muito além da minha capacidade para fazê-lo —, sem mencionar uma extraordinária passagem de *Observations*, obra em dois volumes do Dr. Price. Tendo dado algumas tabelas sobre as probabilidades de vida nas cidades e no interior, ele afirma que:

> "Por essa comparação se vê com quanta verdade as grandes cidades merecem o título de túmulo da humanidade. Ela também convence a todos os que a consideram de que, conforme a observação do final do quarto ensaio do volume I, não é de modo algum inteiramente correto julgar nossos males como um desígnio original da natureza. Eles geralmente são, sem dúvida, criados por nós mesmos. *Se houvesse um país em que os habitantes vivessem suas vidas de forma completamente natural e virtuosa, poucos entre eles morreriam sem completar todo o período da atual existência concedido a eles; o sofrimento e as doenças seriam desconhecidos, para eles, a morte lhes viria como um sono, apenas em consequência de um declínio gradual e inevitável e não de nenhuma outra causa*".

Confesso que me sinto obrigado a tirar uma conclusão muito diferente dos fatos apresentados nos dois volumes do Dr. Price. Por um certo tempo eu estava ciente de que a população e o alimento crescem em progressões diferentes e esteve pairando sobre meu espírito a vaga ideia de que ambos somente poderiam se manter iguais por meio de alguma forma de miséria ou de vício, mas a

leitura atenta dos dois volumes de *Observations* do Dr. Price, depois que aquele juízo foi concebido, evoluiu rapidamente para a convicção. Com tantos fatos à vista para provar a extraordinária rapidez com que a população cresce quando não controlada e tendo diante de si tal conjunto de evidências para se esclarecer, até mesmo a maneira pela qual as leis gerais da natureza reprimem uma população excessiva, é-me totalmente inconcebível como ele poderia escrever a passagem que citei. Ele era um ardoroso defensor dos casamentos prematuros como a melhor defesa contra os hábitos viciosos. Ele não tinha nenhuma concepção fantasiosa a respeito da extinção da paixão entre os sexos, tal como o Sr. Godwin, nem jamais pensou em evitar a dificuldade dos caminhos sugeridos pelo Sr. Condorcet. Ele fala frequentemente em dar às forças produtivas da natureza espaço para se manifestarem. Embora tendo essas ideias, o fato de que sua concepção pudesse escapar à conclusão óbvia e necessária de que uma população não controlada cresceria, além da comparação, mais rapidamente do que a quantidade de alimento que a terra poderia produzir para seu sustento, mediante os esforços mais bem orientados do homem, parece-me tão surpreendente como se ele tivesse se oposto à conclusão das proposições mais claras de Euclides.

O Dr. Price, falando dos diferentes estágios do Estado civilizado, afirma que:

> “Os primeiros e mais simples estágios da civilização são os que mais favorecem o crescimento e a prosperidade da humanidade”.

Então, ele dá como exemplo as colônias americanas, que estariam naquele tempo no primeiro e mais feliz dos estágios que ele descreveu, e ofereciam uma prova muito notável dos efeitos dos diferentes estágios da

civilização sobre a população. Entretanto, ele não parece estar seguro de que a prosperidade dos americanos dependeria muito menos do seu particular grau de civilização do que da peculiaridade de sua situação, como colônias novas, do fato de terem elas uma grande quantidade de terra fértil não cultivada. Em regiões da Noruega, da Dinamarca ou da Suécia ou deste país, duzentos ou trezentos anos atrás, ele pode ter encontrado talvez, aproximadamente, o mesmo grau de civilização, mas, de nenhuma forma, a mesma prosperidade ou o mesmo crescimento de população. Ele próprio cita um estatuto de Henrique VIII, apresentando queixa do declínio da agricultura e do elevado preço das provisões “pelo que um fantástico número de pessoas se tornou incapaz de sustentar a si e a suas famílias”. O elevado grau de liberdade civil que predominou na América contribuiu, sem dúvida, com sua parcela para estimular a atividade econômica, a prosperidade e o povoamento daqueles Estados, mas, mesmo a liberdade civil tão poderosa como é, não criará terras novas. Os americanos, pode-se dizer, talvez, gozam de um maior grau de liberdade civil — hoje eles são um povo independente — do que quando estavam sujeitos à Inglaterra, mas podemos estar perfeitamente certos de que a população não continuou a crescer por muito tempo com a mesma rapidez como crescia então.

Uma pessoa que considerou o estado feliz das classes mais baixas da população da América, vinte anos atrás, naturalmente desejaria conservá-las para sempre nesse estado, e tal pessoa imaginaria talvez que, ao impedir a introdução das manufaturas e de artigos de luxo, poderia conseguir seu objetivo, mas acharia razoável evitar que uma esposa ou dona de casa envelhecesse por nunca se expor ao sol e ao ar. A situação das novas colônias bem governadas é um viço da juventude que nenhum esforço

pode deter. Na verdade, existem muitos modos de tratamento do corpo político, bem como do corpo animal, que contribuem para acelerar ou retardar a chegada da idade, mas não existe nenhuma esperança de sucesso de que algum processo possa ser inventado para manter um desses corpos em permanente juventude. Por estimular a atividade econômica nas cidades mais do que no campo, a Europa talvez tenha sido levada a uma velhice prematura. Uma política diferente com relação a isso infundiria vida e vigor novos em qualquer Estado. Enquanto, por causa da lei da primogenitura e outros costumes europeus, a terra possuir um preço de monopólio, um capital nunca será empregado nela com muita vantagem para o indivíduo; e, por isso, não é provável que a terra seja cultivada adequadamente. E, embora deva existir em todo Estado civilizado uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores, haveria sempre uma permanente vantagem de uma maior equalização da propriedade. Quanto maior o número de proprietários, menor deve ser o número de trabalhadores; uma parcela maior da sociedade estaria na feliz condição de possuir propriedade e uma menor parcela na infeliz condição de não possuir nenhuma propriedade senão seu trabalho. Entretanto, embora os esforços mais bem orientados possam aliviar a pressão da miséria, nunca poderão eliminá-la, e será difícil para qualquer pessoa, que considera a verdadeira situação do homem na Terra e as leis gerais da natureza, admitir que seja possível que todos os mais esclarecidos esforços podem colocar a humanidade numa condição em que

> “poucos morreriam sem completar todo o período da atual existência concedido a eles; em que o sofrimento e as doenças seriam desconhecidos para eles; e a morte lhes viria como um sono, em

consequência de um declínio gradual e inevitável e não de nenhuma outra causa".

É, sem dúvida, muito desanimador pensar que o grande obstáculo no caminho para qualquer aperfeiçoamento maior da sociedade é de tal natureza que nós não podemos nunca ter esperança de vencê-lo. A tendência permanente da espécie humana de crescer além dos meios de subsistência é uma das leis gerais da natureza viva que não temos nenhum motivo para crer que mudará. Entretanto, deve ser tão desestimulante a meditação dessa dificuldade para aqueles cujos esforços são louvavelmente dirigidos para o aperfeiçoamento da espécie humana, que é evidente que nenhum proveito possível pode resultar de quaisquer empenhos para omiti-la ou mantê-la em último plano. Pelo contrário, podem-se esperar os mais maléficos danos da conduta não viril de não ousar enfrentar a verdade porque é desagradável. Independentemente do que refere esse grande obstáculo, muito resta ainda a ser feito para a humanidade de modo a nos estimular ao esforço mais incansável. Contudo, se procedemos sem um conhecimento completo e uma compreensão profunda da natureza, da extensão e da magnitude das dificuldades que devemos encontrar, ou se dirigimos imprudentemente nossos esforços para um objeto no qual não podemos esperar sucesso, não apenas esgotaremos nossa energia em esforços inúteis e ficaremos à mesma grande distância que antes do máximo de nossos desejos, mas também seremos permanentemente esmagados pelas sucessivas quedas desta rocha de Sísifo.

Capitulo XVIII

A perspectiva da vida humana que resulta da observação da constante pressão da miséria sobre o homem, causada pela dificuldade da subsistência, ao mostrar a pequena expectativa que ele realmente pode nutrir acerca de sua perfectibilidade na terra, parece enfatizar acentuadamente suas esperanças no futuro. E as tentações a que o homem necessariamente fica exposto por causa da atuação daquelas leis da natureza que estivemos analisando parecem representar o mundo do ponto de vista em que ele foi frequentemente considerado, como uma etapa de provação e uma escola de virtude preparatória a um estágio mais elevado de felicidade. Entretanto, espero ser perdoado se tentei dar uma visão em certa medida diferente da situação do homem na terra, que me parece ser mais coerente com os vários fenômenos da natureza que observamos em torno de nós e mais de acordo com nossas ideias do poder, da bondade e da presciência da Divindade.

Não se pode considerar um exercício inútil para a mente humana o esforço de “reivindicar os caminhos de Deus para o homem” se procedemos com a devida desconfiança quanto a nossos próprios conhecimentos e com a exata percepção de nossa própria deficiência para compreender a razão de tudo que vemos, se saudamos cada rio de luz com gratidão e, quando não surge nenhuma luz, pensamos que a escuridão é originada de dentro e não de fora, e nos curvamos com humilde deferência para com a superior sabedoria daquele cujos “pensamentos estão acima de nossos pensamentos”, “como os céus estão acima da terra”.

Contudo, em nossas frágeis tentativas de “conhecer o Todo-Poderoso em sua plenitude”, parece absolutamente necessário raciocinar a partir da natureza para a natureza de Deus e não querer raciocinar de Deus para a natureza. Desde o momento em que nós nos permitimos perguntar por que algumas coisas não são de outro modo, em vez de nos esforçarmos para explicá-las como são, nunca saberemos onde parar e seremos conduzidos aos absurdos mais clamorosos e pueris; todo progresso do conhecimento dos caminhos da Providência necessariamente chegarão a um fim e a própria aplicação ao estudo deixará de ser um exercício proveitoso para a mente humana. O Poder Infinito é numa ideia tão imenso e ininteligível que a mente do homem fica necessariamente perplexa na sua contemplação. Conforme as concepções grosseiras e pueris que algumas vezes formamos desse atributo da Divindade, podemos imaginar que Deus pode dar vida a miríades e miríades de seres, todos isentos de sofrimento e imperfeição, todos notáveis em bondade e sabedoria, todos capazes de desfrutar das mais elevadas condições, sendo incontáveis como os pontos dispersos pelos espaços infinitos. Mas quando, deixando esses sonhos vãos e extravagantes da fantasia, voltamos nossos olhos para o livro da natureza, onde só podemos entender Deus como ele é, vemos uma série contínua de seres conscientes, aparentemente gerados de tantas partículas de matéria, evoluindo através de um longo e às vezes doloroso processo neste mundo, mas muitos deles atingindo, antes de seu fim, tão altas qualidades e poderes como parece indicar sua tendência para algum estágio superior. Devemos então retificar nossas ideias grosseiras e pueris acerca do Poder Infinito pela contemplação do que realmente vemos que existe? Podemos julgar o Criador apenas por sua criação? E a menos que desejemos exaltar o poder de Deus às custas

de sua bondade não devemos concluir que, mesmo para o Grande Criador, Todo-Poderoso como é, deve ser necessário um determinado processo, pode ser indispensável um certo tempo (ou pelo menos o que nos aparece como tempo) a fim de gerar seres com aquelas altas qualidades de espírito que os tornarão aptos para seus elevados fins?

Uma etapa de provação parece sugerir um ser previamente modelado que não corresponde à aparência do homem em sua infância e manifesta algo semelhante à incerteza e à falta de previsão incompatíveis com aquelas ideias que nutrimos sobre Ser Supremo. Por essa razão, eu estaria propenso, como sugeri antes em uma nota, a considerar o mundo e esta vida como o poderoso processo de Deus, não para a provação, mas para a criação e formação do espírito, um processo necessário para despertar a matéria inerte e caótica para a espiritualidade, para sublimar o pó da terra em alma, para extrair uma centelha etérea de um pedaço de argila. E deste ponto de vista, as várias influências e estímulos que o homem recebe durante sua vida podem ser considerados a mão modeladora de seu Criador, agindo por meio das leis gerais e despertando seu ser inerte, com os toques vivificantes da Divindade, para a possibilidade de desfrutar de uma condição privilegiada. O pecado original do homem é o entorpecimento e a corrupção da matéria caótica da qual se pode dizer que ele nasceu.

Não atenderia a nenhum objetivo útil abordar a questão de saber se o espírito é uma substância diferente da matéria ou apenas uma forma mais perfeita dela. A questão é, afinal, uma questão simplesmente de palavras. O espírito é essencialmente espírito formado da matéria ou de qualquer outra substância. Sabemos por experiência que a alma e o corpo estão muito

intimamente ligados, e toda evidência parece indicar que eles crescem juntos desde a infância. Seria uma hipótese dotada de pouca credibilidade julgar que exista em cada criança um espírito totalmente completo e formado, mas que estaria impedido e tolhido em suas ações durante os primeiros vinte anos de vida pela impotência, ou a obtusidade dos órgãos nos quais foi encerrado. Caso todos nós estejamos dispostos a concordar que Deus é o criador tanto do espírito como do corpo, e como ambos parecem se formar e desenvolver simultaneamente, não pode parecer incompatível com a razão e com a revelação, se parece compatível com os fenômenos da natureza, supor que Deus está constantemente ocupado em modelar o espírito fora da matéria e que as várias impressões que o homem recebe durante a sua vida é o processo para se atingir aquele objetivo. A tarefa é certamente digna dos mais altos atributos da Divindade.

Essa visão da condição do homem na terra não parecerá desprovida de probabilidade, julgando a partir da pouca experiência que temos da natureza do espírito, se verificarmos pela investigação que os fenômenos em torno de nós e os vários eventos da vida humana parecem especialmente apropriados para promover este grande objetivo, e particularmente se, nesta hipótese, podemos explicar, mesmo ao nosso estreito entendimento, muitas daquelas imperfeições e irregularidades da vida que o homem queixoso muito frequentemente converte em motivo de seu lamento contra o Deus da natureza.

Os primeiros grandes estimuladores do espírito parecem ser as necessidades do corpo.[13] Eles são os primeiros estimulantes que despertam o cérebro da criança para a atividade consciente e tal parece ser a inércia da matéria primitiva que, a não ser por uma especial continuidade dos estímulos, outras

necessidades, igualmente poderosas, são criadas, aqueles estimuladores parecem, mesmo posteriormente, ser necessários para dar prosseguimento àquela atividade que eles inicialmente provocaram. O selvagem dormitaria para sempre debaixo de sua árvore a não ser que fosse acordado de sua letargia pelos anseios da fome ou pelos tormentos do frio, e os esforços que ele faz para evitar esses males, procurando alimentos ou construindo uma cobertura, são os exercícios que formam e mantêm em movimento suas faculdades que, caso contrário, cairiam numa apática indolência. Por tudo que a experiência nos tem ensinado com relação à estrutura da mente humana, se aqueles estimulantes do esforço, que surgem das necessidades do corpo, fossem eliminados da humanidade em geral, teríamos muito mais razão para pensar que eles seriam reduzidos ao nível dos animais, por falta de estímulos, e não elevados à condição de filósofos pelo gozo do ócio. Naqueles países onde a natureza é mais exuberante em produtos naturais, os habitantes não serão os mais notáveis pela perspicácia do raciocínio. A necessidade foi chamada, com grande verdade, a mãe da invenção. Alguns dos mais nobres esforços do gênero humano foram postos em movimento pela exigência de satisfazer as necessidades do corpo. A necessidade tem, frequentemente, dado asas à imaginação do poeta, apontado os períodos fluentes do historiador e tem acrescentado profundidade às pesquisas do filósofo; e, embora existam, sem dúvida, no presente, muitos espíritos tão aperfeiçoados graças aos vários estímulos do conhecimento ou da solidariedade social que não voltariam a cair na indolência, se seus estimulantes físicos fossem eliminados, dificilmente seria posto em dúvida que aqueles estimulantes não pudessem ser retirados da humanidade em geral sem gerar uma

indolência geral e fatal, destruidora de todos os germes do aperfeiçoamento futuro.

Locke, se bem me lembro, afirma que o empenho para evitar o sofrimento, mais que a busca do prazer, é o grande estímulo para a ação na vida, e que, ao considerar algum prazer particular, nós não seremos despertados para a ação de consegui-lo, até que a sua expectativa continue por tanto tempo que atinja uma sensação de dor ou mal-estar com sua ausência. Evitar o mal e buscar o bem parece ser a grande função e o objetivo do homem e este mundo se revela especialmente concebido para proporcionar a oportunidade do mais incansável esforço dessa espécie, e por este esforço, por esses estímulos o espírito é modelado. Se a ideia de Locke é correta, e há grande motivo para pensar que seja, o mal parece ser necessário para produzir o esforço e o esforço parece, evidentemente, necessário para produzir o espírito.

A necessidade de alimento para o sustento da vida dá origem, provavelmente, a uma maior quantidade de esforço do que qualquer outra necessidade física ou mental. O Ser Supremo ordenou que a terra não produzirá alimento em grandes quantidades enquanto sobre ela não for exercido muito trabalho preliminar e muita habilidade. Não há nenhuma conexão lógica imaginável à nossa compreensão entre a semente e a planta ou a árvore que dela nasce. O Supremo Criador poderia, sem dúvida, fazer nascer plantas de todos os tipos para o uso de suas criaturas, sem o auxílio daqueles pequenos pedaços de matéria a que chamamos de semente, ou mesmo sem o auxílio do trabalho e da atenção do homem. Os métodos de lavrar e limpar a terra, de reunir e de semear as sementes não são certamente para a ajuda de Deus na sua criação, mas se tornam previamente necessários para desfrutar dos dons

da vida a fim de despertar o homem para a ação e formar seu espírito para o entendimento.

Foi ordenado que a população crescesse mais rapidamente que o alimento para fornecer os mais permanentes estímulos desse tipo e para levar o homem a apoiar os desígnios favoráveis da Providência por meio do pleno cultivo da terra. Essa lei geral (como apareceu nas partes anteriores deste ensaio) produz, sem dúvida, muitos danos parciais, mas talvez nos satisfaça uma pequena reflexão sobre uma grande abundância de bens que ela produz. Estímulos fortes parecem necessários para criar o esforço e orientá-lo e para formar a faculdade da razão, e parece absolutamente necessário que o Ser Supremo agisse sempre de acordo com as leis gerais. A constância das leis da natureza ou a certeza com que podemos esperar o mesmo resultado das mesmas causas é o fundamento da faculdade da razão. Se no curso comum das coisas o dedo de Deus fosse frequentemente visível ou, para falar mais corretamente, se Deus frequentemente mudasse seu objetivo (porque o dedo de Deus, na verdade, é visível em cada folha de relva que vemos), provavelmente se seguiria uma indolência geral e fatal das faculdades humanas; mesmo as necessidades físicas da humanidade cessariam de estimular os homens ao esforço, eles não poderiam esperar razoavelmente que, se seus esforços fossem bem direcionados, seriam premiados com o sucesso. A constância das leis da natureza é o fundamento da atividade e da previdência do lavrador, do talento inesgotável do artesão, das pesquisas habilidosas do médico e do anatomista e da observação atenta e da investigação paciente do filósofo da natureza.[14] A essa constância devemos todos os maiores e mais nobres esforços do intelecto. A essa constância devemos a memória imortal de um Newton.

Portanto, como as razões para a constância das leis da natureza parecem óbvias e admiráveis mesmo para nossa compreensão, se retornarmos ao princípio da população e considerarmos o homem como ele é realmente — inativo, apático e avesso ao trabalho —, a não ser que impelido pela necessidade (e é certamente o máximo da loucura falar do homem conforme nossas grosseiras fantasias em relação ao que ele poderia ser), podemos proclamar com certeza que o mundo não teria sido povoado senão por causa da superioridade do poder da população em relação aos meios de subsistência. Como este estímulo é forte e atua constantemente sobre o homem para pressioná-lo a cultivar a terra, se vemos ainda que o cultivo prossegue muito vagarosamente, podemos concluir corretamente que um estímulo menor teria sido insuficiente. Mesmo sob a influência deste estímulo permanente os selvagens habitarão por muito tempo regiões de maior fertilidade natural antes de recorrer ao pastoreio ou à agricultura. Se a população e o alimento tivessem crescido na mesma proporção, seria provável que o homem nunca tivesse saído do estado selvagem. Mas, admitindo-se que a Terra já estivesse bem povoada, um Alexandre, um Júlio César, um Tamerlão ou uma revolução sangrenta poderiam reduzir de forma irreparável a raça humana e anular os grandes desígnios do Criador. As devastações de uma doença contagiosa seriam sentidas por várias gerações e um terremoto poderia despovoar uma região para sempre. O princípio de acordo com o qual a população cresce evita que os vícios da humanidade ou as intempéries, os males parciais decorrentes das leis gerais obstruam o alto propósito da criação. O princípio mantém os habitantes da terra sempre totalmente acima do nível dos meios de subsistência e está constantemente atuando sobre o homem como um poderoso estímulo, pressionando-o ao imediato cultivo da terra e, consequentemente, a tornar

a Terra capaz de sustentar uma população maior. Mas é impossível que essa lei possa atuar e produzir os resultados aparentemente procurados pelo Ser Supremo, sem provocar um mal parcial. A não ser que o princípio da população fosse alterado de acordo com as circunstâncias de cada país em si (o que não apenas seria contrário à nossa experiência geral em relação às leis da natureza, mas se oporia mesmo à nossa própria razão, que vê a absoluta necessidade das leis gerais para a formação do espírito), é evidente que o mesmo princípio que, apoiado na atividade, povoará uma região fértil em poucos anos pode gerar miséria nos países habitados durante muito tempo.

Contudo, parece de todos os modos provável que mesmo as reconhecidas dificuldades provocadas pela lei da população tendem mais a promover do que a impedir o propósito geral da Providência. Elas estimulam o esforço geral e contribuem para aquela infinita variedade de situações e, consequentemente, de impressões que parecem, no conjunto, favoráveis ao crescimento do espírito. É provável que os estímulos demasiadamente grandes ou demasiadamente pequenos, a pobreza extrema ou as riquezas demasiadamente grandes podem ser da mesma forma desfavoráveis com relação a isso. As camadas médias da sociedade parecem ser melhor adaptadas ao desenvolvimento intelectual, mas é contrário à analogia com toda a natureza esperar que o conjunto da sociedade possa ser uma camada média. As zonas temperadas da Terra parecem ser mais favoráveis às energias mentais e físicas do homem, mas todas as zonas não podem ser temperadas. Um mundo aquecido e iluminado por um único sol possui, pelas leis da matéria, algumas partes resfriadas por geleiras permanentes e outras abrasadas por altas temperaturas constantes. Todo pedaço de matéria colocado sobre uma superfície

deve ter um lado para cima e outro para baixo, nem todas as partículas podem estar no meio. As partes mais valiosas de um carvalho, para um comerciante de madeira, não são as raízes ou os ramos, mas estas são completamente necessárias à existência da parte do meio, ou o tronco, que é o objeto da procura. O comerciante de madeira não pode realmente esperar que um carvalho cresça sem as raízes ou os ramos, mas, se ele pudesse encontrar um modo de cultivo que fizesse a seiva ir mais para o tronco e menos para a raiz e o ramo, ele estaria correto em se esforçar para levar tal sistema para o uso geral.

Da mesma forma, embora possivelmente não tenhamos a esperança de eliminar a riqueza e a pobreza da sociedade, se pudéssemos descobrir um sistema de governo pelo qual a quantidade nas camadas dos extremos fosse diminuída e a quantidade das camadas médias fosse aumentada, sem dúvida seria nosso dever adotá-lo. Contudo, não é improvável que, assim como num carvalho, cujas raízes e ramos não podem ser muito diminuídos sem enfraquecer a vigorosa circulação da seiva no tronco, assim também na sociedade as camadas dos extremos não podem ser diminuídas além de certo grau sem reduzir o esforço vital de todas as camadas médias, que é a verdadeira causa de que elas sejam as mais favoráveis ao desenvolvimento do intelecto. Se nenhum homem esperasse subir ou receasse descer na sociedade, se a atividade não traz com ela sua recompensa e o ócio a sua punição, certamente as camadas intermediárias não seriam o que são hoje. Ao raciocinar sobre este assunto, é evidente que devemos considerar principalmente a humanidade em geral e não casos particulares. Sem dúvida, existem muitos espíritos — e devem existir muitos, conforme as contingências — no meio de uma massa tão grande que, tendo sido

ativados de início por uma sequência de estímulos, não necessitariam de uma ação constante de motivações menores para manter-se em atividade. Entretanto, se fôssemos analisar as diversas descobertas úteis, os escritos de valor e outros esforços louváveis da humanidade, creio que descobriríamos que devem ser mais atribuídos aos estímulos menores que atuam sobre a maioria do que aos estímulos aparentemente mais amplos que atuam sobre a minoria.

O ócio é, sem dúvida, altamente valioso para o homem, mas, tomando o homem como ele é, a probabilidade parece ser de que, no maior número de situações, antes se produzirá o mal do que o bem. Não raramente tem sido assinalado que os talentos são mais comuns entre os irmãos mais jovens do que entre os irmãos mais velhos, mas dificilmente se pode imaginar que os irmãos mais jovens, em média, nascem com maior sensibilidade original para os talentos. A diferença, se realmente há uma diferença observável, pode apenas surgir de suas diferentes situações. O esforço e a atividade são, em geral, totalmente necessários num caso e apenas opcionais no outro.

A experiência de cada dia deve nos convencer de que as dificuldades da vida contribuem para criar talentos. Os esforços que os homens acham necessário fazer a fim de sustentar a si próprios ou a sua família frequentemente despertam faculdades que, de outro modo, poderiam ter ficado para sempre adormecidas, e comumente tem sido assinalado que as situações novas e extraordinárias geralmente criam inteligências preparadas para lutar contra as dificuldades nas quais se veem envolvidas.

Capitulo XIX

As atribulações e os sofrimentos da vida formam uma outra categoria de estímulos que parece ser necessária, por uma peculiar sequência de efeitos, para enternecer e humanizar o coração, para despertar a solidariedade social, criar todas as virtudes cristãs e dar um objetivo ao amplo esforço da caridade. A tendência geral de uma marcha constante de prosperidade é mais para corromper do que para elevar o caráter. O coração que nunca conheceu a desgraça raramente terá sensibilidade para compreender as dores e os prazeres, as necessidades e os desejos de seus companheiros. Raramente será tomado por aquele zelo do amor fraternal, aquelas afeições bondosas e amigáveis que dignificam o caráter humano mais até do que a posse dos mais elevados talentos. Na verdade, os talentos, embora sejam indubitavelmente uma característica muito importante e admirável do espírito, não podem de modo algum ser considerados como constitutivos do seu conjunto. Existem muitos espíritos que não foram expostos àqueles estímulos que normalmente formam os talentos, que entretanto foram ativados em alto grau pelos estímulos da solidariedade social. Em cada nível de vida, no mais baixo tão frequentemente como no mais alto, os caracteres se encontram imersos no leite da bondade humana insuflando amor para Deus e para o homem, e, embora sem aqueles poderes especiais do espírito chamados de talentos, mantêm visivelmente na escala dos seres uma posição mais elevada do que muitos que os possuem. A caridade evangélica, a humildade, a piedade e todas aquelas formas de virtudes distinguidas particularmente com o nome de virtudes cristãs não parecem necessariamente incluir os talentos;

entretanto, uma alma possuída daquelas amáveis qualidades, uma alma despertada e animada por aquelas deleitáveis afinidades parece possuir uma relação mais íntima com os céus do que a simples perspicácia do intelecto.

Os grandes talentos têm sido frequentemente malbaratados e provocaram um mal proporcional à extensão de seus poderes. Tanto a razão como a revelação parecem nos assegurar que tais espíritos serão condenados à morte eterna, mas enquanto estiveram na terra, esses instrumentos viciosos executaram sua função no grande conjunto das impressões, pela repugnância e aversão que provocam. Parece altamente provável que o mal moral é absolutamente necessário para a criação da perfeição moral. Um ser que somente tem em vista o bem pode certamente ser considerado como impelido por uma cega necessidade. A busca do bem neste caso pode não ser indício de tendências virtuosas. Talvez se possa dizer que a Sabedoria Infinita não exige tal indício como atitude exterior, mas certamente poderá prever se o ser escolherá o bem ou o mal. Isso poderia ser um argumento plausível contra uma etapa de provação, mas não se sustentaria contra a hipótese de que o espírito neste mundo está em uma fase de formação. Segundo essa ideia, o ser que viu o mal moral e manifestou reprovação e repugnância por ele é essencialmente diferente do ser que conheceu somente o bem. São pedaços de argila que receberam impressões diferentes; por essa razão devem ser de diferentes formas, ou, mesmo se admitimos que ambos tenham a mesma forma amável da virtude, deve-se reconhecer que um foi submetido a um processo complementar necessário para dar firmeza e durabilidade à sua substância, enquanto o outro ainda está exposto ao mal e sujeito a ser esmagado por

qualquer ímpeto ocasional. Um amor ardoroso e uma alta estima pela virtude parecem implicar a existência de algo oposto, e parece muito provável que a mesma beleza da forma e da essência, a mesma perfeição do caráter não podem ser geradas sem as impressões de reprovação que temos ao ver o mal moral.

Quando o espírito desperta para a atividade pelas paixões e pelas necessidades do corpo, surgem as necessidades intelectuais; e o desejo do conhecimento e a impaciência da ignorância formam uma nova e importante espécie de estímulos. Cada elemento da natureza parece especialmente calculado para fornecer estimulantes ao esforço mental desse tipo e para oferecer matéria inesgotável para a mais demorada pesquisa. Nosso imortal Bardo diz de Cleópatra:

Os hábitos não podem estragar / Sua infinita versatilidade.

A expressão, quando aplicada a um objeto qualquer, pode ser considerada uma extensão da poesia, mas é perfeitamente verdadeira quando aplicada à natureza. A versatilidade infinita parece ser, na verdade, sua feição característica. As sombras que estão aqui e ali se misturam no quadro que dá espírito, vida e destaque a suas belezas exuberantes e às imperfeições e irregularidades; os elementos secundários que sustentam os superiores, embora às vezes ofendam o olho exigente e microscópico do homem de visão curta, contribuem para a simetria, a graça e a agradável proporção do todo.

A infinita variedade das formas e das funções da natureza, além de contribuir de imediato para despertar e desenvolver a mente pela variedade das impressões que cria, abre outras fontes fecundas de aperfeiçoamentos ao oferecer um campo tão amplo de investigação e pesquisa. A perfeição uniforme e

monótona não possui os mesmos poderes estimulantes. Quando procuramos então contemplar o sistema do universo, quando pensamos nas estrelas como sóis de outros sistemas espalhados por todo o espaço infinito, quando refletimos que, provavelmente, não vemos a milionésima parte daqueles astros brilhantes que estão emitindo luz e vida para inumeráveis mundos, quando nossa inteligência, incapaz de compreender a imensurável ideia submersa, cai, perdida e confusa, na admiração do vasto e incompreensível poder do Criador, não nos queixemos e lamentemos que todos os climas não sejam igualmente temperados, que não reine durante todo o ano uma primavera permanente, que todas as criaturas de Deus não possuam as mesmas vantagens, que as nuvens e as tempestades algumas vezes escurecem o mundo natural e o vício e a miséria do mundo moral e que todos as obras da criação não foram feitas com a mesma perfeição. Tanto a razão como a experiência parecem nos indicar que a infinita variedade da natureza (e a variedade não pode existir sem os elementos inferiores, as imperfeições aparentes) é admiravelmente adaptada para promover o elevado propósito da criação e gerar o maior bem possível.

A obscuridade que envolve todos os assuntos metafísicos me parece, da mesma maneira, especialmente preparada para colaborar com os estímulos que surgem da sede de saber. É provável que o homem, enquanto vive na terra, nunca será capaz de atingir a completa satisfação quanto a esses assuntos; mas isto de modo algum é razão para não se dedicar a eles. A obscuridade que envolve esses temas interessantes da curiosidade humana pode estar destinada a fornecer permanentes estímulos para a atividade e o esforço intelectual. O constante empenho para dissipar essa obscuridade, mesmo que não tenha

sucesso, revigora e aperfeiçoa a faculdade de pensar. Se um dia os temas da pesquisa humana esgotassem, a mente provavelmente estagnaria; mas as formas e as funções infinitamente diversificadas da natureza, juntamente com a permanente matéria de especulação que os temas metafísicos oferecem, evita a possibilidade de que tal época venha a surgir.

Certamente o provérbio “Não há nada de novo debaixo do sol” é um dos mais sábios de Salomão. Ao contrário, é provável que, se o atual sistema continuar por milhões de anos, seriam feitos contínuos acréscimos ao volume do conhecimento humano e possa talvez ainda ser motivo de dúvida que aquilo que pode ser chamado de capacidade intelectual esteja crescendo de uma maneira marcante e decisiva, crescente. Um Sócrates, um Platão ou um Aristóteles, embora reconhecidamente inferiores em conhecimento com relação aos filósofos de hoje, não parecem ter ficado muito abaixo deles em capacidade intelectual. O intelecto surge de uma partícula, mantém sua força somente por um certo período e talvez não comportará, enquanto estiver na terra, mais que um certo número de impressões. Essas impressões, na verdade, podem ser modificadas infinitamente, e dessas várias modificações, acrescentadas provavelmente a uma diferença de sensibilidade dos germes originais,[15] surge a infindável diversidade de caracteres que vemos no mundo; mas tanto a razão quanto a experiência parecem nos assegurar que a capacidade das inteligências individuais não cresce na proporção do volume de conhecimento que existe. As inteligências superiores parecem ser formadas mais pelos esforços do pensamento embrionário, pelas tentativas de formar novas combinações e de descobrir novas verdades do que por receber passivamente as impressões incutidas pelas ideias de outros homens. Se admitimos que chegou

a época em que não haveria mais esperanças de novas descobertas, em que a única utilização da inteligência fosse adquirir conhecimento preexistente, sem nenhum esforço para formar combinações novas e originais, embora o volume do conhecimento humano fosse mil vezes maior do que é no presente, é evidente que teria cessado um dos mais nobres estímulos para o exercício mental, estaria perdida a caraterística mais pura do intelecto, cada coisa ligada ao talento estaria no fim, e parece ser impossível que sob tais circunstâncias alguns indivíduos pudessem possuir as mesmas energias intelectuais possuídas por um Locke, um Newton ou um Shakespeare, ou mesmo por um Sócrates, um Platão, um Aristóteles ou um Homero.

Se uma revelação do céu da qual ninguém pudesse ter a menor dúvida dissipasse as névoas que hoje envolvem os assuntos metafísicos, explicasse a natureza e estrutura da mente, as propriedades e a essência de todas as substâncias, a maneira pela qual o Ser Supremo atua em todos as obras da criação e todo o plano e todo o sistema do universo, o aumento dos conhecimentos assim obtido, em vez de dar nova força e agilidade à mente humana, contribuiria com toda certeza para dificultar sua atividade futura e para rebaixar os altos voos do intelecto.

Por essa razão, eu nunca considerei as dúvidas e as dificuldades que envolvem algumas partes dos textos sagrados como argumento contra seu fundamento divino. Sem dúvida, o Ser Supremo poderia ter associado suas revelações feitas ao homem a tamanha série de milagres e de tal natureza que teria produzido uma persuasão geral e esmagadora e teria dado definitivamente um fim a toda vacilação e discussão. Entretanto, embora nossa razão seja frágil demais para compreender os planos do Grande Criador, é bastante

forte para enfrentar as mais contundentes objeções a essa revelação. Do pouco que conhecemos acerca da estrutura do entendimento humano, devemos estar convencidos de que uma persuasão esmagadora desse tipo, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento e o progresso moral do homem, atuaria sobre toda a atividade intelectual com o toque de uma arraia-elétrica e praticamente daria um fim à existência da virtude. Se as advertências bíblicas da punição eterna fossem provadas para a inteligência de cada homem com tanta certeza como a de que à noite seguir-se-á o dia, esta ideia única, grandiosa e sombria tomaria posse tão completamente das faculdades humanas de modo a não deixar nenhum espaço para quaisquer outras concepções, as ações visíveis dos homens seriam todas muito semelhantes, o comportamento virtuoso não seria prova de inclinação virtuosa, o vício e a virtude estariam misturados num único todo, e embora o olho de Deus que tudo vê pudesse distingui-los, eles deveriam necessariamente provocar as mesmas impressões no homem, o qual somente pode julgar pelas aparências. Sob tal desobrigação, é difícil conceber como os seres humanos puderam ser formados para ter aversão ao mal moral e para ter amor e adoração a Deus e à perfeição moral.

Nossas ideias sobre a virtude e o vício não são talvez muito precisas e bem definidas; mas poucos, penso eu, chamariam de realmente virtuosa uma ação que não fosse realizada única e simplesmente por medo de uma punição muito rigorosa ou pela expectativa de uma recompensa muito grande. O temor de Deus é muito merecidamente considerado o princípio da sabedoria, mas o fim da sabedoria é o amor de Deus e a veneração pelo bem moral. As advertências de castigo futuro contidas nas Escrituras parecem bem adequadas para

deter o avanço dos vícios e despertar a atenção do negligente, mas sabemos por uma repetida experiência que elas não são acompanhadas por uma evidência de tal natureza que possa dominar a vontade humana e fazer que os homens levem uma vida virtuosa com inclinações para o vício simplesmente por medo da vida futura. Uma fé autêntica, pela qual entendo uma fé que se revela com todas as virtudes de uma verdadeira vida cristã, pode geralmente ser considerada um indício de uma disposição cordial e virtuosa, levada mais pelo amor do que pelo puro medo.

Quando refletimos sobre as tentações a que o homem necessariamente está exposto neste mundo por causa da estrutura de sua constituição e pela atuação das leis da natureza, e pela consequente certeza moral de que muitos vasos sairão deste poderoso forno criador com formas perfeitas, é totalmente impossível admitir que alguma dessas criaturas modeladas pela mão de Deus possa ser condenada ao eterno sofrimento. Uma vez que admitíssemos tal concepção, todas as nossas ideias naturais de bondade e justiça seriam completamente alteradas e não mais poderíamos considerar Deus o Ser misericordioso e justo. Mas a doutrina de vida e imortalidade que foi trazida à luz pelo Evangelho, a doutrina pela qual o fim da justiça é a vida eterna, mas o salário do pecado é a morte, é, em todo sentido, justa e misericordiosa e digna do Grande Criador. Nada pode parecer mais de acordo com nossa razão do que constatar que aqueles seres que surgiram do processo criador do mundo com formas agradáveis e belas seriam premiados com a imortalidade, enquanto aqueles que surgiram deformados, aqueles cuja inteligência não é adequada a um estado mais perfeito e mais feliz da existência pereceriam e seriam condenados a se incorporar novamente à sua argila de origem. Essa

condenação eterna pode ser considerada uma espécie de castigo eterno, e não é de se admirar que fosse representada algumas vezes sob o aspecto de sofrimento. Mas a vida e a morte, a salvação e a destruição, são mais frequentemente opostas entre si no Novo Testamento do que a felicidade e a miséria. O Ser Supremo teria para nós uma feição muito diferente se o imaginássemos atormentando com a ira e o suplício eternos as criaturas que o ofenderem, em vez de simplesmente condenando à sua condição original de seres destituídos de sensibilidade aqueles que, pela atuação das leis gerais, não foram formados com as qualidades convenientes a um estado mais perfeito de felicidade.

A vida, falando de modo geral, é uma bênção independente de um estado futuro. É uma dádiva que os maus nem sempre estariam dispostos a desperdiçar, mesmo se não tivessem medo da morte. Portanto, o sofrimento parcial, que é imposto pelo Supremo Criador enquanto ele está formando inumeráveis seres para a possibilidade de desfrutar de condições privilegiadas, é apenas a poeira da balança em comparação com a felicidade que é compartilhada, e temos toda razão para pensar que não existe mais nenhum mal no mundo do que o absolutamente necessário como um dos elementos do vasto processo.

A notável necessidade de leis gerais para a formação do intelecto de nenhum modo será contestada por uma ou duas exceções, e evidentemente não se destinam a objetivos parciais, mas foram concebidas para atuar numa grande parcela da humanidade e por muitas gerações. Na ideia que tenho apresentado sobre a formação da inteligência, a transgressão das leis gerais da natureza por uma revelação divinal aparecerá sob o aspecto da mão solícita de Deus misturando novos

elementos no grande conjunto, adaptada ao particular estado do processo e feita para dar origem a uma sequência nova e poderosa de impressões, tendendo a purificar, enobrecer e aperfeiçoar a mente humana. Os milagres que acompanharam essas revelações no momento em que elas despertaram a atenção da humanidade e a transformaram em tema da mais interessante discussão, quer a doutrina viesse de Deus quer do homem, cumpriram a sua parte, atenderam ao objetivo do Criador, e essas revelações da vontade divina foram posteriormente levadas a abrir seu caminho por sua própria força intrínseca; e, por atuar como razões morais, foram gradativamente levadas a influenciar e a melhorar e não a dominar ou a paralisar as faculdades do homem.

Sem dúvida, seria presunçoso afirmar que o Ser Supremo possivelmente não poderia ter realizado seu objetivo de um outro modo que não aquele que ele escolheu, mas como a revelação da vontade divina que possuímos é seguida de algumas dúvidas e dificuldades, e como a nossa razão nos aponta as mais fortes objeções a uma revelação que nos obrigasse a uma fé imediata, tácita e universal, certamente temos bastante razão para pensar que aquelas dúvidas e dificuldades não servem de argumento contra a origem divina das Escrituras e a espécie de evidência que possuem é mais bem adaptada ao aperfeiçoamento das faculdades humanas e ao progresso moral da humanidade.

A ideia de que as impressões e os estímulos deste mundo são os instrumentos com que o Ser Supremo modela a matéria para a condição espiritual, e de que a necessidade do esforço constante para evitar o mal e procurar o bem é a principal fonte daquelas impressões e estímulos, parece remover muitas das dificuldades que ocorrem em uma consideração sobre a vida humana e

me parece oferecer uma razão satisfatória para a existência do mal natural e moral, e, consequentemente, para aquela parcela de ambos — e, certamente, não é uma parcela muito pequena — que surge do princípio da população. Entretanto, embora com essa suposição pareça muito improvável que o mal seja afastado do mundo, é evidente que essa impressão nunca responderia ao objetivo manifesto do Criador, não atuaria tão poderosamente como um estímulo ao esforço se sua quantidade não diminuísse ou aumentasse com a atividade ou o ócio do homem. As variações contínuas no peso e na distribuição dessa pressão mantêm viva uma constante expectativa para eliminá-la.

A esperança surge eterna no peito humano, / O homem não existe senão para ser bem-aventurado.

O mal existe no mundo não para criar o desespero, mas a diligência. Nós não existimos para nos submeter pacientemente a ele, mas para nos esforçar a fim de evitá-lo. Não é somente o interesse, mas é o dever de cada indivíduo usar seus maiores esforços para afastar o mal de si mesmo e de um círculo tão amplo quanto lhe seja possível alcançar; e quanto mais ele se exercita neste dever, mais sabiamente orienta seus esforços e mais bem-sucedidos são esses esforços, mais ele seguramente melhorará e dignificará seu próprio espírito e mais completamente ele parece satisfazer a vontade de seu Criador.

Notas

1 - O autor se refere à estatística semanal de óbitos em Londres.

2 - O Sr. Godwin chama a riqueza que um homem recebe de seus antepassados de título imobiliário envelhecido. Penso que pode muito propriamente ser denominado de título imobiliário, mas dificilmente vejo a conveniência de chamá-la título imobiliário envelhecido, como se fosse um artigo de uso constante.

3 - Em situações deste tipo, as energias da terra parecem ser plenamente suficientes para atender a todas as demandas de alimento que podem ser feitas a ela pelo homem. Mas estaríamos incidindo em erro se fôssemos admitir daí que a população e o alimento realmente sempre crescem na mesma proporção. O primeiro ainda permanece em progressão geométrica e o segundo em progressão aritmética, isto é, um cresce pela multiplicação e o outro pela soma. Onde existem poucas pessoas e uma grande quantidade de terra fértil, a capacidade do solo para produzir um aumento anual de alimentos pode ser comparada a um grande reservatório de água abastecido por um pequeno regato. Quanto mais rápido cresce a população, mais necessidade haverá de desviar mais água e consequentemente uma quantidade crescente será utilizada a cada ano. Entretanto, sem dúvida, mais depressa o reservatório se esgotará e somente restarão os regatos. À medida que um acre de terra vai sendo incorporado a outro, até que toda a área fértil seja ocupada, o crescimento anual do alimento dependerá da melhoria da terra já ocupada; e mesmo

esse pequeno regato irá gradualmente minguando. Entretanto, a população que pôde ser suprida de alimento aumentaria com uma energia inesgotável, e o crescimento de um período forneceria o poder de um maior crescimento do período seguinte, e isso sem nenhum limite.

4 - Digo *caeteris paribus* porque o crescimento da população de qualquer país sempre dependerá muitíssimo do espírito de iniciativa que predomina e do modo pelo qual ele é orientado. O saber e os hábitos do povo e outras causas temporárias, particularmente o grau de liberdade e igualdade civil existentes na época, sempre têm grande influência no estímulo e orientação desse espírito

5 - Para economizar tempo e longas citações, darei aqui a essência de algumas das opiniões de Condorcet e espero que não as tenha deturpado; entretanto, remeto o leitor à própria obra, que o divertirá, se não o convencer.

6 - Não duvido que muitos pensarão que a tentativa de contestar seriamente tão absurdo paradoxo como a imortalidade do homem na terra, ou na verdade, mesmo a perfectibilidade do homem e da sociedade, é uma perda de tempo e de palavras e que tais conjecturas infundadas são melhor respondidas pelo desprezo. Confesso, contudo, ser de opinião diferente. Quando paradoxos desse tipo são afirmados por homens inteligentes e capazes, o desprezo não apresenta nenhuma possibilidade de convencê-los de seus enganos. Orgulhando-se do que eles admitem ser uma prova da extensão e do volume dos seus próprios conhecimentos, da dimensão e do grande alcance de seus pontos de vista, eles encararão esse desprezo

simplesmente como uma indicação da pobreza e estreiteza da condição mental de seus contemporâneos e pensarão apenas que o mundo não está preparado para receber suas sublimes verdades. Pelo contrário, uma pesquisa imparcial desses assuntos acompanhada de uma interpretação correta para adotar qualquer teoria sustentada por uma bem fundada filosofia, pode ter a possibilidade de convencê-los de que ao formular hipóteses improváveis e não fundamentadas, longe de ampliar os limites da ciência, eles os estão estreitando, longe de estar promovendo o aperfeiçoamento do espírito humano, eles o estão embaraçando; eles estão novamente nos fazendo retroceder quase à fase inicial do conhecimento e estão enfraquecendo os fundamentos daquela maneira de filosofar, sob a alegação de que a ciência tem realizado ultimamente rápidos progressos. O atual furor pela especulação ampla e ilimitada parece ser uma espécie de intoxicação mental, decorrente talvez das grandes e inesperadas descobertas que foram feitas nos últimos anos, em vários ramos da ciência. Para os homens entusiasmados e aturdidos com tais sucessos, todo acontecimento parece estar dentro do domínio dos poderes humanos; e com essa ilusão eles confundiram assuntos em que não se demonstrou haver nenhum progresso real com aqueles em que o progresso foi observado, determinado e reconhecido. Eles deveriam ser persuadidos a se contentar com um pensamento pouco rigoroso e pouco disciplinado; eles veriam que a causa da verdade e da filosofia bem fundada não pode ser denominada senão substituindo os voos impetuosos e as afirmações sem base pela pesquisa paciente e pelas provas bem válidas.

7 - Quando lançamos nossa vista para além desta vida, é evidente que não podemos ter nenhum outro guia

senão a autoridade ou a conjectura e, na verdade, um sentimento obscuro e indefinido. Por essa razão, o que eu digo aqui não me parece de nenhuma forma contraditório como o que disse antes, quando observei que era antifilosófico esperar qualquer evento específico que não fosse indicado por algum tipo de analogia existente no passado. Estendendo-nos para além do limite do qual nenhum viajante retorna, devemos, necessariamente, abandonar essa regra; entretanto, com relação aos eventos que podemos esperar que ocorram na terra, raramente podemos abandoná-la, se somos coerentes com uma correta filosofia. Entretanto, a analogia tem, como penso, grande amplitude. Por exemplo, o homem tem descoberto muitas leis da natureza; a analogia parece indicar que ele descobrirá muitas outras, mas nenhuma analogia parece indicar que o homem descobrirá um sexto sentido ou uma nova espécie de poder da mente humana, inteiramente fora do campo de nossas presentes observações.

8 - Os poderes de seleção, combinação e transmutação que toda semente apresenta são verdadeiramente milagrosos. Quem pode imaginar que essas maravilhosas propriedades estão contidas naqueles pequenos pedaços de matéria? A mim me parece muito mais racional admitir que o poderoso Deus da natureza está presente com toda a energia em todas aquelas operações. A esse Ser todo-poderoso seria igualmente fácil fazer crescer um carvalho sem uma glande ou com ela. O processo preparatório de pôr sementes na terra é simplesmente instituído pelo uso do homem, como um dentre vários outros estímulos necessários para despertar o material no espiritual. É, como veremos, uma ideia que, de modo congruente com os fenômenos naturais que nos cercam, com os vários eventos da vida humana e com as

sucessivas Revelações de Deus ao homem, supõe ser o mundo um poderoso processo para a criação e formação da mente. Muitos vasos, necessariamente, sairão deste grande forno com modelos errados. Eles serão quebrados e deixados de lado como inúteis; enquanto aqueles vasos cujas formas são cheias de verdade, graça e encanto serão encaminhados para lugares mais felizes, mais perto da presença do poderoso artífice.

9 - Embora o Sr. Godwin expresse a ideia do prolongamento indefinido da vida humana simplesmente como uma conjectura, como ele tem mostrado algumas aparências que em sua concepção favorecem a suposição, ele deve certamente pretender que essas aparências sejam analisadas e isso é tudo que tenciono fazer.

10 - Poder-se-ia observar que o principal argumento deste ensaio apenas vai demonstrar a necessidade de uma classe de proprietários e de uma classe de trabalhadores; entretanto, de nenhuma forma se deduz que a grande desigualdade atual da propriedade é necessária ou útil para a sociedade. Pelo contrário, deve ser considerada um mal e toda instituição que a promove é fundamentalmente má e inoportuna. Mas pode ser um motivo de dúvida que um governo pudesse com proveito para a sociedade interferir energicamente para conter a desigualdade das fortunas. Talvez o generoso sistema de liberdade perfeita adotado pelo Dr. Adam Smith e pelos economistas franceses seria desfavoravelmente trocado por qualquer sistema de restrição.

11 - O Sr. Godwin parece ter, entretanto, pouco respeito pelos princípios práticos; mas a mim me parece que ele é muito mais um benfeitor da humanidade por

mostrar como um bem inferior pode ser atingido do que simplesmente discorrendo sobre a desfiguração do atual estado da sociedade e a beleza de um estado diferente, sem mostrar um método prático que pudesse ser aplicado de imediato para impulsionar o nosso progresso de um estado para outro.

12 - Aqui e nas páginas seguintes aparece a expressão *labouring poor*, cuja melhor tradução nos parece ser “pobres que trabalham”, uma vez que Malthus faz aqui uma distinção entre os pobres que tinham emprego e os pobres inativos, cuja subsistência dependia da caridade oficial, dada pelas casas das paróquias, e da caridade pública.

13 - Era minha intenção abordar com certa minúcia este assunto, como uma espécie de segunda parte deste ensaio. Uma demorada interrupção por causa de negócios particulares obrigou-me a deixar de lado essa intenção, pelo menos no presente. Por essa razão darei agora apenas um esboço de alguns pormenores principais que me parecem apoiar a hipótese geral que levantei.

14 - Filósofo da natureza, denominação que os antigos davam ao que atualmente chamamos de cientista dedicado à Física.

15 - É provável que mesmo dois grãos de trigo não sejam exatamente iguais. O solo, sem dúvida, causa a principal diferença nas folhas que brotam, mas, provavelmente, não todas. Parece natural admitir algum tipo de diferença nos germes originais que são posteriormente elevados à condição de pensamento, e a

extraordinária diferença de sensibilidade nas crianças de mais tenra idade parece confirmar esta hipótese.

Table of Contents

Prefácio
Capitulo I
Capitulo II
Capitulo III
Capitulo IV
Capitulo V
Capitulo VI
Capitulo VII
Capitulo VIII
Capitulo IX
Capitulo X
Capitulo XI
Capitulo XII
Capitulo XIII
Capitulo XIV
Capitulo XV
Capitulo XVI
Capitulo XVII
Capitulo XVIII
Capitulo XIX